

**UNIVERSIDADE TIRADENTES – UNIT  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO-PPGPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPED  
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**PATRICIA BATISTA DOS SANTOS**

**NO GARBO DE ESTUDANTES, NA DISCIPLINA DOS MILITARES: RITOS E  
PRÁTICAS EDUCATIVAS NAS COMEMORAÇÕES CÍVICAS ESCOLARES NO  
ESTADO DE SERGIPE (1964-1985)**

**ARACAJU  
2023**

**PATRICIA BATISTA DOS SANTOS**

**NO GARBO DE ESTUDANTES, NA DISCIPLINA DOS MILITARES: RITOS E PRÁTICAS EDUCATIVAS NAS COMEMORAÇÕES CÍVICAS ESCOLARES NO ESTADO DE SERGIPE (1964-1985)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes – Mestrado/Doutorado, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de concentração: Educação

ORIENTADOR: Prof. Dr. Cristiano Ferronato

**ARACAJU  
2023**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE  
TIRADENTES

---

S237g Santos, Patricia Batista dos  
No garbo de estudantes, na disciplina dos militares: ritos e práticas educativas nas comemorações cívicas escolares no estado de Sergipe (1964-1985) / Patricia Batista dos Santos; orientação [de] Prof. Dr. Cristiano Ferronato – Aracaju/ SE: UNIT, 2023.

184 f.; 30 cm

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Tiradentes 2023

1. História da educação 2. Festas cívicas escolares 3. Ritos escolares 4. Símbolos educativos I. Santos, Patricia Batista dos II. Ferronato, Cristiano (orient.). III. Universidade Tiradentes. IV. Título.

---

CDU: 37(813.7) (091)

Gislene Maria S. Dias CRB-5/1410


## FOLHA DE APROVAÇÃO

Aprovado em 25/04/2023


### BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente  
 **CRISTIANO DE JESUS FERRONATO**  
Data: 22/05/2023 14:43:05-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


**Prof. Dr. Cristiano Ferronato**  
Universidade Tiradentes – (PPED/UNIT) – (Orientador)

Documento assinado digitalmente  
 **ANE LUISE SILVA MECENAS SANTOS**  
Data: 22/05/2023 15:21:20-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Profa. Dra. Ane Luise da Silva Mecnas Santos**  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Documento assinado digitalmente  
 **CLAUDIA ENGLER CURY**  
Data: 23/05/2023 09:21:47-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Profa. Dra. Cláudia Engler Cury**  
Universidade Federal da Paraíba – (UFPB)

Documento assinado digitalmente  
 **CINTIA BORGES DE ALMEIDA**  
Data: 23/05/2023 10:01:36-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Profa. Dra. Cintia Borges de Almeida**  
Universidade Estadual de Santa Cruz – (UESC)

Documento assinado digitalmente  
 **CRISTIANE DE MAGALHÃES PORTO**  
Data: 22/05/2023 15:51:53-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Profa. Dra. Cristiane de Magalhães Porto**  
Universidade Tiradentes – (PPED/UNIT)

Dedico este trabalho a toda minha ancestralidade, aos que desejaram frequentar os bancos escolares e por algum motivo não foi possível.

## **AGRADECIMENTOS**

Chegou o momento mais esperado!

Eis que se passaram os quatro anos.

Seja este, talvez, o mais difícil e ao mesmo tempo mais gratificante momento, na construção de um texto acadêmico: agradecer aos que contribuíram, de maneira direta ou indireta, para a realização do mesmo.

Primeiramente, agradeço à Deus, minha força soberana. Confesso que pesquisar e escrever em tempos pandêmicos reforçaram a minha fé. Por muitas vezes, peguei-me em lágrimas, agradecendo a oportunidade de estar viva, enquanto muitos não a tiveram, questionava-me: para que continuar em um processo de doutoramento que, talvez, nem se finalize pela eminência da morte? Rapidamente enxugava as lágrimas e pensava: “o resultado não será apenas seu, será de muitos que em você confiaram”. A vitória após uma geração privada da oportunidade de ir aos bancos escolares, é seta para os que pensam em desistir: continuem!

Meu muito obrigada a minha família, carinhosamente chamamos de “grupo dos Batistas”. Aos meus pais biológicos, Bento e Zelita, e os por apadrinhamento, José e Lindete, sem vocês eu nada seria.

À Edney Nogueira, por ter enfrentado essa prova de fogo lado a lado sempre acompanhado a trajetória da escrita da tese. Amo muito você!

À Daniel e Pedrinho, meus meninos amados. Obrigada por ter dividido o tempo precioso dos afagos maternos com os livros e o computador. Vocês são meu maior tesouro!

Aos meus irmãos, Wesley, Dayane e Jeniffer, partes de mim.

À Alessandra, prima/irmã sempre atenciosa com o meu caminhar.

Ao meu orientador, Professor Doutor Cristiano Ferronato, mais do que um orientador, um amigo singelo e ao mesmo tempo assertivo em suas observações. Sinto-me gratificada por ter sido sua orientanda e por ter possibilitado o meu reencontro com a História da Educação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes.

Ao meu grupo de pesquisa Grupo de Pesquisa História da Educação do Nordeste (GPHEN/UNIT/CNPq), vocês são parte desta pesquisa.

A minha turma do doutorado 2019 que vivenciaram as aulas, compartilharam as aflições da pesquisa e vibraram a cada conquista.

A todos os meus amigos, por toda confiança e carinho depositado.

Presentemente, eu posso me  
Considerar um sujeito de sorte  
Porque apesar de muito moço  
Me sinto são, e salvo, e forte

E tenho comigo pensado  
Deus é Brasileiro e anda do meu lado  
E assim já não posso sofrer  
No ano passado

Tenho sangrado demais  
Tenho chorado pra cachorro  
Ano passado eu morri  
Mas esse ano eu não morro!

BELCHIOR (1976)



## RESUMO

A presente pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (PPED/UNIT), na linha de pesquisa Educação e Formação Docente e se constituiu no domínio das discussões do Grupo de Pesquisa em História da Educação do Nordeste (GPHEN/Unit/CNPq). As festas cívicas escolares como espaço de representação de saberes e práticas educativas compõem o objeto desta investigação, que tem por objetivo central analisar as festas cívicas escolares em Sergipe durante os anos de 1964 a 1985. Nesse sentido, também pretendemos compreender o papel da pedagogia das festas para os estudantes, bem como demonstrar a função curricular e política que as celebrações cívicas para os escolares apresentavam durante os governos de ditadura civil-militar. Assim, partimos da tese de que as comemorações cívicas escolares em Sergipe, nos anos entre 1964 e 1985, para além de momentos de divertimento, configuravam-se em oportunidades de formação da disciplina dos estudantes e da comunidade em sua volta. Eram ocasiões propícias para serem forjadas atitudes e mentalidades que se encontravam em consonância com o contexto sociopolítico da época, que também se refletiam no próprio currículo escolar, a exemplo dos conteúdos ministrados na disciplina Educação Moral e Cívica. Para tal, realizamos uma pesquisa histórica por meio de análise documental, ancorada nos pressupostos teórico-metodológicos da Nova História, mais precisamente da História Cultural. Além disso, o estudo foi direcionado pelas concepções de Cultura Escolar, de Antonio Escolano e Dominique Julia; Representação, de Roger Chartier; Tradição Inventada, de Eric Hobsbawm; e Festa, de Mona Ozouf. Por meio da pesquisa, pudemos constatar que as comemorações cívicas escolares em Sergipe se operacionalizaram enquanto rituais de celebrações e formação educacional atreladas aos conteúdos curriculares, forjando e apresentando à sociedade a forma de “educar”, a partir da disciplina e do civismo. Desse modo, foi possível perceber a natureza das celebrações, destacando-se o culto à pátria, diante dos desfiles em comemoração ao aniversário da independência do Brasil, como também as atividades curriculares e extracurriculares vinculadas ao ensino da música, aos Jogos da Primavera e as atividades da disciplina Educação Moral e Cívica. Nesse processo, a festa representa o espaço de inculcação dos ritos cívicos, a exemplo do culto ao Hino e à Bandeira, e da prática de esportes. Por conseguinte, as leituras e as atividades desenvolvidas na escola oportunizaram a constituição de base teórica para o alicerce de conceitos morais e cívicos representados nas atividades públicas.

Palavras-chave: História da Educação; festas cívicas escolares; ritos escolares; símbolos educativos.

## ABSTRACT

Developed in the Postgraduate Program in Education at Tiradentes University (PPED/UNIT), and in the line of research Education and Teacher Training, this research constituted the field of discussions of the Research Group on Northeast History of Education (GPHEN/Unit/CNPq). The school civic parties as a space for the representation of knowledge and educational practices make up the object of this investigation, which has as its central objective to analyze school civic parties in Sergipe during the years 1964 to 1985. Therefore, we also intend to understand the role of school pedagogy parties for students, as well as demonstrating the curricular and political function that civic celebrations for students had during the civil-military dictatorship governments. Thus, we start from the thesis that school civic celebrations in Sergipe, in the years between 1964 and 1985, in addition to moments of fun, configured as opportunities for training the discipline of students and the community around them. They were propitious occasions for forging attitudes and mentalities that were in line with the socio-political context of the time, which also reflected in the school curriculum itself, such as the contents taught in the subject Moral and Civic Education. Hence, we carried out a historical research through document analysis, anchored in the theoretical-methodological assumptions of New History, more precisely of Cultural History. Furthermore, the study was guided by the conceptions of School Culture, by Antonio Escolano and Dominique Julia; Representation, by Roger Chartier; Invented Tradition, by Eric Hobsbawm; and Festa, by Mona Ozouf. Through research, we were able to verify that school civic celebrations in Sergipe operationalized as rituals of celebrations and educational training linked to curricular contents, forging and presenting to society the way of “educating”, based on discipline and civility. Consequently, it was possible to perceive the nature of the celebrations, highlighting the cult of the homeland, in front of the parades in celebration of the anniversary of the independence of Brazil, as well as the curricular and extracurricular activities linked to the teaching of music, the Spring Games and the activities of the discipline Moral and Civic Education. In this process, the party represents the space for the inculcation of civic rites, such as the cult of the Anthem and the Flag, and the practice of sports. Therefore, the readings and activities developed at school provided the opportunity to build a theoretical basis for the foundation of moral and civic concepts represented in public activities.

**KEY-WORDS:** History of Education; school civic parties; school rituals; educational symbols.

## RESUMEN

La presente investigación fue desarrollada en el marco del Programa de Posgrado en Educación de la Universidad de Tiradentes (PPED/UNIT), en la línea de investigación Educación y Formación Docente y constituyó el campo de discusión del Grupo de Investigación en Historia de la Educación en el Nordeste. (GPHEN/Unidad/CNPq). Los partidos cívicos escolares como espacio de representación de saberes y prácticas educativas constituyen el objeto de esta investigación, que tiene como objetivo central analizar los partidos cívicos escolares en Sergipe durante los años 1964-1985. En ese sentido, también se pretende comprender el papel de la pedagogía de las fiestas para estudiantes, así como evidenciar la función curricular y política que tuvieron las fiestas cívicas para estudiantes durante la dictadura cívico-militar. Así, partimos de la tesis de que las celebraciones cívicas escolares en Sergipe, en los años entre 1964 y 1985, además de momentos de diversión, se configuraron como oportunidades para la formación de la disciplina de los alumnos y de la comunidad que los rodea. Fueron ocasiones propicias para forjar actitudes y mentalidades acordes con el contexto sociopolítico de la época, que también se reflejaron en el propio currículo escolar, como los contenidos impartidos en la asignatura Educación Moral y Cívica. Para ello, se realizó una investigación histórica a través del análisis documental, anclada en los presupuestos teórico-metodológicos de la Nueva Historia, más precisamente de la Historia Cultural. Además, el estudio se guió por las concepciones de Cultura Escolar, de Antonio Escolano y Dominique Julia; Representación, de Roger Chartier; Tradición inventada, de Eric Hobsbawm; y Festa, de Mona Ozouf. A través de la investigación, pudimos verificar que las celebraciones cívicas escolares en Sergipe se operacionalizaron como rituales de celebración y formación educativa vinculados a los contenidos curriculares, forjando y presentando a la sociedad la forma de “educar” basada en la disciplina y el espíritu cívico. De esta forma, fue posible percibir la naturaleza de las celebraciones, destacando el culto a la patria, frente a los desfiles en celebración del aniversario de la independencia de Brasil, así como las actividades curriculares y extracurriculares vinculadas a la enseñanza. de la música, los Juegos de Primavera y las actividades de la disciplina Educación Moral y Cívica. En ese proceso, la fiesta representa el espacio para la inculcación de ritos cívicos, como el culto al Himno y la Bandera, y la práctica del deporte. Por lo tanto, las lecturas y actividades realizadas en la escuela brindaron la oportunidad de construir una base teórica para la fundamentación de los conceptos morales y cívicos representados en las actividades públicas.

Palabras clave: Historia de la Educación; fiestas cívicas escolares; ritos escolares; símbolos educativos.

## LISTA DE SIGLAS

APES Arquivo Público de Sergipe  
ARENA Aliança Renovadora Nacional  
BNDigital Biblioteca Digital Nacional  
CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior  
CEMAS Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense  
CEMDAP/CODAP Centro de Pesquisa Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe  
CODAP Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe  
EMC Educação Moral e Cívica  
IHGSE Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe  
LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação  
MDB Movimento Democrático Brasileiro  
PPED/UNIT Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes  
PPGED/UFS Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe  
UFS Universidade Federal de Sergipe  
UNIT Universidade Tiradentes

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Manchete Cuidados com os filhos, revista Fon-Fon.....	54
Figura 2 Anúncio comercial - revista Fon-Fon.....	55
Figura 3 Crianças em festa - revista Fon-Fon.....	56
Figura 4 Grupo de crianças em comemoração escolar - revista Fon-Fon.....	57
Figura 5 Página da coluna pelas escolas da revista Fon-Fon.....	58
Figura 6 A Festa como Cultura da Práxis.....	61
Figura 7 Capa do Calendário Cívico de Sergipe 1969.....	66
Figura 8 Calendário Cívico de Sergipe 1969.....	67
Figura 9 Moral e Civismo Feriados Nacionais.....	71
Figura 10 Capa do livro II Moral e Civismo.....	72
Figura 11 Livro Moral e Civismo.....	75
Figura 12 Desfile Cívico.....	89
Figura 13 O Brilhantismo nas comemorações do dia 7 de setembro de 1964.....	91
Figura 14 Desfile Cívico de 1968.....	95
Figura 15 Comissão organizadora da semana da pátria – 1964.....	96
Figura 16 Desfile Cívico pelotão das bandeiras.....	98
Figura 17 Ordem do desfile cívico de 1970.....	99
Figura 18 Mapa do desfile de 1972.....	100
Figura 19 Agrupamentos do Desfile em comemoração ao sesquicentenário da Independência.....	102
Figura 20 Crianças em desfiles.....	103
Figura 21 Para além dos estudantes.....	104
Figura 22 Desfile 1978.....	106
Figura 23 Desfile de 7 de setembro do Colégio de Aplicação da UFS.....	107
Figura 24 Croquis Farda de Gala Colégio de Aplicação da UFS.....	108
Figura 25 Desfile Cívico Siqueira Campos – 1980.....	109
Figura 26 Desfile do Dia da Independência no município de Capela/SE.....	111
Figura 27 Título de manchetes dos desfiles no interior de Sergipe.....	112
Figura 28 Manchete “Festas nos municípios sergipanos” .....	113
Figura 29 Desfile de 7 de setembro de 1979 - Colégio Estadual Murilo Braga.....	114
Figura 30 Desfile cívico Jardim de Infância Pequeno Príncipe - Nossa Senhora da Glória.....	115
Figura 31 Desfile cívico no município de Poço Verde/SE – 1981.....	116
Figura 32 Desfile cívico no município de Poço Verde/SE – 1982.....	116
Figura 33 Menção Honrosa ao Instituto Rui Barbosa .....	118
Figura 34 Desfile cívico – 1972.....	120
Figura 35 Banda do Instituto Rui Barbosa .....	121
Figura 36 Reforma do Ensino.....	124
Figura 37 Espetáculo musical para estudantes .....	126
Figura 38 Apresentação de canto orfeônico.....	128
Figura 39 Banda Marcial dos Jogos da Primavera – 1966.....	131
Figura 40 Festa do Dia do Estudante .....	132
Figura 41 Festival de Bandas de Sergipe.....	132
Figura 42 Projeto Clave do Sol.....	133
Figura 43 Projeto Clave do Sol – ensino.....	134
Figura 44 Primeiros Jogos da Primavera em Sergipe – 1964.....	137
Figura 45 Gazeta de Sergipe - 06 de outubro de 1964.....	139

Figura 46 Jogos da Primavera – 1964.....	140
Figura 47 Jogos da Primavera - Banda do Instituto Rui Barbosa.....	141
Figura 48 III Jogos da primavera – 1966.....	141
Figura 49 Dentes de leite.....	144
Figura 50 Apresentação do Jardim de Infância – 1969.....	145
Figura 51 Crianças no município de Simão Dias/SE.....	147
Figura 52 Festa do Dia das Crianças no município de Simão Dias/SE.....	147
Figura 53 Distribuição de presentes em festa de Dia da Criança.....	149
Figura 54 O Maior Valor de Pelé.....	150
Figura 55 Festa de São João.....	151
Figura 56 Crianças em festa de São João.....	152
Figura 57 Festa junina – noivos.....	152
Figura 58 Jardim de infância Garcez Vieira - Dia do Índio.....	153
Figura 59 Jardim de infância Garcez Vieira - Dia da Independência.....	154
Figura 60 Chapeuzinho vermelho.....	155
Figura 61 Imagem “Natal”.....	156
Figura 62 Apresentação em festa de Natal.....	157
Figura 63 Festa de Natal.....	158
Figura 64 Papai Noel.....	159

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Trabalhos sobre Comemorações Escolares no Brasil (Teses e Dissertações por ano de defesa).....	36
Quadro 2 Festas Nacionais (Decreto 1890).....	64
Quadro 3 Festas Nacionais (Decreto de 1938).....	64
Quadro 4 Dias de Festas Cívicas de não feriados.....	65
Quadro 5 Datas Comemorativas em Sergipe de 1969 -1985.....	65
Quadro 6 Folha de rosto do livro Moral e Civismo.....	73
Quadro 7 Hinos Pátrios.....	129
Quadro 8 Hinos Escolares de Sergipe.....	129

## SUMÁRIO

<b>1 LAÇOS DE FITA VERDE E AMARELO: O PERCURSO DA TESE.....</b>	<b>16</b>
1.1 Fios teóricos e metodológicos.....	23
1.2 Lócus da Pesquisa .....	31
1.3 Estado da arte e estrutura da tese.....	35
<b>2 ENTRE BRINQUEDOS E CADERNOS: A REPRESENTAÇÃO DA INFÂNCIA E O PAPEL PEDAGÓGICO DAS COMEMORAÇÕES.....</b>	<b>47</b>
2.1 A infância e o tecer da identidade republicana nacional.....	48
2.2 Pedagogia da festa: entre o currículo proposto e o tato pedagógico.....	59
2.3 Do civismo ensinado ao civismo praticado: legislação e decretos para a educação entre 1964 e 1985.....	76
<b>3 “OLHA O PASSARINHO!”: FESTAS CÍVICAS ESCOLARES EM SERGIPE A PARTIR DOS IMPRESSOS FOTOGRÁFICOS.....</b>	<b>84</b>
3.1 Primeiro close: desfiles cívicos escolares em Sergipe.....	87
3.2 Segundo close: para além da capital - desfiles cívicos em outros municípios sergipanos.....	110
3.3 Terceiro close: desfiles cívicos escolares para quem vai ensinar.....	117
<b>4 “PARA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES”: A FESTA PARA ALÉM DO DIVERTIMENTO.....</b>	<b>125</b>
4.1 Ao som das melodias: o ensino da música como um espaço festivo.....	126
4.2 “Primavera chega em cores de alegria”: maratonas e jogos escolares .....	134
4.3 Entre os fazeres e os risos nas comemorações para escolares .....	145
<b>5 CELEBRAR E OBEDECER: UM CAMINHO PARA AS ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES DE UMA TESE.....</b>	<b>160</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>165</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>171</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>174</b>



## 1 LAÇOS DE FITA VERDE E AMARELO: O PERCURSO DA TESE

Meados do mês de julho dos anos de 1985, retorno das férias escolares. A alegria nas faces dos estudantes e os sorrisos soltos com o reencontro dos colegas de classe eram notáveis. Mas, junto ao ecoar dos risos, outro som se fazia mais forte ao final da última aula, quando todos corriam em direção à porta da sala de aula para observar o que acontecia no pátio: era a banda marcial da escola Educandário São Francisco de Assis<sup>1</sup> que iniciava seus incansáveis ensaios para que, com louvor, dirigisse a escola aos festejos cívicos do Sete de Setembro. A essa altura, a professora já havia distribuído o pequeno texto de aviso aos pais, comunicando as inscrições para a participação no desfile cívico, como também as possibilidades de escolha dos pelotões por parte dos alunos. Havia pelotões para todas as possibilidades financeiras dos pais, desde as “belas moças”, que levariam as bandeiras à frente da banda, até as crianças, que estariam com o fardamento da escola e sua bela fita verde amarela como último grupo de alunos na ordem dos pelotões.

Ao voltar para casa, a ansiedade tomava conta dos meus pensamentos<sup>2</sup>: em qual pelotão seria possível participar este ano? Seria finalmente convidada a carregar uma bandeira à frente da banda da escola? Em razão das dificuldades financeiras enfrentadas pela família, restaria o laço de fita de saudação à pátria “Brasil”, fixada por um broche na camisa branca do fardamento escolar? Mal adentrava o portão de casa e ansiosamente entregava o recado escolar em mãos maternas que nunca tinha uma resposta imediata, o que só aumentava a aflição que a dúvida impunha.

À noite, os adultos da casa conversavam a respeito do desfile, ocasião em que jamais fui consultada sobre qual o pelotão gostaria de desfilar. Aguardava a decisão dos meus pais diante dos custos, bem como o convite da direção da escola que direcionava algumas possibilidades para equalizar o número de alunos em cada um dos pelotões do desfile.

No dia seguinte, com o papel assinado por meus pais e um sorriso largo no rosto, dirigia-me à sala da direção para colocar o nome na lista de alunos participantes

---

<sup>1</sup> Primeiro educandário do ensino privado do Bairro Santos Dumont. Teve seu funcionamento dos anos 1970 até os primeiros anos da década de 2000. Localizado na periferia da capital sergipana, rua Sargento Brasileiro Ramos, Bairro Santos Dumont – Aracaju/SE.

<sup>2</sup> Peço licença para, nesta primeira seção, escrever na primeira pessoa do singular, tendo em vista a narrativa de memórias pessoais que se entrecruzam com a presente pesquisa.

da festa cívica. Outro assunto não tinha nos corredores da escola e, a partir de então, todos os dias no último horário, ninguém mais conseguia fazer as lições, pois o toque da banda marcial convidava os alunos para o início dos ensaios. Cada um tomava seu lugar e seguíamos marchando nas ruas do bairro, ajustando nossa sincronia.

Muitos personagens se misturavam nesse verdadeiro espetáculo de culto à história da pátria. Bailarinas saltitavam ajustando suas coreografias, porta-bandeiras carregavam mastros pesados com um ar elegante e postura impecável diante da banda e de toda a comunidade escolar. Na sequência, vinham diversos personagens que pulavam dos livros de História do Brasil para narrar seus feitos: D. Pedro I, Tiradentes e a Princesa Isabel eram figuras carimbadas todos os anos. Outros personagens se faziam presentes anos sim, outros não, dependendo do tema escolhido ou da história que a escola iria contar. A respeito da construção dessas tradições, o historiador Eric. J. Hobsbawm apresentou o seu ponto de vista:

Mais interessante, do nosso ponto de vista, é a utilização de elementos antigos na elaboração de novas tradições inventadas para fins bastante originais. Sempre se podem encontrar, no passado de qualquer sociedade, um amplo repertório desses elementos; e sempre há uma linguagem elaborada, composta de práticas e comunicações simbólicas. Às vezes, as novas tradições podiam ser prontamente enxertadas nas velhas; outras vezes, podiam ser inventadas como empréstimos fornecidos pelos depósitos bem supridos do ritual, simbolismo e princípios morais- oficiais religião e pompa de principesca[...]. (HOBSBAWM, 1997, p. 14)

Em casa, o diálogo pairava a respeito do desfile cívico, desde como providenciar a roupa para a festa, ao despertar das memórias de infância dos meus pais. Minha mãe comentava que, quando criança, não tivera a oportunidade de ir a uma escola, aprendendo a ler e escrever em casa. Todos os anos ela via suas vizinhas passarem para a “festa da escola”, trajando suas saias de pregas engomadas e seus belos laços de fita verde e amarelo. Completava suas lembranças com a seguinte frase: *“para ser gente e não trabalhar na roça era preciso estudar, ir para a escola”*. Assim, compreendi que era preciso trocar a enxada pela caneta e pelos livros. Naquele contexto, desfilar no Sete de Setembro era afirmar publicamente a transição para a sociedade letrada.

Além do grande evento cívico do educandário no qual estudei durante a infância, apesar de ser uma escola particular para alunos “pobres”<sup>3</sup> de um bairro da periferia da cidade de Aracaju, os rituais comemorativos eram repetidos até serem memorizados pelos estudantes e tornarem-se parte de nosso cotidiano, sendo respeitados enquanto elementos fundamentais das nossas práticas escolares. Exemplo disso é que, logo ao início das nossas atividades diárias, escutávamos a sirene da escola que alertava e ajudava a acalmar a criançada.

Depois do toque, todos se posicionavam na fila das suas respectivas classes (em ordem crescente), tendo à frente da turma a professora ou professor, e em um pequeno palanque, estavam os alunos com as maiores médias revezando o hasteamento da bandeira do Brasil. Cantávamos o Hino e recitávamos as orações cristãs católicas. Na sequência, seguia-se no ritmo da marcha ao som do Hino da Independência do Brasil. Ao longo do ano, outras comemorações também faziam parte da nossa escola, a saber: a missa da Páscoa, apresentações teatrais, gincanas e feiras de ciência.

O intuito da presente narrativa é mostrar como se deu o primeiro contato com o objeto de estudo desta tese, intitulada *“No garbo de estudantes, na disciplina dos militares”*: ritos e práticas educativas nas comemorações cívicas escolares no estado de Sergipe (1964-1985). Tais memórias estavam adormecidas e foram aflorando à medida que pesquisávamos<sup>4</sup> e nos colocávamos em contato com as fontes e as leituras referentes ao tema. Desta forma, como afirmou Escolano:

A valorização da memória como fonte de conhecimento da cultura escolar nos convida a uma imersão arqueológica nas coisas, nos ícones e nas linguagens em que se manifestam as materialidades da educação e suas representações. (ESCOLANO, 2017, p. 225)

As interrogativas iniciais para o tema aqui em análise se processaram durante a pesquisa de mestrado em educação, intitulada *“Amai a Pátria”*: O ensino da disciplina escolar Educação Moral e Cívica no Atheneu Sergipense<sup>5</sup>. As fontes

---

<sup>3</sup> Até os anos de 1980, muitos bairros distantes do centro em Aracaju ainda não tinham escolas públicas para todas as crianças. Assim, muitas professoras fundavam suas escolas, a maior parte eram estudantes da escola normal e aplicavam os métodos aprendidos, como também repetiam as tradições aprendidas com suas professoras da infância.

<sup>4</sup> A partir desse parágrafo utilizaremos não mais a primeira pessoa do singular, trazendo à escrita os teóricos e as fontes.

<sup>5</sup> A dissertação foi defendida pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe no ano de 2012, sob a orientação da professora Doutora Eva Maria Alves e resultou em um

investigadas para a pesquisa apresentavam indícios da participação do Colégio Atheneu Sergipense nas comemorações escolares do estado, como também apontavam elementos para a construção de um ritual cívico no cotidiano da escola e nas comemorações para os escolares. A partir do material levantado, percebemos os entrelaces entre o conteúdo das disciplinas escolares e a edificação de outros ritos que ultrapassavam os muros das instituições de ensino. A esse respeito, Boto nos apontou para um importante entendimento:

A vida escolar se desenrola no tabuleiro social como um rito, como uma liturgia. Há uma maneira de ser escola, que se expressa mediante rituais, mobilizando sentimentos, experiências e símbolos. Há um *script*, uma coreografia, que a escola estrutura em seu dia a dia e com a qual apenas os que passam por ela se familiarizam. (BOTO, 2014, p. 110)

Ou seja, existem gestos no processo de escolarização que são inesquecíveis e permanecem vivos na memória individual e coletiva. Nessa direção, as crianças em fila, a disposição das disciplinas escolares e seus currículos, a hora do recreio, a organização dos espaços e as comemorações escolares, indicam movimentos presentes no que compreendemos por vida escolar. Sobre a importância da memória, Pollak afirmou:

[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p. 5)

Nesse sentido, e em diálogo com a importância da memória e o conceito de comemoração, encontramos a definição de que comemorar seria “trazer à memória; fazer recordar; lembrar, festejar; celebrar”<sup>6</sup>. Desse modo, **a tese** aqui defendida é de que as comemorações cívicas escolares em Sergipe, ocorridas durante os anos de ditadura civil-militar (1964-1985), para além de momentos de divertimento, configuravam-se em oportunidades de formação da disciplina dos estudantes e da comunidade à sua volta. Eram ocasiões propícias para serem forjadas atitudes e

---

livro: SANTOS, Patrícia Batista dos. **O ensino da disciplina escolar Educação Moral e Cívica no Atheneu Sergipense (década de 70 do século XX)**. Curitiba: Appris, 2014.

<sup>6</sup> COMEMORAR. In: **Dicionário da língua portuguesa Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2000.

mentalidades que se encontravam em consonância com o contexto sociopolítico da época, que também se refletiam no próprio currículo escolar, a exemplo dos conteúdos ministrados na disciplina Educação Moral e Cívica. Assim, as comemorações firmadas nos calendários escolares solidificaram ritos, construindo bases que estruturam crenças e hábitos sociais.

A respeito dos ritos, Boto nos disse que:

Os ritos, desse modo, traduzir-se-ão como uma forma específica de se lidar com o tempo e com o espaço. É como se, pela liturgia da escolarização, houvesse interrupção do contínuo do tempo para se engendrar o lugar de um novo tempo, aquele do transcurso do ritual. (BOTO, 2014, p. 110)

Tomando as festas<sup>7</sup> escolares como ritos, podemos concebê-las como elementos culturais e político-pedagógicos, não só pelos condicionamentos que suas estruturas apresentam, mas também pelo papel de simbolização que desempenham na vida social. O prestígio da escola dependerá, pois, de como ela se apresenta perante os alunos e de toda a sociedade ao redor de seus muros. Assim, **a problemática** de partida para a investigação desta tese foi: como as festas escolares em Sergipe, nos anos de 1964 a 1985, construíram teias entre os discursos dos ritos cívicos celebrativos e os saberes das práticas pedagógicas das instituições de ensino?

Partindo desse questionamento, aos poucos entendemos que as comemorações escolares no estado de Sergipe aconteciam no âmbito dos prédios das escolas e além deles, em diferentes instituições públicas de ensino ou particulares. Contavam, por vezes, com visitas de autoridades da época, fossem elas civis, militares ou religiosas, e tinham nos impressos da época um divulgador para publicação das suas atividades, o que gerava credibilidade diante da sociedade.

A partir das comemorações escolares, é possível identificar elementos que alicerçaram as estruturas sociais e a formação do cidadão urbano e letrado, sendo perceptível a existência de festas de diversos significados. Tais significados possuíam algumas finalidades pois empreendiam saberes práticos voltados à educação cívica e

---

<sup>7</sup> Ao longo do texto dessa tese utilizaremos os termos Festa, Comemoração e Celebração como sinônimos.

constituíam um comportamento direcionado à instrução patriótica, como por exemplo, os desfiles cívicos do dia 7 de setembro, em alusão à Independência do Brasil.

Nesse sentido, esta investigação tem como **objetivo geral** analisar as festas cívicas escolares em Sergipe durante a ditadura civil-militar 1964-1985. Quanto aos objetivos específicos, buscamos: **a)** descrever a criança escolarizada e o papel da pedagogia das festas em sua instrução; **b)** demonstrar a função curricular e política que as celebrações cívicas para os escolares apresentavam durante os governos de ditadura civil-militar; **c)** mapear os eventos festivos para os escolares em Sergipe durante os anos de 1964 a 1985; **d)** compreender os discursos dos ritos cívicos escolares e os saberes das práticas pedagógicas.

O **recorte temporal** da pesquisa inicialmente estava definido na primeira metade do século XX, mais especificamente de 1909 a 1930<sup>8</sup>. Nele, tomamos como parâmetros a sedimentação das celebrações cívicas escolares aparentes nos noticiários dos jornais de Sergipe. Escolhemos, a princípio, o ano de 1909 em razão da manchete no jornal *A Razão*<sup>9</sup>, sobre uma festa na Escola Tobias Barreto, ocorrida em Estância. O ano de 1930 tinha sido escolhido para encerrar o recorte temporal devido a uma mensagem do presidente do país enviada para a Assembleia Legislativa, afirmando a importância e a consolidação dos desfiles cívicos para escolares nas ruas<sup>10</sup>.

Mas, ao aprofundarmos os estudos, compreendemos a mobilidade da cultura das comemorações escolares ganhando configurações e dinâmicas diferenciadas ao passar das décadas da segunda metade do século XX. Assim, podemos afirmar que a cultura<sup>11</sup> não é estática e ganha novas roupagens, no entanto, a tradição das celebrações como um caminho didático e de diálogo com as demais esferas sociais, permanecem.

---

<sup>8</sup> Marco temporal do projeto aprovado na seleção ao doutorado no programa de educação no ano de 2019, Universidade Tiradentes.

<sup>9</sup> *A Razão*, Anno XVI, nº 36, Estância, 12 de setembro de 1909, p.1.

<sup>10</sup> ESTADO DE SERGIPE. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, em 7 de setembro de 1930, p.15.

<sup>11</sup> Cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender esta dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos. Da mesma forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças culturais entre povos, é necessário saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema. Este é o único procedimento que prepara o homem para enfrentar serenamente este constante e admirável mundo novo do porvir. Para mais informações verificar em Laraia (2009).

Assim sendo, foi sendo desvelado que as festas percorreram desde o início do século com o crescimento dos grupos escolares; fortaleceram-se com o estabelecimento das reformas e legislações para o ensino; e perpassaram as organizações curriculares, as páginas dos compêndios e as cartilhas escolares durante todo o século XX.

Sob essa temática a dissertação de Degenal Silva (2015) tratou especificamente dos anos de construção e fortalecimento dos Grupos Escolares em Sergipe (1911-1930), demonstrando que as festas escolares durante o período pesquisado, diferente de outras regiões do país (São Paulo), não possuíam regularidade e tampouco o mesmo glamour. Contudo, serviam aos interesses republicanos ao valorizar os edifícios escolares e ao forjar o cidadão.

Cabe destacar que, mesmo com outros estudos relacionados ao objeto de investigação, estes centraram seus marcos temporais nas primeiras décadas do século XX, tratando de forma particular o fortalecimento da República. Isso nos fez refletir sobre a fala do professor doutor Jorge Carvalho do Nascimento (UFS) em conferência proferida na abertura do I Encontro Sergipano de História da Educação que “em Sergipe, as pesquisas relacionadas à História da Educação ainda estão centradas nas primeiras cinco décadas do século XX”<sup>12</sup>.

Desse modo, posicionamos a lupa da pesquisa para melhor vislumbrar a fundamentação das práticas celebrativas cívicas que envolviam a escola em Sergipe, tendo em vista a compreensão da presença da pedagogia da festa<sup>13</sup> para além da primeira metade do século XX. Apuramos o olhar para o período que compreende os anos da tutela militar<sup>14</sup> em Sergipe, posto que, até onde nos foi possível alcançar, não encontramos nenhuma pesquisa que abordasse as festas escolares como objeto. Desta forma, para melhor contribuirmos com as investigações do campo da História da Educação em Sergipe, firmamos nosso marco temporal nos anos de 1964 a 1985.

Durante esse período, foi de interesse do Regime desenvolver políticas educacionais de repressão dos estudantes e docentes “indesejados”. A ditadura civil-militar esteve aliada com as determinações do capitalismo. O Estado Militar atendeu

---

<sup>12</sup> Palestra conferida na abertura do I Encontro Sergipano de História da Educação. A História da Educação de Sergipe no Bicentenário da independência em 05 de outubro de 2020.

<sup>13</sup> Utilizamos o termo pedagogia da festa inspirados na analogia da Festa enquanto professor, de Mona Ozouf (1976).

<sup>14</sup> O termo Tutela Militar em Sergipe é utilizado pelo historiador Ibarê Dantas ao se referir ao período político da ditadura civil-militar no Brasil, em seus livros.

aos interesses dos capitalistas, atuando concomitantemente no âmbito da escolarização para desenvolver uma mão-de-obra qualificada necessária à indústria emergente. Para isso, foram implementadas as reformas educacionais: do Ensino Superior em 1968 e, posteriormente, em 1971<sup>15</sup>; e do primeiro e segundo graus, com o objetivo de fortalecer a Educação Cívica. Esses embasamentos políticos e educacionais estiveram atrelados a Doutrina de Segurança Nacional<sup>16</sup>

Em Sergipe, a partir dessas reformas de ensino e, mais especificamente, com o Decreto-Lei nº 869 de 1969 que introduziu no currículo escolar brasileiro a Educação Moral e Cívica como disciplina e como prática educativa, as comemorações cívicas para os estudantes se tornaram muito densas, atrelando as atividades cotidianas escolares aos espetáculos cívicos realizados nos desfiles em celebração ao Dia da Pátria, que levaram muitas pessoas para as ruas com suas fitas verde e amarelo.

Assim, estudar a história das festas cívicas escolares em Sergipe é visualizar a organização do ensino, suas práticas educacionais e a vivência dos sujeitos que participaram de sua construção.

## 1.1 FIOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

As comemorações cívicas escolares foram reconhecidas nos estudos historiográficos a partir do chamado movimento dos *Annales*, surgido no século XX, que trouxe outras percepções sobre interpretação da história como ciência ao possibilitar a expansão do uso das fontes documentais, da interdisciplinaridade e da subjetividade na pesquisa científica. Esse alargamento deu abertura ao estudo de temáticas do cotidiano como os sentimentos, a infância, as práticas escolares, festas, dentre outros.

A presente investigação foi desenvolvida a partir de uma pesquisa histórica tomando por base fontes documentais. Trabalhamos com a abordagem qualitativa

---

<sup>15</sup> BRASIL. Lei nº 5.550 de 28 de novembro 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Elaborou as diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus.

<sup>16</sup> A noção de Doutrina de Segurança Nacional foi criada pelos norte-americanos durante a Guerra Fria, tentando impedir a expansão do comunismo pelo mundo. Após esse momento, perdurou a concepção de segurança coletiva e o conflito ideológico como fundamento para eliminação dos fatores adversos que perturbassem a ordem, ideologia inspiradora para as ditaduras que se consolidavam nas Américas. Os militares brasileiros tiveram uma aproximação singular com tais fundamentos, em função da presença norte-americana em Natal durante a II Guerra Mundial e a ida de muitos militares brasileiros para centros de formação nos EUA (BORGES, 2007).



para a coleta dos dados que, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma possibilidade para entender a natureza de um fenômeno social. A pesquisa qualitativa é sempre uma combinação nova e um arranjo desconhecido em relação ao acervo já dado no passado da tradição, no qual se inscreve a pesquisa.

Foram selecionadas e mobilizadas fontes diversas, dentre as quais se destacam documentos como: leis, decretos, jornais, periódicos impressos de divulgação nacional e local, compêndios didáticos destinados aos alunos e imagens fotográficas. Acerca da importância das fontes documentais, Le Goff afirmou:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1990, p. 536)

Seguindo esta linha de raciocínio, acerca da análise dos aspectos públicos e a intencionalidade das festas escolares, a documentação hemerográfica foi de importância ímpar, assim como os periódicos. A partir da leitura dos impressos da época, foi possível vislumbrar os aspectos considerados de relevância social a serem comemorados. Os jornais são uma das fontes mais utilizadas pelos pesquisadores da História da Educação, fontes estas que merecem cuidadosa análise, uma vez que seu produto – o jornal publicado – resulta de aspectos diversos, nem sempre presentes em suas páginas. Como melhor explicou De Luca, “igualmente importante é inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário” (DE LUCA, 2009, p. 140). Ou seja, as fontes hemerográficas não são desprovidas de intencionalidades.

Para a realização da operação historiográfica destacamos os seguintes periódicos: *Sergipe Jornal* (1964-1965), *Gazeta de Sergipe* (1964-1985), *Jornal de Sergipe* (1965-1985), *A Cruzada* (1964-1970). Embora não sejam as únicas fontes de pesquisa, foram de grande importância para a construção da narrativa desta investigação.

A respeito dos jornais e do papel da imprensa dos anos de 1964 a 1985, Iberê Dantas destacou:

O Diário de Aracaju, criado em 1964, órgão da cadeia dos Diários Associados, que pela própria orientação nacional trouxe consigo a marca registrada da sua tendência governista. O Sergipe Jornal, que apareceu em 1965, evitava emitir juízos os fatos políticos, mesmo assim, tiveram vida curta. A Gazeta de Sergipe, inicialmente tornou-se o órgão de imprensa mais visado pela censura e durante algum tempo resistiu. Mas depois seu proprietário foi-se integrando à nova ordem e houve um certo alinhamento com o sistema militar durante o seu fastígio. O jornal da Cidade, criado em 1972 preservou alguma distância, até que foi adquirido por Augusto Franco. O Jornal de Sergipe, reapareceu em 1978 e serviu aos oposicionistas. Mas, terminando o pleito, foi vendido a um grupo pragmático que procurou conviver com a vigilância oficial, sem perder a credibilidade. (DANTAS, 2002, p. 223)

No processo de construção da tese, apoiamo-nos, também, em outros impressos, como: *Revista Fon-Fon*, na qual analisamos 70 tiragens, sendo localizadas 98 notícias em que a infância era retratada, entre elas, anúncios publicitários e eventos sociais. Isso auxiliou a compreensão do percurso da construção da escola como o lugar para instruir e educar a infância.

Outro impresso utilizado foi o livro didático *Moral e Civismo* (1979), material que circulou em Sergipe durante os anos do marco temporal dessa pesquisa. Neste, foi possível vislumbrar os conteúdos norteadores dos pilares para as celebrações cívicas nas escolas.

Quanto às fontes imagéticas, vale dizer que auxiliaram de maneira particular na investigação, muitas delas disponíveis nos centros de memórias institucionais, locais de pesquisa de muito valor, e de acervos particulares em álbuns de família. A pesquisa com estas fontes nos levou a percepção de como a história das comemorações escolares ultrapassaram os muros da escola e se consolidaram ao longo do tempo, enquanto memória coletiva, já não pertencente apenas a um grupo ou a uma instituição.

A leitura dessas fontes fotográficas instigou a descoberta de diversos detalhes: a forma como as pessoas posavam para as fotos, quais roupas utilizavam, quem eram as personagens que se deixavam fotografar. Para Burke (2004), em seu livro *Testemunha Ocular: história e imagem*, o uso das imagens como fonte de pesquisa em história vem crescendo cada vez mais nas últimas décadas, estando ao lado do uso da literatura e testemunhos orais, dando uma importante contribuição para os estudos de cotidiano e mentalidades.

A fotografia se constitui num artefato cujo registro visual nele contido reúne um inventário de informações acerca daquele preciso fragmento real visível de espaço e tempo retratado (KOSSOY, 1989). Quando estamos diante da observação de uma fotografia, a partir de dados nela materializados, a nossa imaginação é estimulada, resgatando situações e suscitando sensações e sentimentos passados. Estamos envolvidos afetivamente com os conteúdos dessas imagens; elas nos dizem respeito e nos mostram como éramos, como eram nossos familiares e amigos. Essas imagens nos levam ao passado numa fração de segundo; nossa imaginação reconstrói a trama dos acontecimentos dos quais fomos personagens em sucessivas épocas e lugares (KOSSOY, 1989).

Segundo Barthes (1984), a relação entre imagem fotográfica e o observador apresenta dois elementos. O primeiro, trata-se do *studium*, sendo aquilo que desperta um interesse geral por ela, atraindo a atenção pela curiosidade, ou seja, relaciona-se com as intenções e visão de mundo do fotógrafo e àquilo que é percebido com familiaridade devido à bagagem cultural do observador. Além disso, relaciona-se com um afeto médio, seja pelas personagens ou pelos locais e fatos representados. O segundo, trata-se do *punctum*, que parte da cena e ultrapassa o campo da matéria visual, desencadeando no observador determinados sentimentos e emoções cuja sensibilidade e inconsciente são inquietados por ela.

Assim, a fotografia representa “um intrigante documento visual cujo conteúdo é a um só tempo revelador de informações e detonador de emoções” (KOSSOY, 1989, p. 16), apresentando-se como uma fonte em potencial e dinâmica, tanto de aspectos descritivos, como também afetivos e constituída por:

Conteúdos que despertam sentimentos profundos de afeto, ódio ou nostalgia para uns, ou exclusivamente meios de conhecimento e informação para outros que os observam livres de paixões, estejam eles próximos ou afastados do lugar e da época em que aquelas imagens tiveram origem. (KOSSOY, 1989, p. 16)

Le Goff afirmou que “a fotografia, que revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca atingidas” e, a partir do seu advento, conforme Kossoy (1989, p. 15), “o homem passou a ter um conhecimento mais preciso e amplo de outras realidades que lhe eram, até aquele momento, transmitidas unicamente pela tradição escrita, verbal e pictórica”.

Dito isso, compreendemos a fotografia como uma representação da realidade, a qual possibilita ao investigador uma perspectiva a respeito das práticas cotidianas das instituições escolares. Dessa forma, entendemos a imagem fotográfica como documento/monumento pois carrega em si a qualidade de permitir perpetuar a memória, tanto do ponto de vista de quem a produziu, como de quem a elegeu como fonte para narrar uma história. Conforme Le Goff:

O verbo *monere* significa “fazer recordar”, de onde “avisar”, “iluminar”, “instruir”. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação. (LE GOFF, 1990, p. 536)

Dessa forma, o uso de fotografias nesta pesquisa teve como propósito o cruzamento das fontes, conversando com os demais documentos utilizados para analisar o tema, por vezes trazendo uma atmosfera visual para a percepção. Assim, além de um simples registro fotográfico, possibilitou inquirir acerca de elementos presentes, como também do que aparentemente não era relevante para o momento.

Inegavelmente, a cultura material pertencente ao universo escolar, salta aos olhos do pesquisador a partir da análise de fontes imagéticas. Os objetos próprios ou apropriados para o ambiente escolar são vistos e desvelam elementos minuciosos do cotidiano da escola, como também os caminhos pedagógicos e metodológicos seguidos pelas instituições de ensino. A este respeito, Escolano Benito esclareceu:

Assim, todo o material, imagem ou texto de uso escolar, desenterrado de um sítio, em qualquer operação arqueológica, pode ser considerado como um condensador ou sintetizador semântico e como um objeto narrativo ou informador, que conta coisas acerca da instituição em que foi utilizado, das práticas postas em ação como ele nas escolas, por docente e alunos, como também das teorias pedagógicas subjacentes às atividades didáticas, que se apoiavam na utilização do objeto ou documento em exame. (ESCOLANO, 2017, p. 226)

Desse modo, percebemos a importância do tema a ser pesquisado mediante a preservação da memória do processo de escolarização e também o debate acerca de novos elementos da pesquisa historiográfica para a História da Educação, a partir do recorte das comemorações escolares.

É importante pontuar que as festas, enquanto objeto de investigação, vêm recebendo atenção não apenas no campo da História da Educação, mas de outras pesquisas em campos distintos. Especificamente, o tema era estudado por folcloristas e antropólogos, no entanto, nas últimas décadas, a análise vem sendo ampliada e tomada também por outras ciências. Na área da História, pontuamos o texto de Mona Ozouf (1976), *A Festa: Sob a Revolução Francesa*, que auxiliou para o entendimento do recorte do campo de pesquisa em comemorações, no qual a autora analisou a festa como um processo de ensino e “como uma dócil maquinaria, pronta para ser montada e desmontada num abrir e fechar de olhos, tendo em vista as necessidades da causa” (OZOUF, 1976, p. 224). Para ela, o tempo que as festas celebram é o tempo regenerável, aquele que a comoção revolucionária tem a virtude de reatualizar num movimento novo.

Nesse sentido, as comemorações cívicas escolares em Sergipe foram examinadas utilizando-se do método da etno-história, que, segundo Agustín Escolano Benito (2017), é capaz de nos aproximar do estudo da cultura empírica – histórica e atual - da escola, com rigor e método. Desta maneira, mergulhamos no conceito de cultura escolar por meio de dois autores: Escolano Benito (2017) e Dominique Julia (2001). O termo cultura vem sendo utilizado em pesquisas das ciências humanas, como uma forma de compreensão do cotidiano de uma determinada época, assim, ao falar em cultura escolar, estamos levando em conta toda a conjuntura que cerca o processo de escolarização. Para Escolano:

Essa cultura escolar sedimenta práticas e discurso que se objetivam em tradições, gera *hábitus* de conduta nos sujeitos intervenientes, se estrutura em rituais estereotipados de curso prescrito e se simboliza em objetos materiais e em imagens com semântica que lhe conferem identidade. Tudo isso permite compreender essa cultura real da escola como uma construção social sobre a qual intervêm as outras esferas culturais: a acadêmica e a política. (ESCOLANO, 2017 p. 42)

Por cultura escolar, é conveniente conceber também as culturas que se desenvolvem nos pátios de recreio e a aproximação ou afastamento que apresentam em relação às culturas familiares. Percorreremos o conceito de festas por dois vieses: como ritos que significavam e validavam a vida escolar e como elementos que faziam teias entre os saberes escolares e a construção de uma imagem do centro do saber.

Perceber as janelas de pesquisas nessa área é avistar a relevância do tema, a partir do entendimento de que algumas práticas pedagógicas são expressões e atividades atribuídas à escola. Estudar as festas escolares é propor a “examinar” e trazer à luz os conteúdos e elementos presentes nestas atividades que estão arquivados em memórias. Portanto, o uso da categoria cultura escolar apresenta-se como um caminho, tal qual idealizou Julia, do abrir a “caixa preta da escola, ao buscar compreender o que ocorre nesse espaço particular” (JULIA, 2001, p. 13).

Ainda a respeito da cultura escolar, a interpretação de Julia (2001) acerca das análises e mapeamento da história das práticas festivas escolares, é salutar para os historiadores da educação. Os estudos com esta abordagem desvelam novas fontes e possibilitam uma investigação da cultura gerada no interior da escola. Assim, reconhecemos a cultura escolar como:

[...] conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização)”. (JULIA, 2001, p. 10)

Dialogando com o campo de investigação da cultura escolar, outro importante conceito para a investigação do objeto aqui examinado é o de disciplinas escolares. Encontramos dois grupos de pesquisadores que tratam desse campo de pesquisa: de um lado, os que dizem ser as disciplinas escolares criadas a partir de suas ciências de referência, tendo o suporte da matriz acadêmica, a saber: Richard Peters (1972) e Yves Chevallard (2009). De outro, temos um grupo de pesquisadores que afirmam que as disciplinas escolares são criadas pelo sistema escolar que tem autonomia e mecanismos didáticos capazes de alicerçar e transmitir saberes de forma assimilável. Podemos citar dentre esses estudiosos: Andre Chervel (1990), Ivor Goodson (1990) e Antonio Vinão-Frago (2008).

Em nossa pesquisa, compreendemos as disciplinas escolares com o olhar de Chervel (1990). Este autor observou a história das disciplinas a partir do entendimento de suas especificidades com objetivos próprios, buscando compreender as questões que dizem respeito à seleção dos conhecimentos para o ensino, à reflexão de como os saberes se tornam disciplinas e das escolhas dos conteúdos curriculares de

determinada época. Portanto, Chervel conceituou as disciplinas escolares da seguinte forma:

Uma disciplina é, qualquer que seja o campo de saber a que pertença, um modo de disciplinar o espírito, quer dizer, de lhe dar métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte. (CHERVEL, 1990, p. 180)

Também, como base de orientação teórica, levamos em conta a categoria de análise de Roger Chartier (2010), representação, por entendermos as comemorações escolares como uma construção histórica que alicerçou as bases de um processo de escolarização. A investigação trouxe à baila elementos cortinados que ao longo do tempo foram enraizados e, ao montarmos as peças, como um quebra cabeça, fomos ajustando as iguais maneiras de festejar nas mais peculiares formas. Assim, produzimos um mosaico que carrega todo o processo da pedagogia das festas em terras sergipanas. Para Chartier:

As representações não são simples imagens, verdadeiras ou falsas, de uma realidade que lhes seria externa; elas possuem uma energia própria que leva a crer que o mundo ou o passado é, o que dizem que é. Nesse sentido, produzem as brechas que rompem às sociedades e as incorporam nos indivíduos. Conduzir a história da cultura escrita dando-lhe como pedra fundamental a história das representações é, pois, vincular o poder dos escritos ao das imagens que permitem lê-los, escutá-los ou vê-los, com as categorias mentais, socialmente diferenciadas, que são as matrizes das classificações e dos julgamentos. (CHARTIER, 2010, p. 52)

Outro conceito que auxiliou no alicerce da pesquisa é o de tradições inventadas, de Eric J. Hobsbawn (1997), que nos remete a pensar como as celebrações, a construção dos ritos e a sagração dos heróis presentes nas festividades da escola, auxiliaram na legitimação do culto à pátria, dando coerência social ao país e as formas de instruir para as relações dos saberes e os fazeres dos ritos das celebrações escolares. Conforme Hobsbawn (1997), as tradições ou as ressignificações têm um propósito. No caso da tradição, objetiva-se inculcar valores e normas comportamentais por meio da repetição. Nesse caso, a ligação com o passado é um dado importante, ou seja, as comemorações se apresentam como uma forma de ligar o passado com o presente para assim legitimar o novo regime.

Em presença do apoio dos teóricos, averiguamos como os símbolos estabelecidos diante das festas escolares se tornaram eficientes diante de uma lógica social e, aliado a isso, como, de forma afetiva e efetiva, sedimentaram o sentimento patriótico do ser cidadão brasileiro nos anos da ditadura civil-militar. Desta feita, as comemorações escolares são entendidas como campo de pertença, como elementos de pertencimento construídos e imaginados tanto na esfera pública, quanto por seus sujeitos: professores e alunos.

Diante do levantamento das fontes e do entendimento teórico, definimos duas categorias de análise para as comemorações escolares em Sergipe durante os anos de 1964 a 1985:

1. **Comemorações escolares para crianças** – visualizamos o conceito de infância e a criança escolarizada, os enredos comemorativos e o movimento das ações pedagógicas, direcionando o olhar para a escola enquanto o lugar de “disciplinar o cidadão”.
2. **Tipologias das festas e ritos educativos** – as comemorações cívicas, organizadas para os estudantes e população, movimentavam a relação entre as disciplinas escolares, maratonas e passeatas cívicas com a presença da música - enquanto construtora de novas teias com os elementos pertencentes aos ares festivos; e com os jogos escolares, que apresentavam as habilidades com o esporte. Além das festas consideradas para o divertimento, as quais abarcavam diferentes calendários e temas.

Assim, a pesquisa tem seu recorte dentro do campo da História da Educação, a partir de estudos centrados nos ritos comemorativos escolares durante o século XX no estado de Sergipe. Para melhor entendimento do tema, utilizamos os caminhos teóricos da História Cultural partindo de uma pesquisa qualitativa com a instrumental metodológica da pesquisa documental e etno-história.

## 1.2 LÓCUS DA PESQUISA

É comum e conceitual que se iniciem os trabalhos de cunho histórico percorrendo sobre o percurso utilizado na pesquisa em arquivos; tratando as



dificuldades e os dissabores experienciados ao se recorrer à coleta de fontes em espaços tradicionais de pesquisa, nas mais diversas instituições de memória, para beber o néctar das fontes. Isso porque são materiais que revelam ao pesquisador as respostas buscadas por suas questões de pesquisa: “encontrei, os arquivos malcuidados, com mofo, os documentos úmidos e com difícil manuseio”. Destacamos que a nossa pesquisa não foi construída com essas bases.

Abriremos parênteses na escrita deste trabalho para registrar o seu tempo de tessitura, 2020/2021/2022, período pandêmico causado pelo novo Coronavírus (COVID-19), marcado por tristeza, medo e testemunha de um momento no qual a ciência foi perseguida e desmerecida, desacreditada publicamente ao trazer à tona as recomendações necessárias para conter o vírus, a saber: distanciamento social e uso de máscara. Enquanto cientistas de todo o mundo corriam atrás de um remédio, de uma vacina para conter a pandemia, governos insanos produziam discursos contraditórios que invalidavam o sucesso da redução dos números de casos e direcionaram muitas vidas à morte.

Esta pesquisa foi construída em meio ao isolamento social, quando a casa, além de “lar”, lugar de aconchego e descanso, tornou-se o lugar do trabalho, da escola, faculdade, compras, cinema e festas escolares. Nos 80 metros quadrados do meu apartamento, ficamos confinados por meses, o sol era tomado pela pequena varanda e pelas janelas do quarto. O computador se tornou nosso mundo e o aparelho de telefonia celular, o nosso lugar de encontro.

O momento em foco foi um *mix* de tristeza, revolta, medo e questionamentos a respeito do valor da vida e de tudo que traz sustento a ela. Buscar caminhos e forças para acreditar e seguir com a pesquisa não foi tarefa fácil. Mas, em nome da ciência na qual acreditamos, seguimos em frente, desejando que o caminho seja concluído com a vida e saúde preservadas.

No entanto, era nesse confinamento, quando a casa se tornou escola, que o objeto da nossa tese sorria para aquela então mãe/professora: a festa. Ela estava presente nos conteúdos de ciências humanas, no texto para leitura e no problema de matemática. E quando acreditei que tudo já havia vislumbrado do tema, eis que nos tornamos testemunhas oculares da nova História das festas escolares em Sergipe, as

festas por meio de *lives* e os *drives thru*<sup>17</sup>. Foi neste instante que compreendi a cultura da festa como dinâmica, movendo-se para outro formato, todavia ligada à tradição da comemoração como um aspecto também pedagógico, ritual necessário.

Lá estávamos construindo a festa, com os temas já conhecidos das celebrações, em nosso tempo. Dia das Mães, Páscoa, os festejos juninos, Dia dos Avós, Dia dos Pais, festas de formaturas do ABC, entre outras.

Com isso, queremos apresentar como lócus desta pesquisa documental os bancos e acervos digitais e alguns arquivos, isto é, quando os decretos permitiam a visita aos acervos de forma presencial. Duas questões ficaram evidentes durante a pesquisa na História da Educação em tempos pandêmicos: a primeira, trata-se da importância da digitalização dos acervos públicos. Os repositórios digitais como a CAPES, Biblioteca Nacional, Hemeroteca da Universidade Federal de Sergipe possibilitaram o levantamento de fontes para esse estudo. A segunda, trata-se da importância da concessão dos acervos particulares, tanto de famílias como de outros pesquisadores, que possuem curadorias nas fontes já estudadas em suas dissertações e teses.

A partir dos acervos particulares, foi permitida uma visão mais rica e complexa dos eventos festivos com os estudantes, diante das motivações e visões dos seus protagonistas. Percebemos nas apresentações em seminários e congressos durante a construção da tese, em eventos e seminários, que alcançamos as caixas das memórias, pois muitos queriam citar seus exemplos e recordar as atividades realizadas nas escolas por onde passaram. Algumas famílias compartilharam suas lembranças a partir de fotografias, convites de formaturas, livros escolares e vestimentas dos momentos vivenciados.

De tal modo, compreendemos os arquivos pessoais como espaço de memória a respeito de si próprio. Claro que devemos deixar registrado que o pesquisador, ao escolher as fontes que constituíram a base para a narrativa do estudo, faz uma escolha do testemunho, pois, como afirmou Le Goff, a intervenção é do historiador “que escolhe o documento, extraindo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhes um valor de testemunho” (LE GOFF, 1996, p. 535). Portanto, a problemática da pesquisa foi sendo respondida a partir dos enlaces das

---

<sup>17</sup> Momento organizado para as festas transmitidas e pontos fixos para passagem das crianças no carro. Na grande maioria, a participação das crianças em companhia de seus familiares era ativa. Forma dinâmica de trazer os temas e manter o vínculo com o estabelecimento de ensino.

críticas e de análise das fontes documentais que tratam das comemorações escolares em Sergipe durante o século XX.

Tais documentos foram encontrados em diversos acervos, tais como: Arquivo Público de Sergipe (APES); Arquivo Público Municipal de Aracaju; Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE); Banco de acervo digital de jornais da Universidade Federal de Sergipe – Hemeroteca (UFS); Biblioteca Digital Nacional (BNDigital). Além disso, dois centros de memória de instituições escolares compuseram o lócus desta pesquisa, foram eles: Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS); e Centro de Pesquisa Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CEMDAP).

Os acervos particulares foram disponibilizados de forma digital (via *email* ou *WhatsApp*) e presencialmente, em visita aos locais de guarda dos documentos. O acervo da professora Josivânia Nunes Rabelo<sup>18</sup>, referente as suas memórias imagéticas das comemorações cívicas no município de Poço Verde/SE, onde vivenciou seus primeiros anos escolares, foi disponibilizado pela mesma via *WhatsApp*. Aqui, observamos um dado relevante sobre a coleta das fontes acerca da escolha do documento disponibilizado: as imagens fotográficas, que foram selecionadas e disponibilizadas pelo sujeito protagonista da fotografia para uso na pesquisa. O acervo de Anne Emilie Almeida Cabral<sup>19</sup>, curadora das fotografias e documentos da sua família, foi disponibilizado presencialmente para a seleção e análise da pesquisadora.

Já o acervo de Wesley Santos, fotografamos diretamente dos seus álbuns de recordações familiares, a escolha das imagens foi realizada mediante o olhar da pesquisadora e a indagação as fontes: qual comemoração se refere a imagem? E o local da comemoração? Quais personagens a imagem estava representando? Fotografamos, ainda, as fontes do acervo de Heliane Freire Cabral<sup>20</sup>, sob o olhar cuidadoso da professora aposentada, que disponibilizou o livro didático da Série Pátria Brasileira, seu convite da sua formatura e o álbum de fotografia de seus filhos. Documentos de acervos de outros pesquisadores também foram doados ou enviados

---

<sup>18</sup> Professora de Sociologia do Colégio de Aplicação de Sergipe (CODAP).

<sup>19</sup> Professora da Rede municipal de ensino de Aracaju e Doutora em Educação Universidade Federal de Sergipe (UFS).

<sup>20</sup> Professora aposentada do curso de Química da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

via *email* para a pesquisadora. Elias Santos<sup>21</sup> (documentos referentes ao ensino da música), Anne Cabral<sup>22</sup> (relatório da inspeção escolar) e Alexandra Santos<sup>23</sup> (Documentos Escola Murilo Braga).

A investigação que opera com documentos de acervos pessoais, encontra-se atrelada ao conceito de sensibilidades como algo que se assemelha à “leitura da alma”. “É por meio das experiências pessoais arquivadas que se reverberam “práticas culturais dos sentimentos” (PESAVENTO, 2007, p. 14). Ao utilizar os acervos particulares, o assentimento e consentimento do uso de documentos e imagens são imprescindíveis. Dessa forma, faz-se imprescindível o trato das questões da ética para a produção da pesquisa em História da Educação, pois entendemos que o pesquisador não está sozinho, uma vez que trabalha com sua rede de apoio formada por outros pesquisadores e membros do grupo de pesquisa, sendo, portanto, colaboradores ativos.

Os pressupostos éticos para a pesquisa são elementos presentes desde a intenção da pesquisa, coleta de dados, interpretação das informações e disseminação do conhecimento gerado a partir da investigação. Contudo, no processo da coleta das fontes, voluntariamente houve a disponibilização de acervos pessoais e a autorização verbal e escrita para a utilização neste trabalho e demais produtos da pesquisa, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento da ciência e o entendimento das festas escolares em Sergipe. Além das imagens fotográficas cedidas, os demais documentos estão disponibilizados nos arquivos públicos do estado de Sergipe, como também em repositórios digitais, sendo de livre acesso aos pesquisadores.

### 1.3 ESTADO DA ARTE E ESTRUTURA DA TESE

Para a construção da tese, inicialmente fizemos a apreciação de outros estudos: priorizamos aqueles realizados nos Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (PPED) e da Universidade Federal de Sergipe

---

<sup>21</sup> Professor da Escola e Oficina de Artes Valdice Teles e regente de corais em instituições públicas e particulares de Aracaju.

<sup>22</sup> Professora da rede municipal de Aracaju.

<sup>23</sup> Professora da rede municipal de Areia Branca.

(PPGED)<sup>24</sup>. A pesquisa foi realizada nos repositórios digitais de ambas as instituições e organizamos a busca por três etapas:

1. Selecionamos as pesquisas em História da Educação em Sergipe no Século XX (1900- 1999);
2. Direcionamos o olhar para a busca das comemorações escolares nas instituições de ensino em Sergipe a partir das teses e dissertações;
3. Averiguamos as dissertações e teses com os recortes temporais entre os anos de 1964 e 1985.

O levantamento dos dados também foi realizado na Plataforma da CAPES, com a utilização das palavras-chave **Festas e Comemorações**, com isso foi possível perceber por quais campos a temática vêm sendo estudada, a saber: Sociologia, Turismo, Antropologia, Ciências da Religião, História, Geografia e Educação. Na sequência, os passos do levantamento de dados foram dirigidos para a seleção de teses e dissertações que tinham como objetivo estudar as festas, com o olhar para instituições escolares.

Diante, desse levantamento, observamos que no Brasil, muitas foram as pesquisas que já trabalharam com festas e algumas especificamente com o calendário festivo escolar. Aqui vamos sequenciar as que auxiliaram no reconhecimento do objeto.

**Quadro 1** - Trabalhos sobre Comemorações Escolares no Brasil (Teses e Dissertações por ano de defesa)

<b>Autor/ano</b>	<b>Tema</b>	<b>Tipo/Instituição</b>
Rosa Fátima de Souza (1998)	Templos de civilização: Um Estudo sobre a implantação dos Grupos escolares no estado de São Paulo (1890-1910)	Tese/Universidade de São Paulo
Antônio Carlos Ferreira Pinheiro (2001)	Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos grupos escolares na Paraíba	Tese/ Universidade Estadual de Campinas
Vânia Cristina da Silva (2001)	Ó pátria amada, idolatrada, salve! Salve! festas escolares e comemorações cívicas na Paraíba (1937 – 1945)	Dissertação/universidade Federal da Paraíba

<sup>24</sup> A seleção foi feita tendo como critério verificar dissertações e teses que trataram das comemorações escolares no século XX. Optamos em dar início nos programas de pós-graduação em Educação do estado de Sergipe (PPGED/UFS e PPED/UNIT), por essas instituições concentrarem o maior número de pesquisa relacionadas a educação no estado de Sergipe. Na sequência, a partir do Banco da CAPES, selecionamos as pesquisas em História da Educação no Século XX (1901- 1999), no Brasil e em Sergipe.

Mauricio Barreto Alvarez Parada (2003)	Educando corpos e criando a Nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo'	Tese/ Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rosângela Araújo Silva Novais (2004)	Eventos escolares na sociedade do espetáculo: uma abordagem discursiva	Dissertação/Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Ana Lucia Siqueira de Oliveira Nunes (2005)	Festas e Celebrações: Um estudo sobre as visualidades da escola'	Dissertação/ Universidade Federal de Goiás
Aline Choucair Vaz (2006)	A escola em tempos de festa: poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo (1937-1945)	Dissertação/Universidade Federal de Minas Gerais
Renata Marcílio Cândido (2007)	Culturas da escola: as festas nas escolas públicas paulistas (1890 -1930).	Dissertação/Universidade de São Paulo
Sandra Herszkowicz Frankfurt (2007)	As práticas das festas escolares na Escola Normal de Pirassununga (1931-1950)	Dissertação / Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo
Silvandira Arcanja Franco (2007)	Xire - Proposta para Inclusão da Criança Negra na Educação Infantil: o saber nas festas do Terreiro do Cobre'	Dissertação/ Universidade do Estado da Bahia
Hamilcar Silveira Dantas junior	Da "escolarização do esporte" à "esportivização da escola": tradição e espetáculo nos jogos da primavera de Sergipe(1964-1995).	Tese/ Universidade do Estado da Bahia
Angélica Jesus de Santana (2008)	As Práticas Pedagógicas-Educativas da Educação do Corpo no Ensino primário em Sergipe – 1889/1930.	Dissertação/Universidade Federal de Sergipe
Maria Aparecida de Souza Gerken (2008)	Entre Bandeiras, árvores e bonecas: festas em escolas públicas primárias em Minas Gerais (1906 – 1930)	Tese/Universidade Federal de Minas Gerais
Ceci Mara Spagolla Bergamasco (2009)	O fio de Ariadine: a religiosidade nas festas comemorativas escolares'	Dissertação / Universidade est. Paulista Júlio de Mesquita filho/PR
Magno Francisco de Jesus Santos (2009)	Ecos da Modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos.	Dissertação/Universidade Federal de Sergipe
Salânia Maria Barbosa Melo (2009)	A construção da memória cívica: espetáculo de civilidade no Piauí (1930- 1945).	Tese/Universidade Federal do Ceará
Vivia de Melo Silva (2009)	Grupo Escolar Solon de Lucena: Um novo modelo de escolarização primária para a cidade de Campina Grande-PB (1924-1937)	Dissertação/ Universidade Federal da Paraíba
Marciana Roberta de Oliveira (2010)	Sentidos e significações das festas escolares: implicações na construção do conhecimento social e da noção de cidadania	Dissertação/ Centro Universitário moura Lacerda
Renata Marcílio Cândido (2012)	A máquina de Festejar: seus usos e configurações nas	Tese/ Universidade de São Paulo

	escolas primárias brasileiras e portuguesas (1890-1930).	
Sebastião Alves Maia (2012)	Grupo escolar Duque de Caxias festas escolares: uma celebração de múltiplos significados - 1949 -1962	Dissertação/ Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Gislaine Cristina Tamiao Piola (2013)	A cultura escolar: colégio paroquial Santo Inácio, suas festas e comemorações (1957-1965)	Dissertação/ Universidade Estadual de Maringá
Manoel Pereira de Souza (2013)	Nossa pátria, nossa bandeira, nosso chefe: As comemorações cívicas nas escolas de Santos durante o Estado Novo (1937)	Dissertação/ Universidade Católica de Santos
Degenal de Jesus da Silva (2015)	Dionísio Republicano: as festas dos grupos escolares sergipanos e outros olhares (1911- 1930)	Dissertação/Universidade Federal de Sergipe
Marina Coimbra Casadei (2015)	As festas escolares no Brasil: uma análise a partir da literatura sobre a temática e à luz da teoria crítica	Dissertação/ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita filho/PR
Genes Duarte Ribeiro (2017)	A Professora da Nação: as festas Cívicas e as escolas na Paraíba	Tese/ Universidade Federal da Paraíba

Fonte: elaborado pela autora a partir das referências selecionadas no banco de teses da CAPES.

Dentre as teses e dissertações que tratam da temática, algumas de forma particular auxiliaram no caminho da pesquisa, entre essas, podemos apresentar: *Templos de civilização: um Estudo sobre a implantação dos Grupos escolares no estado de São Paulo (1890-1910)*, tese de doutorado de Rosa Fátima de Souza (1998). A autora tratou do surgimento e consolidação dos grupos escolares e identificou algumas comemorações realizadas nessas instituições. Aqui foi possível compreender as questões-bases do pensamento pedagógico, definição dos métodos e ritos pensados para a instituição escolar no Brasil durante a transição do século XIX para o XX. A pesquisadora nos contemplou com um panorama que nos leva a entender as características externas das comemorações escolares, tais como: marcos legislativos e decretos, regulamentos e regimentos, como também correntes pedagógicas que influenciaram de forma direta a organização do ensino brasileiro.

Em *Da “escolarização do esporte” à “esportivização da escola”: tradição e espetáculo nos jogos da primavera de Sergipe (1964-1995)*, tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, por Hamilcar Silveira Dantas Junior (2008), observamos a relação entre esportes e comemorações escolares. O pesquisador apresentou o papel das tradições

e rituais esportivos construídos para a escola e pela escola, com suas características que legitimaram as instituições de ensino, a coesão social, status, além de socializar imagens unificadoras em cerimônias nos diferentes espaços sociais. A pesquisa de Dantas Junior (2008) sinalizou para a definição do fim do marco temporal do nosso trabalho para os anos de 1995, ano da última edição dos jogos da primavera durante o século XX.

A pesquisa de doutorado de Genes Duarte Ribeiro (2017) intitulada *A Professora da Nação: as festas Cívicas e as escolas na Paraíba*, apresentou um estudo enriquecedor para o entendimento da periodização e temas cívicos comemorados no Brasil, mais especificamente na Paraíba, desde o final do século XIX ao fim dos anos 80 do século XX. Em seu trabalho, o autor analisou festas como a do centenário da República e o sesquicentenário da Independência do Brasil a partir de elementos para a instrução. A pesquisa revelou a importância da construção de um calendário de comemorações como elemento norteador da instrução.

Além disso, o ponto exposto nesta tese é a construção de “heróis” cívicos regionais. Ribeiro (2017) apresentou as festas de exaltação do presidente João Pessoa. Durante o século XX, foi estabelecido a sedimentação e crescimento da escola e, junto a ela, um estreitamento entre consolidação dos saberes necessários para uma nação. O ideário republicano herdado dessa definição da escola moderna em fins do século XVIII foi transcendendo e criando suas roupagens até o século XX.

Outros dois trabalhos que definiram elementos importantes para a pesquisa em festas escolares são: *Culturas da Escola: as festas nas Escolas públicas paulistas (1890-1930)*, de 2007, e *A Máquina de Festejar: seus usos e configurações nas escolas primárias brasileiras e portuguesas (1890-1930)*, de 2012. Ambas são pesquisas de Renata Marcílio Cândido, referentes à dissertação de mestrado e tese de doutorado, respectivamente. A partir dos seus textos, foi possível observar os detalhes da construção dos rituais e o ideal de escola e de sociedade durante os primeiros anos da república. Especificamente em sua dissertação de mestrado, foram apresentados os diferentes tipos de comemorações escolares no Brasil, suas funções, suas formas de organização e padronização de elementos que compõem as estruturas sociais durante a Primeira República Brasileira. No que se refere ao recorte temporal, a pesquisa de mestrado em tela fez uma ponte com a seguinte afirmação de Veiga:



Foi no contexto de apreensões de toda a ordem que se instaurou o debate educacional voltado para a necessidade da formação de um novo homem, para a definição do que deveria ser o cidadão. Nas constituições republicanas colocava-se um difícil problema a ser equacionado – “todos são iguais perante a lei”. Na abstração dos sujeitos sociais esteve apenas uma resolução parcial do problema, entretanto foi necessário enfrentar concretamente as diferenças. Dentre as várias estratégias constituídas para isso esteve a difusão da educação estética das populações presentes nos conteúdos escolares, na organização do espaço urbano e escolar e na rotinização de acontecimentos provedores de emoção estética, as festas escolares e as festas dos escolares na cidade, presentes nas primeiras décadas republicanas. O objetivo era dar visibilidade à modernidade, concretizar no espaço urbano novas atitudes e valores – a elegância, os bons costumes, o patriotismo, a civilidade. (VEIGA, 2003, p. 400)

Em sua tese de doutoramento, *A Máquina de Festejar: seus usos e configurações nas escolas primárias brasileiras e portuguesas (1890-1930)*, Cândido (2012) apresentou elementos comparativos entre Brasil e Portugal. Aqui o método de análise aproximou o objeto de estudo, festas escolares, apontando os elementos convergentes e quais as especificidades de cada país. Trouxe a festa como um grande teatro para o aprendizado social apontando a constituição de hábitos para os alunos e o entrelaçamento com o currículo escolar. O tema "festas" foi analisado a partir de três categorias: festas cívicas, festas que comemoravam as instituições de ensino e festas da natureza.

Em sua pesquisa de doutorado, *Festas nas escolas públicas primárias em Minas Gerais na Primeira República (1906-1930)*, Maria Aparecida de Souza Gaeken apontou uma investigação nas escolas mineiras durante a primeira república, especificamente os grupos escolares (GAEKEN, 2008). Em seu trabalho, a pesquisadora chamou a atenção para os detalhes do culto à bandeira como um elemento central para a construção dos rituais cívico-patrióticos, sendo relevante pensar nos elementos trazidos, apontando para uma sacralização de um dos símbolos nacionais brasileiros.

Destacou-se a construção dos ritos cívicos, abrindo um diálogo para a ritualização dos eventos comemorativos escolares entrelaçados à urbanização. Assim, outros aspectos que vale ressaltar são as atividades de inauguração de construções urbanas e as atividades de saúde pública. Segundo a autora, “os aspectos relativos à higiene e ao saneamento das cidades eram fundamentais, além

da preocupação com o progresso; portanto, entrelaçar as festas escolares a esses aspectos era imprescindível” (GAEKEN, 2008, p. 94). Esse elemento apresentado direcionou o olhar para a capital de Sergipe, a “jovem Aracaju<sup>25</sup>”, que crescia junto com o processo de edificação e sedimentação das escolas e, mais especificamente, dos grupos escolares sergipanos.

No âmbito da historiografia educacional sergipana, as pesquisas de Jorge Carvalho do Nascimento (2006), Crislaine de Azevedo (2009) e Magno Francisco de Jesus Santos (2009) são de grande relevância para o entendimento e validação das práticas educacionais dos grupos escolares.

Nascimento (2006), em *A Escola no Espelho: São Paulo e a implantação dos grupos escolares no estado de Sergipe*, capítulo no livro *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*, organizado por Diana Vidal, apontou um panorama acerca da criação dos grupos escolares em terras sergipanas, trazendo as características e configurações das novas instituições de ensino. O trabalho contribuiu para o nosso diálogo com as fontes, de forma mais próxima da propositura da função dos inspetores de ensino, das caixas escolares e da formação cívica.

Azevedo (2009), em seus estudos, avaliou chaves importantes para as comemorações nos grupos escolares em Sergipe, a saber:

A implantação dos grupos escolares fez parte de um processo modernizador e civilizatório ocorrido em Sergipe no início da República. Nesse Estado, um projeto de autonomia e modernização esteve presente desde os idos dos oitocentos com a luta pela emancipação política (1820) e a construção da sua capital planejada (1855). Pela via da educação escolar, porém, esse processo ganha força no regime republicano. (AZEVEDO, 2009, p. 30)

Em seu texto *Grupos Escolares em Sergipe*, a pesquisadora apresentou elementos das comemorações que ocorriam nessas instituições, apresentando o processo de ritualização. Dentre elas, podemos citar: as festas das férias, os exames, as visitas ilustres e o culto à pátria.

---

<sup>25</sup> Aracaju, cidade que foi planejada para ser a capital de Sergipe, construída com o projeto do engenheiro Sebastião José Basílio Pirro, que projetou a cidade formando quarteirões simétricos que lembravam um tabuleiro de xadrez. Nas últimas décadas do século XIX, mais especificamente em 17 de março de 1855, Aracaju passa a substituir São Cristóvão enquanto centro administrativo do estado de Sergipe.

Da mesma autora, temos o artigo *Celebração do civismo e promoção da educação: cotidiano ritualizado dos grupos escolares de Sergipe no início do século XX*, publicado na Revista Brasileira de História (2011). O trabalho retomou as festas nos grupos escolares sinalizando as comemorações de caráter cívico e patriótico.

Prontamente, a pesquisa de dissertação de Magno Santos (2009), defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, *Ecos da Modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos*, teve papel singular para a compreensão das construções e formas de utilização desses espaços educativos na capital de Sergipe. No decorrer do trabalho, encontra-se o entrelaçamento entre a pomposidade das arquiteturas dos grupos escolares com as propostas pedagógicas modernas sugeridas no projeto educacional, em voga no momento.

Ainda a respeito das análises com o foco nos grupos escolares em Sergipe, a dissertação de Degenal Silva (2015), *Dionísio Republicano: as festas dos grupos escolares sergipanos e outros olhares (1911- 1930)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (PROHIS), é cara aos estudos historiográficos com objeto “festas cívicas”. Isso porque assinalou elementos ímpares para o entendimento das comemorações dos grupos escolares, atrelando ao crescimento da urbanização da capital aracajuana. O autor afirmou ter existido pontos divergentes nas comemorações escolares em Sergipe, referindo-se à cultura dos grandes espetáculos por meio da qual as festas dos grupos escolares de São Paulo tomavam corpo.

Do mesmo modo, ao lançar o olhar para os aspectos do cotidiano dos grupos escolares, o autor construiu um mapa das comemorações e da relação entre a construção dos grupos escolares e a formação do cidadão sergipano aos moldes da civilizada e emergente República brasileira nas primeiras décadas do século XX.

Como foi possível observar nos trabalhos mencionados anteriormente, das pesquisas com o olhar voltado para as festas escolares em Sergipe, os estudos fincaram seus recortes temporais para a primeira metade do século XX, mais especificamente com o recorte dos grupos escolares. Desta feita, levamos em consideração outros trabalhos que, apesar de não tratarem exclusivamente de comemorações escolares, ajudaram-nos a compreender elementos particulares de determinadas instituições no que se refere aos eventos comemorativos.

Dito isto, selecionamos a dissertação sob o título *Entre bordados cadernos e orações: a educação de meninas e as práticas educativas no orfanato de São Cristóvão e na Escola da Imaculada Conceição (1922-1969)*, de Josineide Siqueira de Santana, 2011. A pesquisa apresentou o cotidiano das alunas da instituição. Nesse trabalho, a autora percebeu nas comemorações escolares, a partir da memória de ex-alunas, os elementos pedagógicos e lúdicos das festas para os lares de meninas. Nesta pesquisa, que auxiliou no entendimento das festas para outras instituições que iam além dos grupos escolares de Sergipe, as celebrações cívicas e em particular as comemorações religiosas, trouxeram possibilidades para a compreensão dos elementos cristãos comemorados nas escolas confessionais.

Com o mesmo enfoque de instituições confessionais, temos as dissertações de Rosemeire Macedo Costa (2003) e de Nadja Santos Bonifácio (2011). Na primeira, intitulada *Fé, civilidade e ilustração: as memórias de ex-alunas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1903-1973)*, a autora analisou uma instituição confessional católica feminina, situada em Aracaju, o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, considerada uma instituição de ensino da elite sergipana desde a sua fundação em 1903, até o seu fechamento na década de 1970. Foi possível atentar para aspectos pertencentes às comemorações para um determinado grupo social. O trabalho pontuou a presença dos elementos religiosos cristão-católico como elementos chave para a compreensão do cotidiano festivo escolar. Da mesma maneira, a segunda dissertação, de Nadja Santos Bonifácio (2011), intitulada *Acolher, evangelizar e educar: contribuições do oratório festivo São João Bosco para educação feminina em Aracaju (1914-1952)*, analisou as práticas educativas e se aprofundou, também, nas práticas festivas e religiosas da instituição estudada.

Ainda com o foco em instituições de ensino que tem por objetivo o amparo a infância desvalida em Sergipe, o estudo de Solyane Silveira Lima, *Uma maneira de proteger e educar: a casa maternal Amélia Leite 1947-1970*, teve como finalidade investigar a criação e consolidação da Casa Maternal Amélia Leite, formulada a partir dos preceitos higienistas. Essa instituição filantrópica e educativa de atendimento às mães adolescentes e crianças promovia assistência social, médica e educação moral com o intento de atenuar o número de abortos infantis e prostituição em Sergipe. Essa dissertação nos aproxima da proposta de disciplinar a juventude a partir da educação

moral associada aos bons hábitos, apresentando a escola como um lugar que acolhe e redireciona para a vida.

Outro trabalho que pesquisou instituições de ensino e apresentou as comemorações educativas é a dissertação de France Robertson Pereira da Silva, de 2016: *Educação e preceitos da fé: o Colégio do Salvador (1935-1959)*. Aqui, o pesquisador analisou o processo de criação e o funcionamento dos primeiros vinte e quatro anos do Colégio Salvador. A dissertação sinaliza para as comemorações de cunho religioso da referida instituição de ensino e como havia comunicação entre eventos escolares e demais instituições sociais. Com as fontes apresentadas nesta pesquisa, percebemos o encontro entre os elementos externos e internos do ato de comemorar com os estudantes.

A pesquisa de Dílson Sampaio (2016), *“Para tornar o estudo um farol no colégio o lema tracemos”*: o Colégio Patrocínio de São José, de Aracaju (1940 – 1953), defendida no Programa de Pesquisa de Pós-Graduação da Universidade Tiradentes caminhou na mesma direção das análises dos trabalhos anteriores. Diante do objeto de pesquisa - instituições escolares – o autor apresentou as “festas da escola” como elemento de práticas pedagógicas. As festas de maiores proeminências na instituição eram as do Patrono do Colégio, as de formaturas, os desfiles cívicos, chás beneficentes, saraus, entre outras atividades. Um dado interessante é a presença dos professores para orientar e direcionar a interação dos alunos.

A este respeito, Magalhães afirmou:

As funções básicas de uma instituição educativa centram-se na dimensão sociocultural e concretizam-se pela transmissão e pela produção de uma cultura científica e tecnológica, bem como pela socialização e pela formação de hábitos e mudanças de atitudes e pela interiorização de valores. (MAGALHÃES, 2004, p. 145)

Joaquim Francisco Guimarães (2014), em seu trabalho *Memórias de educadoras sergipanas: práticas escolares e cultura escolar no município de Umbaúba/Se (1955–1989)*, também contribuiu para compreensão a respeito das comemorações escolares apresentando as festas cívicas e da religiosidade como marcas de ensino. Destacam-se: os elementos comemorativos em cidades para além da capital e o marco da pesquisa para a segunda metade do século XX. Sua pesquisa também foi defendida no Programa de Pós-Graduação da Universidade Tiradentes.

Do mesmo Programa de pesquisa de Joaquim Guimarães, a dissertação de Rogério Freire Graça (2012), com o título *Civilidade e formação de professoras: um mosaico do ensino normal regional do instituto sagrado coração de Jesus (Estância-se, 1949-1955)*, pincelou as comemorações em uma escola para formação de professores em Estância. Deste modo, auxiliou a entender a importância das comemorações para quem vai ensinar.

A pesquisa de Elias Souza dos Santos (2015), defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, versou a respeito do canto orfeônico na Escola Normal de Sergipe (1934-1971). Com o título *Ó Tupã, Deus do Brasil*, o autor trouxe uma contribuição ímpar para a nossa pesquisa pois sinalizou o canto orfeônico como disciplina chave para cerimônias comemorativas dos escolares, e em especial para as futuras professoras. O entrelaçamento entre os conteúdos dessa disciplina com as finalidades de ensino vinculados às práticas pedagógicas foram elementos fundantes para a constituição do encantamento exercido por essas festas escolares quando apresentadas à sociedade.

Vale trazer para esta discussão, a investigação realizada por Nayara Alves de Oliveira, *A inserção de acadêmicos e licenciatura do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe no campo educacional sergipano (1968-1978)*, tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe em 2017. A pesquisadora lançou mão do percurso da construção da Universidade Federal de Sergipe para compreender a organização do curso de Pedagogia, apresentando as estratégias para valorizar e encaminhar os licenciados aos postos de trabalho no cenário educacional sergipano. Fez, também, uma associação com a importância das políticas desenvolvimentistas e a expansão das escolas no estado de Sergipe para uma consolidação das licenciaturas, de forma particular a Pedagogia.

Por fim, apresentamos a pesquisa de Hamilcar Silveira Dantas Junior, realizada na Universidade do Estado da Bahia, com título *Da “escolarização do esporte” à “esportivização da escola”: tradição e espetáculo nos jogos da primavera de Sergipe (1964-1995)*. Essa foi de suporte ímpar para a compreensão dos jogos esportivos enquanto uma festa cívica escolar, durante os anos da ditadura civil-militar em Sergipe. O texto ampliou nosso olhar para outros elementos cívicos em torno dos

saberes e fazeres das instituições de ensino, bem como a relação entre escola e políticas voltadas a "esportivização" do esporte na escola.

Metodologicamente, além desta primeira seção, a tese se encontra estruturada em mais três seções. A segunda, *Entre brinquedos e cadernos: a representação da infância e o papel pedagógico das comemorações*, apresentaremos as compreensões teóricas acerca da representação da infância até o nosso marco temporal. A partir do conceito em tela, discorreremos sobre a criança escolarizada e a construção dos rituais comemorativos celebrados nas escolas sergipanas. Para a construção do capítulo, serão tomados cânones do pensamento pedagógico, como também produtos de periódico, jornais e livros escolares.

Na terceira seção, *"Olha o passarinho!": festas cívicas escolares em Sergipe a partir dos impressos fotográficos*, os fios da investigação serão tecidos a partir das comemorações cívicas para os escolares em Sergipe, sobretudo os desfiles de celebração da Independência do Brasil. O corpo documental jornalístico da investigação conduzirá ao entendimento da forma, lugar e elementos presentes nesta prática política e pedagógica.

A quarta seção, *"Para não dizer que não falei das flores": a festa e o divertimento*, apresentaremos as práticas pedagógicas que tomavam um caminho lúdico, dinâmico, consistidas em rituais para o divertimento – atividades, esportivas e musicais, unidas, ou não, às disciplinas escolares.

Por último, *Celebrar e obedecer: um caminho para as últimas considerações de uma tese*, recuperaremos a trajetória da pesquisa fazendo proposição de novas possibilidades de estudo do objeto desta tese aos pesquisadores da História da Educação.

## 2 ENTRE BRINQUEDOS E CADERNOS: A REPRESENTAÇÃO DA INFÂNCIA E O PAPEL PEDAGÓGICO DAS COMEMORAÇÕES ESCOLARES

Remexo com um pedacinho de arame nas minhas/ memórias fósseis./ Tem por lá um menino a brincar no terreiro/ entre conchas, osso de arara, sabugos, asas de caçarolas, etc./ [...] / O menino também puxava, nos becos de sua aldeia, por um barbante sujo, umas latas tristes./ [...] O menino hoje é um homem douto que trata com/ física quântica./ Mas tem nostalgia das latas./ Tem saudades de puxar por um barbante sujo/ umas latas tristes.[...] Aos parentes que ficaram na aldeia esse homem/ encomendou uma árvore torta.../ Para caber nos seus passarinhos./ De tarde os passarinhos fazem árvore nele. (BARROS, 2001, p. 47)

Educar e instruir a infância, ao longo dos tempos, tem sido um assunto árduo aos pensadores, tanto que não foram poucos a dedicarem páginas e mais páginas a este respeito. Muitos pontos estiveram ressaltados, tais como: o conceito de educação, o que ensinar, quem deveria receber instrução, como essa educação deveria acontecer, quais lugares dispunham para a difusão do saber e quais instrumentos e modos poderiam ser utilizados. A temática da infância pode parecer natural, como um conceito simples e bastante conhecido, no entanto, a pesquisa em textos de diferentes áreas do conhecimento de épocas diversas atesta que o entendimento de infância e as concepções da importância da educação para as crianças nem sempre foram como o conhecido na contemporaneidade<sup>26</sup>.

Para um entendimento dessa criança escolarizável, a investigação percorreu fontes que antecederam o marco temporal investigado (1964-1985), aguçando o olhar para o estabelecimento das bases legais e os princípios da educação de crianças em Sergipe.

Por certo, ao examinar algumas dessas fontes, alguns questionamentos foram realizados e uma afirmação encontrada na ata da reunião pedagógica do Grupo Escolar Dr. Manoel Luiz, realizada no dia 29 do mês de agosto do ano de 1957, em

---

<sup>26</sup> Dentro dos fundamentos teóricos da educação, muitos são os nomes que apontam caminhos para a compreensão dessa questão, a saber: Martinho Lutero, Erasmo de Roterdã, Michel de Montaigne, João Amós Comenius, John Locke, Jean-Jacques Rousseau, Johann Pestalozzi, Friedrich Fröebel, Hebert Spencer, John Dewey, Maria Montessori, Immanuel Kant dentre outros que conceberam a infância como período passível a aprendizagem, reportando-a para o núcleo da cena social. Consideramos seus escritos como um caminho possível para a compreensão da infância e logo, a criança escolarizável. Entendemos que são essas algumas das ideias bebidas pelos intelectuais e organizadores da instrução pública no Brasil.



Aracaju, suscitou possíveis assuntos a serem indagados. Vejamos a transcrição de um trecho do manuscrito:

Devemos acompanhar o menino na vida desde o berço, para que tenhamos conhecimento de que é a criança. Para desenvolver a inteligência, é preciso conhecê-la. O educador na sua nobre e importante missão, poderá observar que os alunos mais inteligentes se fatigam menos, devido menos esforço, os menos inteligentes mais depressa se fatigam. É preciso distinguir a inteligência natural da criança do grau de cultura, da sua instrução. (ATA DA 3ª REUNIÃO PEDAGÓGICA DO GRUPO ESCOLAR DR. MANOEL LUIZ, desta capital, realizada aos 29 dias do mês de agosto do ano de 1957)

Partindo da leitura desse documento, iniciaremos esta seção com o intuito de descrever a criança escolarizada e o papel da pedagogia das festas em sua instrução e demonstrar a função curricular e política que as celebrações cívicas para os escolares apresentavam durante o período da ditadura civil-militar.

Na sequência, apontaremos o caleidoscópio para a infância buscando visualizar as diferentes formas de ver e viver os primeiros anos da criança no Brasil e em Sergipe do século XX. Desta feita, chegaremos ao ponto fundante desta tese: o papel das comemorações escolares como um caminho, também, para a instrução e inculcação de costumes. Mais adiante, observaremos como a escola se apropriou da cultura da festa enquanto um elemento político pedagógico na construção dos seus currículos.

## 2.1 A INFÂNCIA E O TECER DA IDENTIDADE REPUBLICANA NACIONAL

Na historiografia do tema, tomamos inicialmente como referência para o estudo da infância o historiador francês Phillipe Ariès, a partir do seu livro *História Social da Criança e da Família* (1978). Esta obra edificou o campo da História Social da Infância. Com o advento dos estudos da escola dos *Annales*, novos objetos e possibilidades de estudos históricos foram ganhando corpo, a velha sociedade tradicional que mal via a criança, a mulher, o adolescente, o idoso e outros tantos temas e personagens sociais, passaram a fazer parte dos estudos do campo da História cultural/social.

Em suas pesquisas no contexto medieval, Ariès apresentou que a duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto um filhote do homem; a criança mal adquiria algum desembaraço físico e era logo misturada aos adultos,

partilhando de seus trabalhos e afazeres domésticos. A criança pequena era imediatamente transformada em homem jovem, sem passar pelas etapas da infância ou juventude.

Por muito tempo, a criança foi vista como um adulto em miniatura, aquela que teria a oportunidade de se adaptar e sobreviver diante das intempestividades do primeiro contato com o mundo. Tais afirmações nos instigam a pensar a construção infantil - como produto discursivo - enquanto ser em desenvolvimento que aprende e ensina a partir do contato e por meio das relações interpessoais e com o meio social. Buscar essa essência pueril requereu tempo e astúcia, o que rendeu ao indivíduo adulto a confirmação de que é na infância que se constroem as bases para a vida.

Assim, o estudo de Ariès (1978) é um marco para a compreensão do sentimento de infância, visto que não se pode generalizar a infância a um único modo a ser vivida em todos os continentes. Em contrapartida, Kuhlman e Fernandes (2001) propuseram uma nova análise para a obra de Philippe Ariès, observando incongruências ao afirmar a ausência da percepção do sentido de infância durante a Antiguidade ou Idade Média. Assim, colaboraram para o entendimento do conceito em foco ao apontarem a partir do sentido etimológico as possíveis denominações utilizadas no período.

No entanto, a contribuição Kuhlmann e Fernandes se estendeu ao apontar a escola como relevante instituição social que assinala a legitimidade entre o mundo infantil e o mundo adulto, transformando a criança em aluno. Isso posto, podemos considerar a infância enquanto condição humana e social da criança. Dentro dela, percebemos a criança nativa, criança escravizada, criança desvalida, criança órfã, criança escolarizada e as diferentes outras formas de viver este período da vida.

Para Kuhlmann e Fernandes, a infância é:

[...] a concepção ou a representação que os adultos fazem do período inicial da vida, ou como o próprio período vivido pela criança, o sujeito real que vive esta fase da vida. A história da infância seria, portanto, a história da relação da sociedade, da cultura, dos adultos com esta classe de idade, e a história da criança seria a história da relação das crianças entre si e com os adultos, com a cultura e com a sociedade. (KUHLMANN, FERNANDES, 2001, p. 15)

Diante desta concepção, compreendemos que as narrativas apresentadas a respeito da pedagogia das festas escolares para a infância, trazidas nesta pesquisa,

são construídas a partir dos registros de um mundo adulto para e sobre a criança. O olhar do adulto para a infância, as estruturas sociais e educacionais serviram de base para a sociedade do século XX. Infelizmente, não localizamos, até o presente momento, fontes e registros produzidos pelas crianças que oferecessem elementos para trazer a sua voz a respeito das festas escolares em Sergipe. Desta forma, nossa apreciação será em torno de textos, discursos e imagens retratadas e relatadas a respeito da infância.

No Brasil, com o advento da República (1889), era preciso desenvolver no imaginário social novas concepções sobre a identidade nacional. Sob a dinâmica da Proclamação da República no Brasil, surgiram urgências:

Não decorrerá ainda um mês da Proclamação da República quando o encarregado de negócios da França no Rio de Janeiro, Camille Blondel, anotava a tentativa dos vencedores de 15 de novembro de construir uma versão oficial dos fatos destinada à história. Tentava-se, segundo Blondel, ampliar ao máximo o papel dos atores principais e reduzir ao mínimo a parte do acaso nos acontecimentos. [...] No caso da República, a batalha era tão importante, senão mais que a própria proclamação, um evento inesperado, rápido, incruento. Estavam em jogo a definição dos papéis dos vários atores, os títulos de propriedade que cada um julgava ter sobre o novo regime, a própria natureza do regime. (CARVALHO, 2014, p. 35)

A chegada da República empenhou a necessidade da construção de instrumentos de identidade e pertencimento ao novo regime, afastando os traços do Governo Imperial (1822-1889) e embutindo no imaginário coletivo, novos preceitos e o sentimento de pertença aos ideais republicanos. Como Anderson conduziu em sua reflexão:

Todas as mudanças profundas na consciência, pela sua própria natureza, trazem consigo amnésia típicas. Desses esquecimentos, em circunstâncias históricas específicas, nascem as narrativas. Depois de passar por transformações emocionais e fisiológicas da puberdade, é impossível “lembrar” a consciência da infância. Quanto milhares de dias transcorridos entre a primeira infância e o começo da idade adulta desaparecem para além de qualquer evocação direta. (ANDERSON, 2008, p. 278)

Para tanto, atos de celebração foram projetados a acontecer por todo o território nacional, “criaram-se” heróis com força popular e de representatividade social, como Marechal Deodoro da Fonseca (1827-1892); Benjamin Constant (1836-1891);

Joaquim José da Silva Xavier – Tiradentes (1746-1792); perpetuando memórias e símbolos, monumentos, nomes de ruas, ilustrações e tantos outros instrumentos. Buscou-se, assim, rememorar um passado recente e transformá-lo em um símbolo dos novos tempos e da história recém-inaugurada no contexto brasileiro e do novo regime. Acerca disso:

Por “tradições inventadas” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais como práticas de natureza ritual ou simbólica visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado apropriado. (HOBSBAWN, 1984, p. 09)

Para esse momento, o frescor da infância teve um papel fundamental para a construção das novas representações do Brasil. No século XX, vindouro logo após a Proclamação da República, é percebida a presença da imagem da infância em vários momentos e rituais, presentes principalmente nos impressos da época. Sobre a importância da imprensa na pesquisa em História da Educação, sobretudo acerca da instrução primária, Almeida afirmou que:

As estratégias de convencimento e de persuasão usadas pela imprensa são o que, na literatura brasileira do início do século XX, o escritor, criado por Lima Barreto na obra Recordações do escritor Isaias Caminha, denominou em suas recordações no âmbito do Jornal O Globo de “Onipotente imprensa, o quarto poder fora da constituição. [...] Sua afirmação sugere a compreensão dos “malabarismos” e “habilidades” na construção da notícia. O modo como nela os discursos são divulgados suscita a ideia em torno do quarto poder. (ALMEIDA, 2018, p. 45)

Ainda segundo Almeida, inspirada em Darnton:

O jornal, a partir do século XVIII, passa a constituir um poderoso instrumento do projeto iluminista de mudar as ideias e maneiras das pessoas comuns (DARNTON, 1986). Aderindo ao otimismo da época, no que diz respeito às possibilidades da educação, a imprensa periódica assumiu explicitamente as funções de transmissora de cultura, de mobilizadora de opiniões e de propaganda de ideia. (ALMEIDA, 2018, p. 47)

É nesse sentido que analisamos os impressos aqui utilizados, como o *Folha de Sergipe* no excerto a seguir, no qual podemos observar a presença da criança na celebração do primeiro aniversário da República Brasileira em Sergipe:

Na frente ia a banda do corpo policial. Seguia-se o carro puchado por quatro cavallos artificiaes, em cima de qual uma linda menina, ricamente vestida, e symbolizando a República, se erguia airosamente, empunhando o estandarte nacional, emblema querido da pátria nova. Acompanhava o carro mencionado uma guarda de honra do 33, fechando o povo o cortejo. A passeiata, na melhor ordem possível percorreu as ruas principais da cidade, ao som da musica e de girandolas de foguetes. Ao pôr do sol parou o carro em frente ao palácio e nesta ocasião a commissão dos festejos, fazendo descer a menina do carro, subiram todos as escadas, a fim de cumprimentarem o cidadão governador. (*FOLHA DE SERGIPE*, 1890, p. 1-2)

Na notícia, a menina aparece como elemento simbólico da República que fora inaugurada. Observemos que é “uma linda menina” representando um novo início, um processo de construção das tradições comemorativas da data a ser celebrada. O aniversário da República foi sendo tecido ainda na mesma manchete, apresentando os indícios de uma adesão por parte da população, como também do pouco tempo para a organização da festa.

A praça do quartel apresentava igualmente um bello espectáculo, sendo visitado pela massa popular. Muitas famílias do interior vieram assistir a festa, que melhor teria sido de certo, se tivesse a commissão mais tempo para preparal-a. Como quer que seja, o que é verdade é que o primeiro anniversario da Republica não passou desapercibido entre nós. (*FOLHA DE SERGIPE*, 1890, p. 2)

Ainda com o intuito de visualizar a representação da infância e, mais adiante, a criança escolarizada em meio às festas escolares, elegemos como fonte um periódico que circulou durante um pouco mais da primeira metade do século XX na antiga capital brasileira, Rio de Janeiro, o *Fon-Fon*<sup>27</sup>, bem como imagens e notícias da imprensa sergipana. Consideramos as imagens apresentadas não apenas do ponto de vista da notícia. Não se trata da história do periódico e sim das imagens da infância como testemunhas de um momento, desta forma, entendemos as imagens não de forma

---

<sup>27</sup> Revista semanal e ilustrada fundada por Jorge Schmidt na cidade do Rio de Janeiro em 13 de abril de 1907, e extinta em agosto de 1958.

isolada, mas, integradas no mundo que a rodeia e com a qual se comunica. Para Chartier:

[...] as representações e os discursos constroem as relações de dominação e como eles próprios dependem dos recursos desiguais e dos interesses contrários que separaram aqueles cuja potência legitimaram daqueles ou daquelas cujas submissões asseguraram. Entendida desta maneira, a noção de representação não nos afasta nem do real nem do social. (CHARTIER, 2010, p. 51)

A respeito da *Fon-Fon*, a escolha se deu ao averiguarmos que o folhetim com tiragem semanal apresentava um arcabouço de imagens, ilustrações e fotografias que auxiliaria a percepção da representação de imagens das crianças, formas de viver a infância e quais as tradições iam sendo “modeladas” para o Brasil republicano. Outro ponto para a escolha é o fato de que o referido periódico não era de cunho pedagógico, ou seja, não era um didático voltado à instrução escolar. Aqui a lente da pesquisa interrogou a imagem da infância na capital do Brasil republicano, que possivelmente reverberou nos demais estados do país.

A partir da etnografia das imagens do periódico, focamos em perceber como a criança era retratada. Assim, observamos dois expoentes: como integrante da família e como o sujeito escolarizável. O primeiro, como parte de famílias bem-sucedidas e socialmente em destaque. Nesses anúncios, destacamos os registros fotográficos para a apresentação dos filhos à sociedade, como também em anúncios comerciais de produtos apropriados para a infância. Desta feita, a linguagem utilizada nesses textos foi direcionada aos cuidados para com a criança.

Figura 1 – Manchete Cuidados com os filhos, revista *Fon-Fon*



Fonte: *Fon-Fon*. Anno XIX nº 25, Rio de Janeiro/RJ. 20 de junho de 1925, p. 90.

Na figura 1, percebemos a ressonância da compreensão de infância e a sinalização da importância dos cuidados dos pais com a criança desde os primeiros anos de vida. É possível perceber o perfil da família, os traços físicos dos pais e de seus filhos e detalhes do enxoval da criança, a exemplo da renda bordada que envolve o travesseiro do recém-nascido, dando indícios do zelo da mãe e classe social do casal. Nisso, não apenas afirmamos o conceito da infância, mas, o retrato de como deveria ser a família brasileira.

Ainda, ao tensionar o conteúdo imagético da revista, foi possível ler o quê ou quais imagens de criança, mulher, família e escola não se faziam presentes em suas tiragens semanais. O país estava firmando bases em cima de uma ilustração embranquecida e em busca de letramento ao modelo eurocêntrico. A exemplo disso, a imagem de crianças negras, indígenas e pobres não constam em anúncios ou como outro elemento, a não ser enquanto criança desvalida. As percepções do mundo social não são falas parciais, “são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 2017, p. 17).

As atenções necessárias para com os pequenos clamavam por todos os sujeitos e instituições sociais. Esse era o presente e futuro do Estado do Brasil.

Quebrar a imagem que o trabalho “braçal”, do alimentar, higienizar e brincar com os pequenos pertencia apenas a população outrora escravizada no país, era preciso empenho por parte das diferentes esferas institucionais do Brasil.

**Figura 2** - Anúncio comercial - revista *Fon-Fon*



Fonte: *Fon-Fon*. Anno XIX nº 1, Rio de Janeiro/RJ. Janeiro de 1925, p. 22.

Alimentos industrializados, roupas, acessórios e brinquedos também foram frequentes nos anúncios, como uma maneira saudável de alimentar e educar os pequenos<sup>28</sup>.

Nos anúncios da revista, é perceptível a imagem de crianças brancas, bem-vestidas e penteadas. As meninas com seus laçarotes na cabeça, assim, estariam sempre com seus cabelos alinhados e os meninos com os cabelos cortados e penteados de lado. Desta forma, as normas acerca da masculinidade e feminilidade estavam bem-marcadas e apontadas publicamente.

<sup>28</sup> No início do século XX, chega ao Brasil as propostas do movimento higienista, este surgido na Europa e que entusiasmou os médicos, que geralmente eram filhos das classes mais opulentas que iam ao velho mundo para se instruir e retornavam para o Brasil com as novas concepções.



**Figura 3** - Crianças em festa - revista *Fon-Fon*



Fonte: *Fon-Fon*. Anno XXVI, nº 08, Rio de Janeiro/RJ. 20 de fevereiro de 1932, p. 46.

Além disso, salientamos que a revista como a maior parte dos periódicos, pelos custos, era direcionada a uma só parte da população brasileira, o que distanciava o acesso da maioria, e seu conteúdo dialogava com o estilo de vida das famílias abastadas. Outrossim, muitas outras formas de viver a infância eram ofuscadas neste processo de apresentar de forma clara a representação desejada.

A segunda representação da infância na República Brasileira é a criança escolarizada. Sobre esta, destacam-se as ações públicas de instrução. A pátria se assemelhava a uma mãe zelosa que cuidava dos filhos em cada detalhe. Das infâncias pintadas no Brasil (descritas a partir das fontes imagéticas e textuais), a educação escolarizada era o caminho para a formação das crianças e jovens brasileiros. Seja para o desenvolvimento intelectual ou para o amparo aos desvalidos.

A ampliação também instrucional era ponto focal nesses periódicos. Neles, as crianças estão retratadas de maneira impecável, em seus fardamentos que padronizaram a maneira de se vestir, auxiliando na ritualização para a Infância.

**Figura 4** - Grupo de crianças em comemoração escolar - revista *Fon-Fon*



Grupos de alumnos da Escola Sergipe em companhia do director de instrucção e de outras personalidades que estiveram presentes á inauguração da placa daquelle estabelecimento de ensino.

Fonte: *Fon-Fon*. Anno XIX nº 25, Rio de Janeiro/RJ. 20 de junho de 1925, p. 46.

Aos poucos, a imagem da criança e da escola, durante o decorrer do século XX, tornaram-se mais comum, ficando encaixadas como sinônimo. Ainda no periódico *Fon-Fon*, as notícias das inaugurações dos estabelecimentos de ensino, em terras brasileiras, estão presentes em seus editoriais. As imagens fotográficas apresentadas para os leitores abriam as portas da escola.

Figura 5 - Página da coluna “Pelos Escolas” da revista *Fon-Fon*



Fonte: *Fon-Fon*. Anno XIX nº 25, Rio de Janeiro/RJ. 20 de junho de 1925, p. 90.

Desta feita, o lugar da infância na esfera pública foi sendo costurado com pontos fortes, a escola assumiu lugar salutar para educar e instruir, tendo sua imagem fortalecida. Efetivamente, havia diferentes escolas para públicos distintos, escolas para as elites, para os desvalidos, para os infratores, para os deficientes. Muitas foram as formas através das quais a instituição responsável pela instrução apareceu nos impressos. Diante disto, percebemos a cenografia da instituição educativa como um elemento convergente com as demais esferas sociais.

Assim, no Brasil, as cidades foram assumindo o lugar do “moderno”, com novos hábitos e costumes, buscando a sedimentação de um cotidiano plenamente urbanizado. A escola foi sendo, concomitantemente, fortalecida, fabricada como o ambiente dos bons costumes, de valores e atitudes civilizados. Segundo Veiga:

Foi no contexto de apreensões de toda a ordem que se instaurou o debate educacional voltado para a necessidade da formação de um novo homem, para a definição do que deveria ser o cidadão. Nas constituições republicanas colocava-se um difícil problema a ser equacionado – “todos são iguais perante a lei”. Na abstração dos sujeitos sociais esteve apenas uma resolução parcial do problema, entretanto foi necessário enfrentar concretamente as diferenças. Dentre as várias estratégias constituídas para isso esteve a difusão da educação estética das populações presente nos conteúdos escolares, na organização do espaço urbano e escolar e na rotinização de acontecimentos provedores de emoção estética, as festas escolares e as festas dos escolares na cidade, presentes nas primeiras décadas republicanas. O objetivo era dar visibilidade à modernidade, concretizar no espaço urbano novas atitudes e valores – a elegância, os bons costumes, o patriotismo, a civilidade. (VEIGA, 2003, p. 400)

Dessa forma, ao interrogar as amarrações entre o conceito de infância e a escola de um país como o Brasil, devemos ponderar que o próprio conceito de nação foi historicamente construído na esteira das mudanças sociais ancoradas nas ideias de progresso e evolução que se alastraram pelo mundo (ocidental), assim como algumas de suas características, tais como: a racionalidade, o capitalismo, a escola, o trabalho, a família, a nação.

Por outro lado, é preciso considerar as trajetórias da construção da escola e os modos como ela foi representada como símbolo do moderno. O espaço escolar se afastou do domínio privado e se afirmou na cena urbana, inicialmente restringida ao centro das cidades e, em decorrer da expansão, nas cidades menores e bairros periféricos. No espaço que foi edificado e socialmente reconhecido, vigora a vida escolar no caminhar dos estudantes, nos conteúdos ensinados, nos comportamentos inculcados, nos valores em voga a cada época.

Desta forma, os sistemas de ensino no Brasil mostraram como o tempo escolar foi organizado, tornando-se fundamental para a organização da ordem, da disciplina e da eficácia no ensino.

## 2.2 PEDAGOGIA DA FESTA: ENTRE O CURRÍCULO PROPOSTO E O TATO PEDAGÓGICO

Como apresentado anteriormente, uma vez que o lugar de educar a infância foi estabelecido para a esfera da escola, vamos percebendo quais foram as

estratégias educacionais da época e qual foi o papel das comemorações no processo de inculcação dos saberes.

A partir do estudo da cultura escolar, é possível conjecturar o entendimento acerca da formação do sentimento de pertencimento, ao ponto em que questões, como a identificação com o advento destas representações coletivas mais significativas, sejam definidas como objeto ou campo para pesquisa histórica. Elementos como as comemorações reacenderam os debates em torno de aspectos que (quase) nunca foram levados em conta, como o cotidiano das festas, para as pesquisas em História da Educação.

Originárias de tradição que remonta à antiguidade, as festas estiveram presentes no imaginário e nas representações das sociedades humanas. De certo modo, além de consistirem em um momento de descanso das atividades cotidianas, é importante salientar que elas contiveram uma conotação ritualística, focadas em celebrar conquistas, datas ou até mesmo divindades.

A dinâmica celebrativa, no entanto, não foi limitada ao mundo adulto, ela ocorreu nas mais diversas esferas sociais, o que incluía o universo da criança. No Brasil, o desenho e a construção de um projeto educacional forte eram fundamentais aos anseios da nova nação. Algumas medidas foram tomadas para redimensionar essas novas estruturas. Podemos destacar, dentre outras, a construção de novos espaços escolares, a organização e a projeção de novas perspectivas para a formação docente, como também de novos componentes curriculares.

Goodson (1998) informou sobre a relação entre a História do Currículo e as matérias escolares como fruto de uma construção social e ressaltou o papel do professor na transformação do currículo em matéria escolar. Para ele:

El curriculum escolar es un artefacto social, concebido y hecho para propósitos humanos deliberados. Pero hasta la fecha y en muchas exposiciones pedagógicas, el curriculum escrito, la más manifiesta de las creaciones sociales, ha sido tratado como un elemento dado. Además, el problema se ha complicado por el hecho de que se le ha tratado a menudo como un elemento dado neutral incluido en una situación por lo demás significativa compleja. (GOODSON, 1998, p. 95)<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> Em tradução livre: "O currículo escolar é um artefato social, concebido e feito para propósitos humanos deliberados. Porém, até o momento e em muitas exposições pedagógicas, o currículo escrito, manifesta muito mais as criações sociais e tem sido tratado como elemento dado, ademais, o problema

O processo de transição obedeceu a um movimento de não enfrentamento ao já consagrado pelo tempo e pela tradição, mas inseriu em seu bojo novas estruturas formativas que gradativamente, e à medida que se faziam convenientes, firmavam-se século XX adentro, dentre elas, as festas.

A simbologia das festividades encanta, enche salões de vida e de *glamour*, despertando novas sinapses no imaginário do adulto e das crianças. A infância, influenciada pelo mundo das relações sociais, teria no universo escolar sua oportunidade de ser parte e de forjar-se conforme o esperado ao indivíduo do seu tempo. Por meio da educação, os ensinamentos e as relações interpessoais trariam às crianças a oportunidade de pertencer ao processo nacional e de atuar em salões e espaços, preparando-as para outras fases de desenvolvimento da sua vida.

A valorização da festa como experiência educativa, sinaliza para a legitimação da arte do fazer cotidiano para a instrução escolar. Conforme Escolano (2017), existem três culturas que incidem no campo da educação – a empírica, a acadêmica e a política. Ao pensar a respeito do lugar das festas escolares para estudantes e dos estudantes, esbarramos na perspectiva de que elas se encontram em ponto focal, como um espaço de interlocução das esferas da cultura.

**Figura 6** - A Festa como Cultura da Práxis



Fonte: elaborado pela autora (2023).

---

se agrava pelo fato de tratar a questão como elemento neutro, incluindo em uma situação por demais significativa e complexa” (GOODSON, 1998, p. 95, tradução nossa).

Ao examinarmos os elementos e as experiências pertencentes às escolas no que se refere às festas, foi possível abranger o encontro desses elementos nos documentos questionados, mais especificamente nos impressos como jornais, calendários comemorativos e compêndios escolares. Tais impressos falaram da intersecção entre a cultura política, acadêmica e empírica ligada ao processo educativo. Identificamos alguns temas presentes nas celebrações que aludem aos fazeres escolares.

Diante da busca dos elementos que caracterizam o objeto (comemorações escolares), foi perceptível, a partir da leitura das fontes, notarmos as orientações de uma cultura acadêmica que trouxe pilares para um conhecimento científico e apontou para os desdobramentos e interfaces do modo de aprendizagem, dos conteúdos das disciplinas acadêmicas, muitas vezes transformando em matérias curriculares para a escola. No que se refere aos fazeres práticos do movimento das instituições escolares em volta dos temas das celebrações, pontuamos a presença da cultura empírica e sua práxis. Esta, por sua vez, ampara-se na legalidade da cultura política que, muitas vezes, utiliza-se da normativa legal para direcionar a cadência, os temas e lugares das comemorações.

Assim, investigar as práticas celebrativas para escolares e com os escolares nos anos de ditadura civil-militar no Brasil, significa observar de maneira particular essa intersecção entre os elementos da cultura escolar, acadêmica e política, percebendo como elas se emaranham em determinados momentos. Desta feita, apreendemos as festas em comemoração aos símbolos da pátria e os temas referentes às datas memorativas, a saber: datas religiosas, rituais de passagens, dia da criança e da cultura regional. A ideia é:

[...] decifrar nas próprias coisas e em suas representações textuais ou icônicas – os códigos secretos que as regulamenta, e, ao mesmo tempo, regulam suas continuidades e transformações. Fazer falar essas materialidades leva a abrir a memória que nelas está inserida e a intuir ou explicar os discursos que as constituíram. (ESCOLANO, 2017, p. 225)

Às instituições de ensino, coube também a tarefa de organizar conteúdos curriculares e atividades representativas voltadas para as práticas de instrução. As festas realizadas pela escola, pontuando datas de celebração como festa de férias, as apresentações teatrais, o culto à pátria e a celebração dos jogos escolares,

tornaram-se eventos sociais, contando com a presença da comunidade escolar e de membros da sociedade civil e militar. Além disso, demarcaram e construíram um calendário de ritualização e conteúdos festivos.

Os objetos presentes em instituições que resguardam a memória da escola, os compêndios didáticos, as notícias apresentadas nos impressos e álbuns fotográficos, são elementos essenciais para entender como teciam, na vida escolar, as práticas empíricas nas quais imprimiam um modo bem definido de educação. Dito isto, consideramos as comemorações escolares enquanto um fazer pedagógico que, nas palavras de Escolano, “[...] se cristalizou, se destacou em experiência e se transmitiu, de forma relativamente estável, de geração em geração” (ESCOLANO, 2017, p. 22).

As solenidades possibilitaram que os calendários escolares fossem erguidos em diferentes circunstâncias e estabelecidos como marcos da memória e identidade coletivas. Isto é, com a construção de ritos cerimoniais protocolares à organização de festas, cada uma seguindo sua própria liturgia, sempre a depender da temática, considerando o planejamento e estudo para a escolha e utilização de espaços apropriados a acolher a comunidade. Assim, nas palavras de Souza:

A escola primária republicana instaurou ritos, espetáculos e celebrações. Em nenhuma outra época, a escola primária, no Brasil, mostrara-se tão francamente com expressão de um regime político, de fato, ela passou a celebrar a liturgia política da República; além de divulgar a ação republicana, corporificou os símbolos, os valores e a pedagogia moral e cívica que era própria. (SOUZA, 1998, p. 241)

A partir da leitura das fontes, percebemos a presença das festas no ambiente escolar de forma transversal, perpassando por todo o ano letivo em diferentes contextos e ocasiões. Mas, o uso de temas ou ocasiões para festejar foi dinâmico, ora entrelaçado aos programas de ensino e orientações a decretos, ora para um lazer orientado.

A organização pública de ensino passou por diferentes reformas que estabeleciam direcionamentos, construíam prédios para estabelecimentos de ensino, teciam novas metodologias, orientações curriculares, formação de docentes, modalidades de ensino, entre outros. E lá estava a “festa”.

Ao reiterar e expandir as criações originais, os usos e os hábitos, as experiências educativas sedimentadas se carregam de historicidade, ou o que dá no mesmo, se transformam em cultura, configurando-se,



assim, na linguagem e na *techné* da formação humana, em um período decisivo da história da civilização. (ESCOLANO, 2017, p. 23)

Desde o Decreto nº 155, de 14 de janeiro de 1890, a República brasileira já estabelecia os dias dedicados às festas nacionais, com ritos comemorativos, e as escolas construía seus calendários valorizando essas datas. Isto foi estreitando a relação entre a instituição escolar e as demais instituições sociais, como também fortaleceu a experiência da festa como uma prática pedagógica capaz de comunicar aos estudantes e sociedade, diferentes aspectos dos eixos formativos.

Sobre a construção da identidade social, José Murilo de Carvalho (2014) destacou o papel das estruturas ideológicas e chamou atenção para o fato de serem construídas pela própria elite intelectual, num processo de incorporar as camadas mais populares da sociedade. Essa integração, se construída com base em discurso, provavelmente produziria pouco efeito, ela teria que ser feita por meio da leitura de uma “linguagem” que era “mais fácil” ao entendimento universal, como imagens, alegorias, símbolos e mitos, construindo, assim, o coletivo legitimador do regime político republicano.

A seguir, apresentamos as datas a serem guardadas a partir de seus decretos:

**Quadro 2 - Festas Nacionais (Decreto 1890)**

Dias	Festas
1º de janeiro	Dedicado à Comemoração da fraternidade Universal
21 de abril	Dedicado à memória dos percursores da Independência do Brasil, simbolizados em Tiradentes
13 de maio	Comemoração da Fraternidade dos Brasileiros
14 de julho	Consagrado à Comemoração da República da Liberdade e da Independência dos Americanos
7 de setembro	Consagrado a Independência do Brasil.
12 de outubro	Consagrado a Comemoração da descoberta das Américas
2 de novembro	Consagrado a Comemoração dos mortos
15 de novembro	Consagrado a Pátria Brasileira

Fonte: Decreto nº155 B de 14 de janeiro de 1890.

**Quadro 3 - Festas Nacionais (Decreto de 1938)**

Dias	Festas Nacionais
1º de janeiro	Dedicado à comemoração da fraternidade Universal. Aniversário de descobrimento do Rio de Janeiro em 1502
21 de abril	Dedicado à memória dos percursores da Independência do Brasil, simbolizados em Tiradentes.
1º de maio	Dedicado à exaltação do dever e dignidade do trabalho.
7 de setembro	Dedicado à comemoração da Independência e considerado como o dia da festa nacional brasileira

2 de novembro	Dedicado à comemoração dos Mortos
15 de novembro	Dedicado a Comemoração do advento da República
25 de dezembro	Dedicado à comemoração da unidade espiritual dos povos cristãos

Fonte: Instrução Moral e Cívica para o curso primário, 1946.

#### Quadro 4 - Dias de Festas Cívicas de não feriados

3 de maio	Consagração à comemoração do descobrimento do Brasil (1500)
13 de maio	Aniversário da promulgação da Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil (1888)
24 de maio	Aniversário da Vitória de Tuiuti, alcançada pelo Exército Brasileiro durante a guerra do Paraguai (1866)
11 de junho	Aniversário da batalha Naval de Riachuelo, cujo triunfo da marinha Brasileira (1866)
14 de julho	Aniversário da tomada e destruição da Bastilha pelo povo de Paris (1789)
12 de outubro	Consagração a comemoração do descobrimento das Américas
19 de novembro	Aniversário do decreto que determinou os distintivos da bandeira e armas nacionais (1889)

Fonte: Instrução Moral e Cívica para o curso primário, 1946.

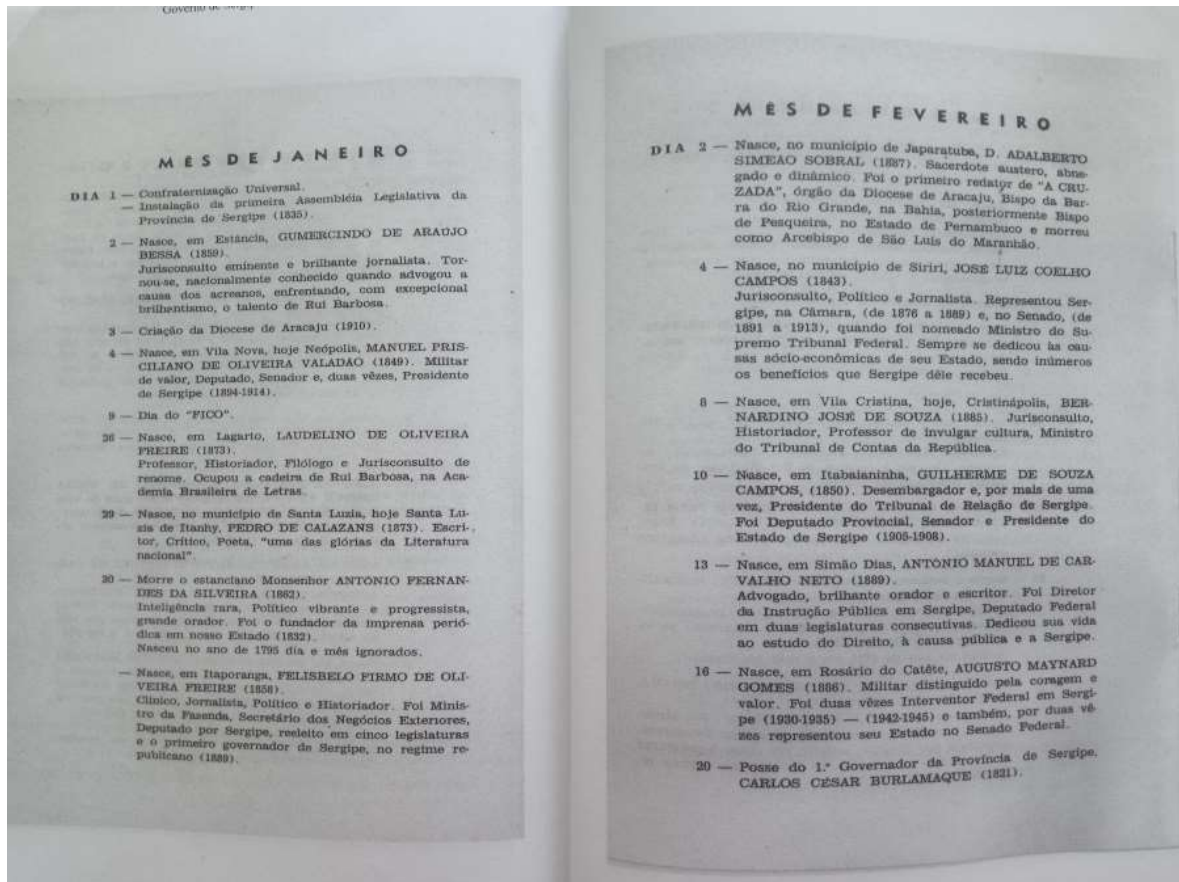
Importante sinalizar que além das datas consideradas festivas, as comunidades escolares também tinham suas datas regionais. Ao mesmo tempo, havia o calendário das comemorações cristãs, seguido por escolas confessionais, como: o dia dos padroeiros e dos benfeitores. Em território sergipano, além do calendário nacional, observamos as seguintes datas comemorativas: 17 de março, mudança da capital; 18 de maio, promulgação da constituição do estado de Sergipe; 24 de junho, comemorações juninas; 08 de julho, Emancipação Política de Sergipe; e o 24 de outubro, nomeação do primeiro governador da província de Sergipe.

#### Quadro 5 - Datas Comemorativas em Sergipe de 1969-1985

1º de janeiro	Dedicado à comemoração da fraternidade Universal.
Fevereiro	Carnaval
17 de março	Mudança da Capital
31 de março	Revolução de 1964
Março	Sexta-feira Santa
19 de abril	Dia do índio
21 de abril	Tiradentes
22 de abril	Descobrimto do Brasil
01 de maio	Dia do Trabalhador
13 de maio	Abolição da escravidão no Brasil
18 de maio	Promulgação da Constituição do estado de Sergipe
24 de junho	São João
8 de julho	Emancipação política de Sergipe
11 de agosto	Dia do Estudante
22 de agosto	Dia do Soldado
25 de agosto	Dia do Soldado
7 de setembro	Dedicado à comemoração da Independência/ dia da Pátria
21 de setembro	Dia da Árvore



Figura 8 - Calendário Cívico de Sergipe 1969



Fonte: Graça, Nascimento (2013, p. 207-208).

Assim, compreendemos essas comemorações enquanto rituais que, na maioria das vezes, estabeleciam as atividades sociais e comportamentos organizados que surgiram a partir da necessidade de formação e preservação da memória. Dentro da escola, esses rituais foram estabelecidos de maneira particular e colaboraram para alicerçar a construção de uma identidade nacional e então manter vivas as tradições, os ritos e os personagens que circundaram e legitimaram os saberes apresentados nos espetáculos comemorativos escolares.

A este respeito, Magalhães afirmou:

As funções básicas de uma instituição educativa centram-se na dimensão sociocultural e concretizam-se pela transmissão e pela produção de uma cultura científica e tecnológica, bem como pela socialização e pela formação de hábitos e mudanças de atitudes e pela interiorização de valores. (MAGALHÃES, 2004, p. 145)

Em diálogo com as orientações do calendário remissivo às datas a serem comemoradas, aproximamos a pesquisa com os materiais didáticos impressos, mais

especificamente os livros escolares. Com eles, foi possível visualizar o movimento realizado entre as datas e os conteúdos propostos a serem estudados. “Já o livro – e aqui ele prefigura os bens duráveis de nossa época - é um objeto distinto, contido em si mesmo, reproduzido fielmente em larga escala” (ANDERSON, 2008, p. 67).

Consideramos o uso do livro e da apropriação da leitura como, conforme Chartier (2001), “um uso inventivo e criador”, uma vez que tal perspectiva significa:

A atualização do texto na leitura que se abre à relação entre o mundo do texto, tal como o propõe a ficção e a história, e o mundo do leitor que se apropria dele (atualiza e realiza) e o recebe, de maneira que se modifiquem sua concepção, sua visão, ou sua representação do tempo, do indivíduo, do sujeito”. (CHARTIER, 2001, p. 116)

Portanto, os manuais podem ser considerados como suporte da dinâmica pedagógica das instituições educativas. Dentre as disciplinas escolares que tratavam a festa como um conteúdo didático, estavam: História, Canto Orfeônico, Educação Moral e Cívica e Estudos Sociais. No tocante às disciplinas escolares, Chervel (1990) lembrou que as mesmas devem ser compostas por “uma combinação, em proporções variáveis, conforme o caso de vários constituintes: um ensino de exposição, os exercícios, as práticas de incitação e de motivação e um aparelho decimológico” (CHERVEL, 1990, p. 207).

Com a organização da instrução pública em Sergipe, como em outras localidades do Brasil, nota-se um movimento de escolarização das práticas de leitura e escrita. A partir de então, a busca de métodos para a instrução dos escolarizáveis é notória. Desta feita, a escrita de um texto pode corresponder a diferentes funções sociais. Tais características decorrem de um percurso determinado na busca e na apreciação de temáticas, à época de quem as escreveu, e que se concretizaram no tempo, tornando-se clássicos de um segmento literário. De tal modo:

A utilização do livro escolar como fonte de pesquisa em história da educação é um assunto que merece ser retomado. Testemunhos de conteúdos de naturezas diversas no que tange a valores morais, éticos, sociais, Cívicos e patrióticos, os livros escolares que serviam de guia para professores e alunos ainda têm muito a ser desvendado. (CORRÉA, 2000, p. 11)

Os impressos de leitura, inicialmente denominadas cartilhas e depois livros didáticos, foram se materializando como um instrumento de concretização dos

objetivos propostos para a educação e instrução pública. Entre eles: modelos de alfabetização, leitura e escrita e, além disso, valores e hábitos a serem inculcados nos anos de escolarização.

O livro didático e a educação formal não estão deslocados do contexto político e cultural e das relações de dominação, sendo, muitas vezes, instrumentos na legitimação de sistemas de poder, além de representativos de universos culturais específicos. (FONSECA, 1999, p. 204)

Os livros escolares se constituíram como uma obra das ações que se tornaram importantes para a instituição escolar, ao passo que produziram essa realidade, pois foram lugares nos quais os saberes fundantes desse modelo circularam e foram elaborados. Para Escolano:

Os manuais de pedagogia usados entre os fins do século XIX aludiam à cultura empírica da escola, encarnada, nesse caso, no *habitus* dos educadores, lançando mão do construto denominado de “tato”, uma espécie de competência pedagógica transversal, de caráter prático, que os docentes deveriam usar para se valer da cultura da profissão, como também traduzir e adaptar as recomendações educativas teóricas ou administrativas à realidade. (ESCOLANO, 2017, p. 152)

Desse modo, a perpetuação da literatura acontece em virtude da originalidade do autor, da seleção da obra realizada por grupos sociais dominantes e pela contínua revisão de crítica imposta por diferentes pesquisadores em espaço e tempo variáveis. Isso indica um contínuo fluxo de sensibilizações e ideais presentes naqueles que as apreciam, ora por concordar com o que é posto, ora por dele discordar. Mas, cada obra é resultado de um tempo: o tempo da sua escrita e da sociedade que a produziu.

Em Sergipe, entre os impressos para fins didáticos utilizados nas escolas públicas, apontamos a lente da investigação para a Série Moral e Civismo, de autoria de Maria Braz, José Camarinha Nascimento e João Ribas da Costa, editado nos anos de 1970. O texto, em consonância com o Decreto-Lei nº 869 de 1969<sup>30</sup> e com o programa do livro didático coordenado pelo Ministério de Educação e Cultura, instruiu seus alunos no aprendizado dos temas cívicos a serem comemorados.

---

<sup>30</sup> Decreto-Lei de nº 896 de 12 de setembro de 1969, dispõe sobre a inclusão da educação moral e cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades de ensino no Brasil.

Consideramos a disciplina escolar Educação Moral e Cívica (EMC), durante os anos de ditadura civil-militar, como um alicerce teórico para a base de organização das comemorações cívicas escolares e uma ponte entre os conteúdos estabelecidos pela cultura política e os fazeres da cultura escolar. Portanto, os conteúdos estabelecidos nos compêndios de EMC foram pilares conceituais para os eventos cívicos escolares, tornando a festa, uma professora da nação. Segundo o presidente do Conselho Nacional e Civismo D. Luciano Duarte<sup>31</sup>:

Na prática, portanto, será necessário utilizar, num passo rítmico, complementarmente, a Prática Educativa de Educação Moral e Cívica como força plasmadora de comportamentos e inspiradora de atitudes, e a Disciplina Educação Moral e Cívica, como fonte de enriquecimento intelectual e nacional. Ao professor, caberá a importante tarefa de procurar esta alternância e dosar-lhe as percentagens. No caso, Disciplina e Prática Educativa são, isoladamente, insuficientes. Uma precisam da outra e se completam mutuamente. (DUARTE, 2008, p. 54)

Assim, foi possível identificar como o tema comemorações escolares acabou aparecendo nas cenas dos conteúdos das cartilhas escolares, quais lições eles ensinavam e como estavam ligadas às tradições e aos ritos. Por estes caminhos, as instituições de ensino organizaram suas celebrações e compreendiam os conteúdos curriculares apresentados à sociedade como uma forma de “educar” a infância e a juventude.

---

<sup>31</sup> Líder da Igreja Católica em Sergipe na segunda metade do século XX. Dom Luciano Duarte foi uma influência em várias instâncias da sociedade. Destacam-se suas intervenções no campo da educação, da cultura, das artes e da política. Presidente da Comissão Nacional de Moral e Civismo, Duarte estabeleceu normas e orientações para introduzir o ensino de Educação Moral e Cívica nos currículos da educação brasileira.

**Figura 9** - Moral e Civismo Feriados Nacionais

Fonte: Moral e Civismo (1979). Acervo pessoal doado à pesquisadora pela professora Leda Linhares<sup>32</sup>, em 2012.

Entre os impressos didáticos para escolares, que auxiliaram na análise dos temas relacionados às comemorações escolares e aos currículos ensinados a partir dos conteúdos diários, podemos destacar: Série Pátria Brasileira, autoria de Renato Sêneca Fleury, editado em 1945 - sendo esta sua décima edição pela editora Melhoramentos; e Moral e Civismo, de autoria de Maria Braz, José Camarinha Nascimento e João Ribas da Costa, editado em 1977. São frutos das pesquisas em arquivos particulares.

<sup>32</sup> Leda Linhares professora aposentada da Rede Estadual de Sergipe. Seu acervo com os livros da disciplina Moral e Cívica foi doado para a pesquisadora em 2012.



Dentre estes, escolhemos Moral e Civismo para a análise e a escolha se deu em razão de ter sido utilizado em escolas de Sergipe durante o período estudado nesta tese. Mencionamos, também, que ao direcionar a busca por fotografias e impressos que tratassem o tema festas escolares, suas curadoras e ex-alunas de escolas sergipanas sinalizaram a função do livro utilizado “para memorizar as datas comemorativas importantes”.

**Figura 10** - Capa do livro II Moral e Civismo



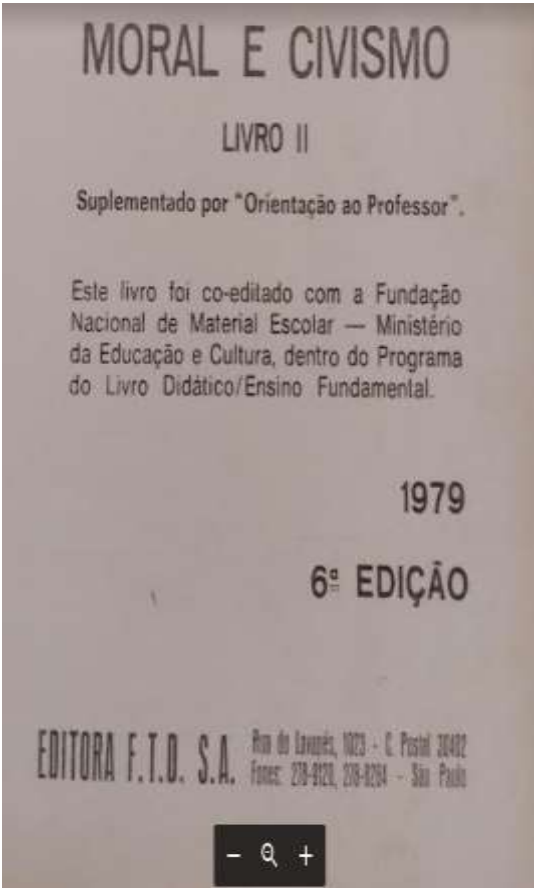
Fonte: acervo pessoal doado a pesquisadora pela professora Leda Linhares, em 2012.

O livro tem o formato de 20 cm (altura) por 14 cm (largura), sendo composto por 94 páginas, divididas em 47 temas, mesclando textos com conteúdo e sugestões de atividades. No que diz respeito ao papel da impressão, não evidencia boa qualidade. Além disso, o livro é datado de 1979 - em sua sexta edição. A imagem

trazida na capa já apresenta a relação da população com nação a partir de imagens alusivas às instituições (marcadas na capa pela pesquisadora). Bem como o registro de autorização do Ministério da Educação e Cultura.

Ainda sobre a imagem de capa, identificamos uma aparência marcante, com cores fortes e predominância do vermelho. As ilustrações apresentam a população do Brasil em diferentes idades e representações em voga no país durante a segunda metade do século XX: cruz – religião; pessoas abraçadas – família; criança escrevendo na lousa – escola; bandeira - símbolos da pátria Brasil; trabalhador perfurando o solo – economia e riqueza com o petróleo; soldados - forças armadas; idoso e criança - valor do respeito e civilidade. No quadro a seguir, apresentamos informações a respeito da edição vinculada ao Ministério da Educação e Cultura.

**Quadro 6** - Folha de rosto do Livro de Moral e Civismo

Imagem folha de rosto	Elementos
 <p>MORAL E CIVISMO LIVRO II Suplementado por "Orientação ao Professor". Este livro foi co-editado com a Fundação Nacional de Material Escolar — Ministério da Educação e Cultura, dentro do Programa do Livro Didático/Ensino Fundamental. 1979 6ª EDIÇÃO EDITORA F.T.D. S.A. Rio de Janeiro, 1023 - C. Postal 20402 Fones: 278-9129, 278-8204 - São Paulo</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1- Título do livro: uma invocação a Moral e o Civismo, referindo-se aos ideais ideológicos que o conteúdo do livro estava vinculado.</li> <li>2- Livro II: anunciando que existem outros volumes.</li> <li>3- Número da edição: sendo a 6ª, apontando a credibilidade e o tamanho da circulação do texto.</li> <li>4- Indicação a complementação por orientação ao professor: revelando uma prática que ficou bastante conhecida durante os anos de 1970 e 1980, os manuais do professor.</li> <li>5- Ano da edição: apresentando o período pertencente.</li> <li>6- Editora: apresentando uma das editoras delegadas para a função das publicações didáticas. A parceria com a editora com a fundação Nacional de Material escolar também apresentou relevância e credibilidade ao didático.</li> <li>7- Outro elemento importante são as marcas por onde o livro passou, como o carimbo da biblioteca do seminário diocesano de Aracaju.</li> </ol>

Fonte: acervo pessoal doado a pesquisadora pela professora Leda Linhares em 2010.

A apreciação material do livro e das preposições de conteúdos e atividades, levou-nos a pensar na proposta pedagógica do Método Intuitivo. Após cada lição, foram propostos fazeres para execução dos alunos sob a supervisão e orientação do docente.

Ao dedicar-se aos estudos de um livro didático, o pesquisador também é lançado para diferentes cenas que estão atreladas ao cenário escolar, sendo elas relacionadas ao contexto em que o manual foi editado (ditadura civil-militar, 1964 - 1985), ao currículo, às disciplinas disponibilizadas e sua relação com as práticas pedagógicas. Para esta tese, a apreciação deste livro possibilitou compreender como os conteúdos alusivos às festas escolares foram apresentados aos estudantes por meio das práticas curriculares. Entre os temas, foi possível observar três eixos:

1. Valorização da pátria, com a exaltação das datas dedicadas aos heróis brasileiros e aos símbolos nacionais.
2. Temas das festas culturais, comemorações das festas juninas e Natal.
3. Comemorações do cotidiano, como o Dia das Mães e dos Pais.

No livro, os conteúdos em forma de textos e imagem percorreram os temas comemorativos a serem inculcados nos infantes. Vamos a um trecho do livro a respeito do dia 21 de abril, Tiradentes:

“É o dia de Tiradentes, o grande herói da independência do Brasil.  
Morreu nesse dia.  
Morreu pela Pátria.” (MORAL E CIVISMO, 1977, p. 31)

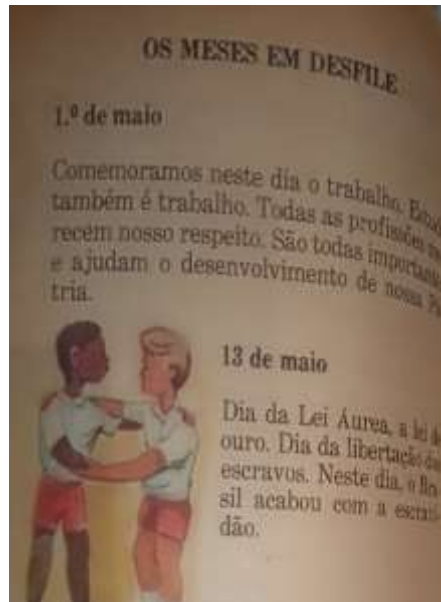
Outro elemento presente nas práticas educativas são os conteúdos cívicos atravessados por temas comemorativos das datas estabelecidas e comemorações aos feitos e heróis forjados pela pátria brasileira. Assim, a apropriação, tal como apresentada por Chartier:

[...] tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem. (CHARTIER, 1990, p. 26)

Podemos considerar a construção de uma imagem de louvor à pátria como um elemento preparatório para as comemorações cívicas. Isso porque tais temas encaminhariam aos sentimentos de pertencimento e zelo para com o Brasil. Ademais,

induziriam os alunos a memorizar rimas e orações que eram recitadas nos eventos para os escolares, conforme podemos observar na figura 11:

**Figura 11** - Livro Moral e Civismo



Fonte: Moral e Civismo (1979, p. 52 e 86).

No livro de Moral e Civismo, sua estrutura apresenta as datas como um desfile, colocando o professor e seus alunos diante dos dias a serem comemorados. Na figura 11, percebemos os desfiles do mês de maio e a imagem chama a atenção por dois motivos. Primeiramente, evidencia-se o dia primeiro de maio como o Dia do Trabalho. Vale ressaltar, aqui, o período escravocrata do país, no qual o trabalho era associado aos escravizados. Em sequência, devido à libertação dos escravizados, o material ilustrou uma suposta igualdade através da representação dos personagens (mesmo que de maneira não tensionada e, talvez, romantizada); fazendo uma ponte com a segunda data do desfile, o 13 de maio, no qual se rememora a abolição da escravatura (Lei Áurea 1888) no Brasil.

É possível também lembrar que a princesa Isabel, apresentada no conteúdo dos livros de História e Estudos Sociais como a responsável pela “libertação dos escravizados” no país, era uma personagem bastante presente nos desfiles cívicos, durante as apresentações públicas das escolas de Sergipe. Desta feita, percebemos fios que entrelaçam o fazer pedagógico das festas e a literatura didática apresentada aos alunos.

Compreender como as apropriações concretas e as invenções dos leitores (ou dos espectadores) dependem, em seu conjunto, dos efeitos de sentido para quais apontam as próprias obras, dos usos e significados impostos pelas formas de sua publicação e circulação e das concorrências e expectativas que regem a relação que cada comunidade mantém com a cultura escrita. (CHARTIER, 2017, p. 43)

Deste modo, as festas escolares, proporcionam experiências educativas para antes, durante e depois da consumação, a sua narrativa nos leva a pensar a importância da experiência do ato celebrativo, ao mesmo tempo a construção da simbologia para o momento, uma data para a representação presente e futura. As práticas não são ações neutras, mas, criações socioculturais dotadas de significados e de discurso. Segundo Silva (2015, p. 28):

Tais comemorações, eram instrumentos tidos como eficientes no manuseio da legitimação de Práticas e representações. Os grupos escolares deixavam a disposição dos festejos republicamos tudo que o novo regime tinha-lhes outorgado: prestígio (transformação social via educação); ostentação dos grupos escolares (além dos símbolos da nova ordem espalhados pelos prédios); instrumento de legitimação através dos eventos republicamos entre outros.

Ou seja, essas comemorações não eram neutras, mas inventadas ou mesmo ressignificadas, nutrindo-se de memórias que são portadoras de um sentido cultural definido e contribuem para o desenvolvimento da pedagogia das comemorações escolares.

### 2.3 DO CIVISMO ENSINADO AO CIVISMO PRATICADO: LEGISLAÇÃO E DECRETOS PARA A EDUCAÇÃO ENTRE 1964 E 1985

Depois do exposto, nas subdivisões desta seção, compreendemos estar estabelecida, desde as primeiras décadas dos anos XX, a escola como o lugar de instruir e inculcar hábitos à infância. Mas, durante os anos de 1964 a 1985, marco temporal desta pesquisa, quais as bases legais regulamentavam o sistema educacional do país? E como a legislação de ensino direcionou os saberes e o caminho para a educação cívica que serviram de alicerce para a organização e vivência das festas cívicas no Brasil durante os governos dos militares?

Segundo Santos (2014), estudar a legislação vigente em um determinado período significa mergulhar nas regras e normas pré-estabelecidas para determinadas questões. Podemos considerar a legislação educacional como um conjunto de leis referentes à educação, voltada para as questões relacionadas ao ensino e suas aplicações - que tem muito a dizer sobre a função e finalidade da educação. Para Martins (2002), a legislação educacional possui duas naturezas: uma reguladora e uma regulamentadora. Ela é reguladora:

A partir de seu caráter, podemos derivar sua tipologia. Dizemos que a legislação é reguladora quando se manifesta através de leis, sejam federais, estaduais ou municipais. As normas constitucionais que tratam da educação são fontes primárias da regulação e organização da educação nacional, pois, só elas, definem as competências constitucionais e atribuições administrativas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Abaixo das normas constitucionais, temos as leis federais, ordinárias ou complementares, que regulam o sistema nacional de educação. (MARTINS, 2002, p. 1)

E regulamentadora quando:

Não é descritiva, mas prescritiva, volta-se a própria práxis da educação. Os decretos presidenciais, as portarias ministeriais e interministeriais, as resoluções e pareceres dos órgãos do Ministério da Educação, como o Conselho Nacional da Educação ou o Fundo de Desenvolvimento da Educação como serão executadas as regras jurídicas ou das disposições legais contidas no processo de regulação da educação nacional. A regulamentação não cria direito porque limita-se a instruir normas sobre a execução da Lei, tomando as providências indispensáveis para o funcionamento dos serviços educacionais. (MARTINS, 2002, p. 1)

Nos anos que abrangem a ditadura civil-militar no Brasil, a legislação educacional estava amparada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB de número 4.024 de 20/12/1961, que fixou diretrizes e bases da Educação Nacional. Mas, antes de abordarmos as legislações voltadas para a educação após o golpe de 1964, é necessário lembrarmos que a política de Estado estava voltada para a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimentista. A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento alicerçou as portas para as ações autoritárias, ditatoriais e repressivas do Estado após 1964. O seu espírito está fortemente presente nos discursos oficiais dos civis e militares do movimento. Assim:

O combate ao inimigo interno, sem limites, justificou o Amparo Repressivo que foi identificado em amplos segmentos das sociedades: políticos, militares, religiosos, intelectuais, operários, estudantes, livros, peças de teatro, músicas, jornais, universidades, partidos políticos e um número sem fim. Cassações, prisões, torturas, mortes e banimentos de cidadãos generalizaram-se. (SANFELICE, 2010, p. 317)

Segundo Dantas, “em Sergipe, o governador João Seixas Dória, que estava afinado com o projeto reformista do presidente João Goulart, foi preso. O Vice, Sebastião Celso de Carvalho (PSD) foi empossado sem protocolos” (DANTAS, 2000, p. 172).

Dantas (2000) ainda pontuou que, a exemplo de outras federações do país, os aglomerados de políticos rivais dentro da mesma agremiação (ARENA X MDB), tornou o processo difícil e só apenas em 1967, podia-se dizer que o autoritarismo se encontrava implantado em Sergipe.

Nacionalmente, dentre as legislações, duas foram fundamentais para instrumentalizar e embasar teoricamente as festas cívicas, são elas: Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispôs sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória; e a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que estabeleceu a reforma do ensino de 1º e 2º graus.

A partir do Decreto-Lei nº 869, de 1969, estabeleceu a obrigatoriedade da EMC em todos os graus e modalidades de ensino. A Educação Moral e Cívica era uma preocupação não apenas com a educação da infância e juventude, mas com a construção de hábitos cívicos. O art. 3º desse dispositivo legal fez a seguinte referência: “a Educação Moral e Cívica, como disciplina e prática educativa, será ministrada com apropriada adequação, em todos os graus e ramos de escolarização.” (BRASIL, 1969).

Porém, é em seu artigo 2º que foram apresentadas as finalidades e bases filosóficas:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;

- d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições, e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação a família e à comunidade ;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização da ordem sociopolítica e econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade (BRASIL, 1969).

Em presença das finalidades, é possível notar um arcabouço de diretrizes para o culto à pátria. Os elementos pontuados apareceram de forma direta nas comemorações cívicas durante os anos dos governos ditatoriais no Brasil. Os conteúdos estudados na escola deveriam ser congregados pelos alunos, tomando forma publicamente. Os estudantes deveriam ser devotos da pátria sob a inspiração de Deus, resultando no bem comum. Assim, a ordem e o desenvolvimento do Brasil eram de encargo de todos.

Conforme pontuou Duarte (2008), para o presidente da Comissão Nacional de Moral e Civismo para a prática da EMC, seria necessário “utilizar, num passo rítmico, complementarmente, a Prática Educativa de Educação Moral e Cívica como força plasmadora de comportamento e inspiração de atitudes” (DUARTE, 2008 p. 54).

Ainda quanto às bases filosóficas apresentadas na legislação citada, pontuamos:

[...] a prática educativa da moral e do civismo nos estabelecimentos de ensino, através de todas as atividades escolares, inclusive quanto ao desenvolvimento de hábitos democráticos, movimentos de juventude, estudos de problemas brasileiros, atos cívicos, promoções **extraclasse** e orientações dos pais. (BRASIL, 1969, grifo nosso)

Essa finalidade sinaliza como aspecto relevante presente no Decreto-Lei para a necessidade de despertar e fortalecer o sentimento nacionalista por meio do culto à pátria. Esse amor devia, à época, ultrapassar os muros da escola através das práticas cívicas, a exemplo do hasteamento da bandeira, canto do Hino Nacional em lugares públicos e os desfiles cívicos no Sete de Setembro.

Outro arquétipo do ensino ao amor à pátria era a presença da “Oração pelo Brasil”, geralmente recitada pelos alunos depois de cantar o Hino Nacional. O texto



foi apresentado nos livros didáticos da disciplina e recitado em momentos ritualísticos da escola. As instituições se apoiaram na legislação, mas foram construindo seus espaços de saberes e fazeres, edificando a cultura da escola. Vejamos a oração em Glória à Pátria, Brasil:

Ó Deus onipotente, presente e  
 Fim de todas as coisas,  
 Infundi em nós, brasileiros,  
 O amor ao estudo e ao trabalho,  
 Para que façamos da nossa PÁTRIA  
 Uma terra de paz, de ordem e de grandeza.  
 Velaí, SENHOR pelos destinos do BRASIL!  
 (Comissão Nacional de Moral e Civismo. In: MORAL E CIVISMO,  
 1979, p. 5)

A oração manifestou a sacralização da pátria e o contorno dos subsídios da EMC ligados aos princípios patrióticos. Em análise, percebemos que, na justificativa desses atos, a pátria se fortalecia diante dos valores ético-cristãos e ao ser sacralizada, tornar-se-ia um objeto de veneração e seus cidadãos lhes deveriam fidelidade.

Para o espaço sagrado da pátria convergiam as finalidades da instituição escolar e todas as atividades educativas. Assim a pátria, mãe, entronizada no hino nacional - “Terra adorada! Entre outras mil, és tu Brasil, ó pátria Amada! Dos filhos deste solo és mãe gentil, amada Brasil!” – encontra-se na escola primária o amparo seguro e incontestável de suas virtudes. (SOUZA, 2009, p. 290-291)

Quanto à Lei nº 5.692/1971<sup>33</sup> que foi instituída no governo do General Emílio Garrastazu Médici, oficialmente não foi considerada como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), visto que focava principalmente os ensinos de 1º e 2º graus.

Segundo sinalizou Santos (2014), a legislação apresentou como princípio teórico a autorrealização do estudante, ou seja, a educação interagindo com a cultura. Nesse caminho, a lei valorizava o ensino técnico profissionalizante no ensino de 2º grau e tornava obrigatório a oferta do ensino da 1ª à 8ª série do primeiro grau, como se observa em seu artigo primeiro:

Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas

---

<sup>33</sup> Lei nº 5.692/71 Reforma do Ensino de 1º e 2º graus.

potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício da cidadania. (BRASIL, 1971)

Dentre os princípios que nortearam a Lei nº 5692/1971, percebemos o “exercício da cidadania”. Este, por lei, foi transformado em conteúdos curriculares e práticas educativas de responsabilidade da EMC. Em seu artigo 7º, estabeleceu-se a matriz curricular para o 1º e 2º graus, nos quais a Educação Moral e Cívica, Educação Física e Programas de Saúde apareceram como disciplinas escolares:

Art. 7º Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programa de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observando quanto a primeira o disposto no Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. (BRASIL, 1971)

Nesse aspecto, a Lei nº 5.692/1971 confirmou a presença, ou a ausência, de um campo escolar, definindo segundo os seus conceitos o que deveria ser ensinado na instituição de ensino.

Em Sergipe, as resoluções estaduais definiram as deliberações do Conselho Estadual de Educação. Em 14 de dezembro de 1973, o então governador do estado de Sergipe, Paulo Barreto de Menezes, sancionou a Lei nº 1.823<sup>34</sup>, a qual estabeleceu o Conselho Estadual como órgão normativo, deliberativo e consultivo do Sistema de Ensino do Estado de Sergipe, vinculado tecnicamente ao Conselho da Secretaria de Educação e Cultura.

Desta forma, as normas fixadas pelo Conselho Estadual de Educação de Sergipe, que orientavam a elaboração dos regimentos escolares, estabeleceram-se em consenso com as deliberações ou pareceres do CFE. A Resolução nº 02/1973 aprovou o plano de implantação do regime instituído para o ensino de 1º e 2º graus, a partir de então, a rede escolar do estado sergipano passou a empregar esta nomenclatura e fazer as alterações indispensáveis para ajustar-se à lei.

Art.1º Fica aprovado o Plano Estadual de Implantação, no Sistema de Ensino, do Sistema instituído na Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, para o ensino de 1º e 2º graus nos termos do Planejamento, Legislação e Normas deste Conselho. (SERGIPE, 1973)

---

<sup>34</sup> Lei Orgânica nº 1.183, de 1973, do estado de Sergipe.

Entre os conselheiros responsáveis pela elaboração desse Plano de Educação, identificam-se: Alcebíades Melo Vilas-Boas<sup>35</sup>, Belmiro da Silveira Goes<sup>36</sup>, Carlos Alberto Barros Sampaio<sup>37</sup>, Dalila Cortes<sup>38</sup>, Francisco Melo Novais<sup>39</sup>, João Moreira Filho<sup>40</sup>, José Aloísio de Campos<sup>41</sup>, José Rollemberg Leite<sup>42</sup>, José Silvério Leite Fontes<sup>43</sup>, Lauro Ferreira do Nascimento<sup>44</sup>, Dom Luciano José Cabral Duarte<sup>45</sup>, Manoel Cabral Machado<sup>46</sup>, Neyde F. de Albuquerque Mesquita<sup>47</sup>, Dom Nivaldo Monte<sup>48</sup>, Ofenísia Soares Freire<sup>49</sup>, Stelita de Oliveira Falcão<sup>50</sup>. Nomes conhecidos na

---

<sup>35</sup> Foi responsável por administrar a Escola de Instrução Militar (EsIM) que esteve em atividade até 1969 no estado de Sergipe (SANTOS, 2011).

<sup>36</sup> Ex-presidente do Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe no ano de 1964. (Disponível em: <http://www.tjse.jus.br/arquivojudiciario/82ontente/view/15/26/>. Acesso em: 14 jan. 2022)

<sup>37</sup> Conselheiro da Corte de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE) no ano de 1970 (ano de instalação do Órgão). (Disponível em: <http://www.tce.se.gov.br/sitev2/historico.php>). Acesso em: 14 jan. 2022)

<sup>38</sup> Dalila Cortes nasceu em 25 de abril de 1908, em Aracaju. Foi professora primária formada na Escola Normal Rui Barbosa, entre 1921 e 1925 (ALBUQUERQUE, 2009).

<sup>39</sup> Juiz aposentado do Estado de Sergipe. (Disponível em: <http://mp-se.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 18 jan. 2022)

<sup>40</sup> Nascido em Pedra Mole, Moreira Filho se formou em Direito, foi conselheiro do Conselho Estadual de Educação e funcionário do Conselho do Desenvolvimento Econômico de Sergipe. No biênio 1962/1963 presidiu a OAB/SE e em 1970 foi nomeado juiz (conselheiro) do TCE, na primeira formação do órgão. (Disponível em: <http://www.tce.se.gov.br/sitev2/conteudo.ler>. Acesso em: 13 jan. 2022)

<sup>41</sup> Ex-professor e Reitor da Universidade Federal de Sergipe (UFS) no período de 1976-1980. Ocupou cargos e funções no Serviço Público Estadual e Municipal, contribuindo para o campo educacional em Sergipe (SANTOS, SOUZA, 2011).

<sup>42</sup> José Rollemberg Leite (1912-1996) governou Sergipe em duas ocasiões: de 1947 a 1951 e de 1975 a 1979 (BARRETO, 2012).

<sup>43</sup> Silvério Fontes nasceu em Aracaju em 1924. Foi sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS), Professor Titular e Procurador da Universidade Federal de Sergipe. (Disponível em: <http://silveriofontes.com.br>. Acesso em: 13 dez. 2022)

<sup>44</sup> Membro do Conselho Estadual de Educação de Sergipe no ano de 1963, empossado por Sebastião Celso de Carvalho, Governador do Estado em exercício para cumprir mandato de dois (2) anos. (Disponível em: <http://www.seed.se.gov.br/portais/cee/historico.asp>. Acesso em: 10 dez. 2022)

<sup>45</sup> Primeiro diretor da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe e grande batalhador pela criação da Universidade Federal de Sergipe, quando integrou o Conselho Diretor da Fundação sendo o seu primeiro presidente. Nomeado Conselheiro Federal de Educação, exerceu o mandato a partir de 1968, por mais dois períodos e arcebispo metropolitano de Aracaju. (Disponível em: <http://www.institutodomlucianoduarte.com.br>. Acesso em: 10 jan. 2021)

<sup>46</sup> Nasceu em Rosário do Catete e foi “membro da Academia Sergipana de Letras desde 1963, ocupante da Cadeira 25. Foi, ainda, por muitos anos, orador do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Figurou, também, como membro de outras entidades culturais e sociais, como a Associação Franco-Brasileira (Aliança Francesa), destacando-se, nacionalmente, como integrante da Academia Brasileira de Ciências Sociais, com sede no Rio de Janeiro.” (BARRETO, 2001).

<sup>47</sup> Foi professora de Educação Moral e Cívica no Atheneu. Membro do Conselho Estadual de Educação na época de sua criação. Na administração de Gileno Lima na prefeitura de Aracaju, assumiu o cargo de diretora do Departamento de Educação do Município (SANTOS, 1998).

<sup>48</sup> Foi Bispo Auxiliar de Aracaju até maio de 1965 (DELGADO, 2008).

<sup>49</sup> Professora de Língua e Literatura do Colégio Atheneu Sergipense e do Colégio Tobias Barreto. Membro do Conselho Estadual de Educação, Membro da Academia Sergipana de Letras e Secretária Municipal de Cultura (BARRETO, 2004).

<sup>50</sup> Ex-Secretária da Educação e Cultura do Estado de Sergipe. (Disponível em: <http://www.seed.se.gov.br>. Acesso em: 14 jan. 2022).

sociedade sergipana durante o período estudado. O corpo de conselheiros era formado por membros nomeados pelo governador do estado.

Art. 2º O Conselho Estadual de Educação é constituído de doze (12) membros nomeados pelo governador do Estado, escolhidos entre pessoas de notório saber e experiência em matéria de educação, observada a devida representação dos diversos graus de ensino e a participação de representantes do magistério oficial e particular (SERGIPE, 1973).

Já o capítulo XXVII do artigo 9º da Lei nº 1.823/1973, refere-se como uma atribuição delegada ao Conselho de “estabelecer normas para o ensino da Educação Moral e Cívica e da Educação Física, nos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observada a legislação em vigor” (SERGIPE, 1973).

Por fim, percebemos a legislação como uma seta que ultrapassou o processo de organização do ensino, visto que a partir delas, foi possível forjar algumas práticas do cotidiano das instituições. Em caráter particular, durante os anos de tutela militar em Sergipe, buscou-se como uma roupagem a reorganização das instituições educativas no estado, que juntamente com a construção de novas escolas rumo aos interiores do estado, movimentou e alicerçou o campo educacional sobretudo com a edificação da Universidade Federal de Sergipe. Assim, aliada a essas orientações, as comemorações públicas cívicas apareceram como uma vitrine que anunciava “Ordem e Progresso”.

### 3 “OLHA O PASSARINHO!”: FESTAS ESCOLARES EM SERGIPE A PARTIR DOS IMPRESSOS FOTOGRÁFICOS

Nesta seção, analisaremos os desfiles cívicos escolares em Sergipe, em particular aqueles realizados em comemoração ao dia da Independência do Brasil, Sete de Setembro. As fontes selecionadas para os questionamentos foram, em sua maioria, imagéticas, oriundas dos jornais *A Cruzada*, *Gazeta de Sergipe* e *Jornal da Cidade*, como também fotografias e outros impressos que compuseram o corpus documental para a pesquisa.

Sobre a utilização das fontes:

Para os estudiosos da história social, da história das mentalidades e dos mais diferentes gêneros de história, assim como para os pesquisadores de outros ramos do conhecimento, são as imagens documentos insubstituíveis cujo potencial deve ser explorado. Seus conteúdos, entretanto, jamais deverão ser entendidos como meras ilustrações ao texto. As fontes fotográficas são uma possibilidade de investigação e descoberta que promete frutos na medida em que se tenta sistematizar suas informações, estabelecer metodologias adequadas de pesquisa e análise para a decifração de seus conteúdos e, por consequência, da Instituições Escolares. (KOSSOY, 2001, p. 31-32)

Percebemos em Sergipe que as celebrações comemorativas para os escolares eram realizadas em cumprimento de um calendário pré-estabelecido, com as datas cívicas para as comemorações, ou como elementos pedagógicos colocados no cotidiano da escola, tais como: festas religiosas em comemoração às datas do calendário religioso, em geral, fazendo referência aos padroeiros das suas paróquias ou a datas religiosas de dias e guarda cristã.

Como apresentamos na seção dois desta tese, o ato de comemorar não é algo novo ou de propriedade da instituição escolar, mas, já era presente como um dos elementos da cultura da convivência social, não sendo um elemento exclusivo da vida adulta, mas também da infância. Desta forma, observamos que a escola foi apropriando-se da festa como um caminho pedagógico para a inculcação de saberes e como um elemento propagador de sua cultura, reforçando uma dada pedagogia da festa.

Nesta seção, buscamos mapear os desfiles cívicos escolares em Sergipe entre os anos de 1964 e 1985, percebendo que, para além de momentos de divertimento,

configuravam-se em oportunidades de formação da disciplina dos estudantes e da comunidade em sua volta. Eram ocasiões propícias para serem forjadas atitudes e mentalidades que se encontravam em consonância com o contexto sociopolítico da época, refletidos, também, no próprio currículo escolar, a exemplo dos conteúdos ministrados na disciplina Educação Moral e Cívica.

Em Sergipe, foi a partir do início da era dos grupos escolares (1911) que o advento das festas, para estudantes, foi tomando características mais públicas e, em alguns períodos, bastante noticiadas nos impressos da época. O pesquisador Magno Santos, em sua dissertação de mestrado *Ecoss da Modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos*, defendida em 2009, chamou-nos a atenção para o fato de que a cidade celebrava, nesse ano, o seu ingresso educacional, no que ele caracterizou como “searas da modernidade”, com a festa de inauguração do novo prédio da Escola Normal<sup>51</sup>.

O ano era 1911. A cidade de Aracaju era o cenário da trama que teria início naquele dia. A cidade celebrou o seu ingresso educacional nas searas da modernidade com a festa de inauguração do novo prédio da escola normal. Ele tornou-se Marcos da trajetória educacional de Sergipe, pois introduziu no estado os novos pressupostos do ensino, com a difusão da metodologia moderna e principalmente com a visibilidade. A educação passava para o palco da trama histórica republicana, tornando-se alvo de discursos, em campanhas eleitorais. Foi com a escola normal que teve início a caminhada sergipana em busca da disseminação do mais inovador modelo de escola primária vigente no Brasil: os grupos escolares. (SANTOS, 2009, p. 4)

As comemorações tinham tipologias distintas que iam desde a inauguração das instituições de ensino, como indicado na nota citada, até as festas de formatura. Desta feita, marcaram os ritos de ingresso e de saída, destinados aos estudantes nas escolas em determinadas datas a serem celebradas.

Avançando um pouco no tempo, para inserir no marco temporal desta pesquisa, durante os anos da tutela militar em Sergipe, as festas cívicas apresentaram, entre suas características fundantes, o incentivo à ordem, de acordo com os preceitos do

---

<sup>51</sup> Sobre o estudo das escolas normais, destaca-se o trabalho *Vestidos de azul e branco: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920 - 1950)* da professora Doutora Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas (2003) é referência a esse entendimento, ao construir a trajetória da instituição, o eixo de formação ofertado e ao indicar os percalços presentes em sua consolidação. A escola foi pensada com vistas a atender ao público feminino e a moças abrigadas em asilos com o propósito de prepará-las para o magistério.

período civil militar. Nesse sentido, os desfiles cívicos impuseram a escola a função de auxiliar a construção dessa ordem. Sobre isso, de acordo com McLaren, “é extremamente difícil - se não impossível – tentar qualquer interpretação de ritual sem primeiro entender seus aspectos relacionais, isto é, sem examinar os contextos (históricos e situacionais) dentro dos quais o ritual é representado” (MCLAREN, 1991, p. 129).

No entanto, não podemos deixar de levar em consideração que para as análises no campo da História da Educação, o tema “festas escolares” representa a cultura da escola ao universalizar-se nas sociedades letradas e tidas como democráticas. Desse modo, os ritos comemorativos escolares passaram a auxiliar no processo de apresentação da escola como um espaço de sociabilidade cidadã, sendo para tanto necessário considerar que a escola, enquanto instituição sistemática que atende as demandas educacionais, também responde e atende aos apelos do Estado, que a legitima. A partir dos eventos festivos dentro das instituições de ensino, rituais foram criados permitindo a construção das formas, isto é, a maneira como se deveria comemorar. As datas que deveriam ser festejadas foram tomando corpo e na cultura da escola essas teias foram sendo tecidas.

Ressaltemos que a escola não é um lugar apenas físico, mas um lugar de representação e apropriação. Para Escolano:

A cultura se constituiu numa espécie de agregado coerente de condutas, normas e valores, que dava coesão à vida social, tanto no plano coletivo como no das subjetividades. Isso era particularmente visível na ordem das estruturas, se se examinava do ponto de vista comunitário; e dos hábitos garantiam, desse modo, réplica e a previsibilidade dos padrões configuradores de toda a cultura. Se esses parâmetros se transformam para além de seu pragmatismo imediato em conteúdo de uma tradição – mediante a permanência no tempo das formas e dos comportamentos -, seus elementos constituintes passavam a fazer parte da memória cultural de um coletivo e dos sujeitos que nele se inseriam. (ESCOLANO, 2017, p. 110)

A sistematização das práticas escolares observadas a partir da cultura escolar, ampliam o conhecimento do cotidiano das instituições de ensino, possibilitando a montagem de um quebra-cabeça do interior da escola. Para essa construção, o historiador da educação pode contar com os impressos enquanto testemunhos do passado. Para Le Goff:

A outra forma de memória ligada à escrita é o documento escrito num suporte especialmente destinado à escrita (depois de tentativas sobre osso, estofa, pele, como na Rússia antiga; folhas de palmeira, como na Índia; carapaça de tartaruga, como na China; e finalmente papiro, pergaminho e papel). (LE GOFF, 1990, p. 433)

A cultura impressa tinha poder de motivar a apreciação da sociedade, por isso a proeminência em registrar e debater sobre a ação educadora e seu poder de influências na construção de comportamentos dos indivíduos de um determinado período, configurando continuamente toda a sociedade e assim, sua história e cultura.

Os impressos, mais especificamente os jornais, têm papel fundamental para as publicações de notícias e publicidades. As manchetes noticiadas em suas folhas perduram e produzem legitimidade social para as instituições, os seus representantes e a sociedade. O resgate de algumas delas, casam-se com as finalidades pedagógicas e ritos presentes nas construções das festividades escolares em cerimônias de entrega dos diplomas, homenagens aos cidadãos e comemoração à semana da pátria. Fatos que reportam traços do cotidiano escolar e do modo como a sociedade sergipana tecem sua identidade para as festividades educacionais e para além delas.

### 3.1 PRIMEIRO CLOSE: DESFILES CÍVICOS ESCOLARES EM SERGIPE

As festas escolares realizadas para comemorar o Sete de Setembro, intensificadas no período militar, não armazenam um único significado, mas vários. Foi um ritual coletivo, vivenciado por grupos diferentes que ainda guardam na memória suas motivações e relações pessoais aos modos que submergiram a comemoração: a emoção que o evento lhe propiciou. Em Sergipe, entre os anos de 1964 e 1985, os desfiles cívicos estiveram presente na capital e em diversos municípios do interior. Especificamente na capital, Aracaju, as paradas em comemoração da Independência aconteceram em grande escala no centro da cidade, mas também em outros bairros da capital. “Desde então, tudo, nessas festas, é história; seu nascimento e sua morte, porque são carregadas de fazer triunfar, contra as significações concorrentes, uma significação histórica particular” (OZOUF, 1976, p. 217).

No entanto, é importante lembrar que nas escolas republicanas públicas, desde a “Era dos Grupos Escolares” como afirma Pinheiro (2001), até a construção dos



prédios, deu-se uma formação estética forte em torno do “lugar de ensinar”. As festas foram constituindo-se em diferentes rituais simbólicos que tinham entre suas finalidades a sinergia dos sujeitos envolvidos. Assim, as comemorações escolares se tornaram cada vez mais notórias, sendo edificadas a partir de espetáculos sincronizados com elementos que favoreciam a inculcar normas e valores.

Ao abrir as portas da escola para familiares e representantes de instituições políticas e religiosas, ao levar os espetáculos aos espaços públicos, as festas deixavam de ter um caráter apenas de atividade para escolares, passando a constituir um acontecimento, um evento social em fortalecimento do regime. A invenção das tradições tinha o intuito de fortalecer uma coesão nacional, como nos atentou Circe Bittencourt:

A missão da escola relativa ao ensino das tradições inventadas – preferencialmente a coesão nacional em torno de um passado único, construtor da nação- justificava a preocupação na organização das atividades cívicas criadas para reforçar essa memória. (BITTENCOURT, 2017, p. 59)

A escola exerce o papel social cuja finalidade é educar o indivíduo, seu corpo e tradições, mas também promove alianças e memórias tanto coletivas, quanto individuais. Os atos preparativos educam, mas a performance faz com que o aprendizado chegue aos outros.

Na execução de desfiles cívicos, a escola instruía seus estudantes, mas também criava na sociedade o respeito, a observação e a contemplação das tradições. “Certamente existe nela uma extraordinária repetição do passado” (OZOUF, 1976, p. 220).

**Figura 12 - Desfile Cívico**

Fonte: APES FO 2319, caixa 019, [s/d].

Ao analisarmos a imagem fotográfica, faz-se aparente muitos reflexos da práxis da cultura escolar que perpassavam práticas pedagógicas próprias das festas cívicas escolares. Pontuaremos a seguir algumas dessas práxis.

A respeito do lugar de acontecimentos da comemoração, nesse caso específico, percebemos a praça Fausto Cardoso - enquanto elemento central das atividades públicas. Trata-se de um lugar urbanizado, pronto para os debates políticos e festividades relevantes para a cidade, como também lugar do lazer para as famílias aracajuanas e de demais regiões do estado. Como pano de fundo da fotografia, percebemos o palácio, figura que representa poder, apresentando-se como espaço simbólico de acontecimentos destinados às comemorações da Independência do Brasil.

Outros elementos que se destacaram são os que refletiram a cultura material da escola, como o uniforme, tendo as meninas saias de pregas, camisa com mangas longas, luvas e sapatos pretos aparentemente bem lustrados, apresentando-se com uma faixa cruzada ao corpo. Aqui, pressupomos ser uma fita verde amarela em saudação à pátria. Os meninos, por sua vez, vestiam o uniforme escolar composto por calça branca, camisa com mangas, luvas e sapatos brancos. Outro elemento identificado que apresentou a cultura acadêmica das instituições de ensino, foram os

cartazes e bandeiras carregadas pelos alunos, ostentando-os como uma exposição pública dos saberes transmitidos pela cultura letrada da escola.

Ao questionarmos a rigidez nos corpos e a falta de sorriso aparente nas fotos, compreendemos como parte das orientações pedagógicas dadas por seus professores. Como um estudante deve portar-se no desfile cívico de saudação à pátria? A resposta nos parece evidente: a partir da percepção da ordem e disciplina cravadas nos ideais ditatoriais, “sem acrobacias”, de maneira séria e compenetrada para o culto aos símbolos sacros da pátria.

Também não podemos deixar de notar, ao lado direito da praça, a presença do público no “espetáculo cívico”, um número considerável. Podendo estar presentes os alunos de outros estabelecimentos de ensino, familiares e comunidade em geral. Bencosta entendeu “os desfiles patrióticos dos grupos escolares como transmissores de uma linguagem coletiva, capaz de expressar concomitantemente múltiplos planos simbólicos que os levam a ser identificados como uma grande festa” (BENCOSTA, 2006, p. 300).

Dois importantes símbolos presentes nas festividades cívicas dos estudantes que não podem ser negligenciados são: a baliza, posto considerado importante, pois estava diante da escola; e a banda, com o seu maestro, que embalava e dava som para a atividade realizada.

A partir dos anos de 1964, a práxis dos desfiles cívicos, enquanto elemento pedagógico, esteve materializada. A comemoração do Sete de Setembro, por exemplo, pertencia ao calendário e ao currículo escolar; a aula em louvor à pátria era programa garantido à população. A cada ano, as instituições de ensino se dedicavam a abrilhantar as ruas de Aracaju e de outras cidades sergipanas com seus espetáculos, a tradição foi sendo estabelecida, inventada. “Consideramos que a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição” (HOBBSAWM, 1997, p.12).

Nas atividades públicas, durante os anos do período civil-militar, o lugar da escola era afirmado em cada evento: nas inaugurações dos prédios escolares, nas notícias das cerimônias de ingresso escolar, nos bailes de formatura e nas exposições das produções dos estudantes. Tal lugar também se afirmara nos desfiles cívicos públicos; assim, era a cidade comemorando com a escola. Vale lembrar que, além

dos aspectos patrióticos das festas, o teor estético encantava a muitos. Vejamos a manchete da celebração no dia 7 de setembro de 1964, “Grande Brilhantismo”:

Figura 13 - O Brilhantismo nas comemorações do dia 7 de setembro de 1964

## Grande Brilhantismo nos Festejos do Dia da Pátria

Revestiram-se de grande brilhantismo as solenidades realizadas nesta capital, em homenagem ao 7 de Setembro. A Parada Militar realizou-se pela manhã, com a participação da guarnição federal do 28.º Batalhão de Caçadores, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Município e abrilhantada pelas bandas de músicas das respectivas corporações. Também um

grupo de ex-pracinhas da FEB tomou parte no desfile, o qual provocou vivo entusiasmo na imensa multidão que saiu às ruas para o apreciar. Depois de percorrerem algumas das principais ruas, os militares se dirigiram à praça Fausto Cardoso, onde prestaram continência ao Pavilhão Nacional, hasteado no Palácio do Governo, e às Autoridades.

**PARADA ESTUDANTIL.** Espetáculo que excedeu em brilhantismo ao de anos anteriores, foi a parada estudantil. Milhares de alunos, de quase todos os colégios da capital, desfilarão garbosamente, ao som de bandas de música e tambores, envergando suas fardas ou em uniformes esportivos e conduzindo a Bandeira Brasileira e emblemas dos seus estabelecimentos. O Gi-

násio Salestiano conduziu em um carro uma grande Bandeira Nacional tecida em fiavel e, em seguida, os escudos da Marinha e do Estado de Sergipe; a representação do Colégio Estadual apresentou este ano uma magnífica banda de tambores, tendo ambas despertado grande vibração entre os espectadores do desfile. Todos os colégios, porém, foram entusiasticamente aplaudidos em vista do garbo e perfeição do desfile que agradou em todo o seu conjunto, mantendo nas ruas imensa multidão desde as 14 horas quando se iniciou a parada, até às 20 horas quando terminou. Foi deveras um espetáculo de magnífico civismo e vibração patriótica, apresentado em Aracaju no Dia da Pátria.

Fonte: Repositório da Universidade Federal de Sergipe. *A Cruzada*, setembro de 1964.

Já na primeira comemoração da Independência, após o golpe civil-militar de 1964, percebemos a presença da passeata cívica na capital de Sergipe, Aracaju. As atividades das celebrações do dia constituíram a narrativa da reportagem do jornal *A Cruzada*<sup>52</sup>. Ao analisar o conteúdo, foi possível perceber os militares em primeiro plano nas comemorações, uma forma de trazer sua presença à vista.

O roteiro relatado apresentou o desfile acompanhado por músicas, de forma brilhante, os militares da ativa e os pracinhas caminhando em direção à Bandeira do

<sup>52</sup> Este jornal foi fundado em 1918 por Dom José Thomaz Gomes Silva e existiu até o ano de 1970. Sua redação funcionava no próprio Seminário Diocesano, localizado na cidade de Aracaju, sendo sua produção responsabilidade da Arquidiocese. Possuía uma tiragem semanal e havia três aspectos básicos que formavam os pilares deste jornal católico: cultura, instrução e fé. Tanto a tiragem, como a quantidade de páginas, variou de acordo com os anos, e, apesar de não ter sido possível identificar o motivo, aponta-se como uma possibilidade os recursos financeiros que possuíam no momento.

Brasil. Seguindo o modelo dos militares, os estudantes realizaram “um espetáculo que excedeu o brilhantismo”, também ao som de músicas e com seus uniformes, milhares de estudantes carregavam a Bandeira Nacional. A população presente também respondeu ao desfile com aplausos.

Outro importante jornal do estado, *Gazeta de Sergipe*, também deu destaque para o Dia da Pátria (8 de setembro de 1964), exaltando, em sua reportagem, o desfile em comemoração ao dia da Independência e convidou a população aracajuana a comparecer nas festividades. O jornal alertou que as escolas desfilaram, “simplesmente”, sem coreografias. Aqui, denotamos o início de tentativa de remodelar os movimentos dos espetáculos estudantis, primando pela marcha ao som das bandas, em detrimento dos movimentos livres, adotados em anos anteriores nos desfiles das escolas. Estiveram presentes as seguintes instituições de ensino públicas e particulares da cidade: Instituto de Educação Rui Barbosa, Ginásio de aplicação, Arquidiocesano, Dom José Tomás, Getúlio Vargas, Escola Industrial, Ginásio Jackson de Figueiredo, Patrocínio São José, Pio X, Salesiano, Salvador, Senhor do Bonfim, Tiradentes, Tobias Barreto, Walter Franco e Colégio Estadual de Sergipe.

O mesmo periódico também pontuou os lugares definidos para a população, mais distante das escolas ao centro; para as autoridades, no palanque; e para os jornalistas e fotógrafos. Deixou evidente, também, a intencionalidade de registrar o espetáculo cívico, apresentando aquele conjunto social como “uma comunidade política imaginada - imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (ANDERSON, 2008, p. 32).

Diante do contexto político vivenciado em 1964, o desfile da Independência carregava uma mensagem de força e poder, um demonstrativo da nova ordem política militar. A imagem das escolas guiando seus estudantes demonstrava ser essa instituição uma aliada em potencial do regime. Compreendemos serem as festas cívicas, no período estudado, um incentivo à revolução pela ordem, sendo a escola também como a construtora dessa ordem.

Na mesma década, no ano de 1965, o adjetivo que caracterizava a festa do Sete de Setembro permaneceu o mesmo – “brilhantismo”, mesmo sem a efusividade das narrativas do ano anterior. Alguns fatos apresentaram algumas singularidades, tais como: 14 colégios desfilaram; os militares começaram os desfiles; houve o registro

da ausência dos colégios católicos Patrocínio de São José, Ginásio Salesiano e o Ginásio São Salvador. Vejamos a narração transcrita:

Grande brilhantismo nas comemorações do dia 7  
 Constituiu um belo e sempre novo espetáculo de civismo a parada de 7 de setembro, em que todas as comemorações militares e catorze colégios desta capital desfilaram garbosamente em homenagem à data Nacional.  
 Pela manhã foi o desfile militar, propriamente dito, começando às nove horas com revistas às tropas pelo governador do Estado. Liderado pelo 28º B.C (Batalhão de Caçadores) o desfile foi ainda integrado pela polícia militar, corpo de bombeiros, ex-combatentes e representantes da LABRE e de alguns colégios. À tarde verificou-se o desfile estudantil no qual tomaram parte todos os colégios e ginásios de nossa capital excetuando-se apenas o colégio patrocínio de São José o ginásio Salesiano e o ginásio São Salvador. (A CRUZADA, 08/09/1965)

Ao estreitar a lupa para a investigação, foi possível identificar algumas questões que apontam para uma possível resistência. Algumas escolas se recusaram a participar, sendo esta uma possibilidade plausível visto que o impresso que registrava a falta, possuía uma configuração ligada à Igreja Católica, assim como as instituições citadas como faltosas no desfile do ano de 1965<sup>53</sup>. Nesta ocasião, declarar tais informações significava deixar registrado quais os grupos que estariam apoiando o governo e não o comunismo. Desta feita, a presença em evento notoriamente público “ao lado dos militares”, ratificava a situação política vivenciada no contexto brasileiro.

Outrossim, aos anos que se seguiram, ainda na década de 1960, a leitura da presença dos escolares nas festas cívicas de Sete de Setembro e demais celebrações, a partir dos textos jornalísticos, levou-nos a observar os mesmos elementos presentes e colocados em evidência pelos noticiantes. Aqui, visualizamos adjetivos iniciais que classificavam os eventos como: “belíssimo”, “garboso”, “brilhante”, dando ênfase ao aspecto visual e organizacional do espetáculo e ao local do acontecimento da parada cívica: a “Praça Fausto Cardoso”, na capital sergipana. Convém pontuar que esse era lugar de destaque para a vida política de Sergipe.

---

<sup>53</sup> O periódico *A Cruzada* foi fundado em 1918 por Dom José Thomaz Gomes Silva e existiu até o ano de 1970, podendo ser visto como um instrumento utilizado por uma ala conservadora da Igreja Católica local.

A presença das instituições militares e de ensino aparece como informação chave no texto, descrevendo os personagens presentes e registrando a presença dos professores e diretores das escolas. Os alunos se tornavam parte do evento, cantando o Hino Nacional com vigor, em sintonia com a banda do corpo policial e levando a Bandeira Nacional. Essa ordem nos demonstra que a instrução havia acontecido, levando-nos aos indícios da presença dos ensaios feitos pelas escolas para a devida participação pública. É importante salientar quão intensamente a leitura e atividades de canto com o Hino Nacional faziam-se presentes, também, como conteúdo curricular das escolas.

Outro componente importante é a afirmativa de que todos os estudantes estavam uniformizados, ou fardados<sup>54</sup>, como se identifica em Sergipe. Dentre outros elementos da cultura material escolar, destacou-se o “uniforme”, que se fez presente cotidianamente como parte do elo entre estudante, instituição de ensino e comunidade em sua volta. A partir da vestimenta, a pessoa era identificada não mais como “Maria” ou “João”, mas, como Maria, a normalista; ou João, o aluno do Colégio Atheneu sergipense. Os fardamentos não apenas identificavam os alunos como estudantes, mas imprimiam características aos sujeitos, pertencentes das determinadas instituições de ensino.

A investigação sobre a cultura escolar permitiu uma desnaturalização da escola, entendendo-a como uma instituição criada com o objetivo da promoção do ensino, da socialização das pessoas, da disciplinarização dos corpos, da (re)produção de normas e regras, demonstrando, assim, o caráter intencional de tais práticas.

É perceptível o estreitamento das comemorações com a formação do estudante, todo um preparo com a construção da festa, como devemos comemorar e com quem devemos comemorar. Dessa forma, a festa contribuía para reforçar, bem como tornar público os saberes a serem inculcados.

Ainda assim:

Os ritos, desse modo, traduzir-se-ão como uma forma específica de se lidar com o tempo e com o espaço. É como se, pela liturgia da escolarização, houvesse interrupção do contínuo do tempo para se engendrar o lugar de um novo tempo, aquele do transcurso do ritual. (BOTO, 2014, p. 110)

---

<sup>54</sup> Sobre esse tema conferir a dissertação: Ione Celeste Jesus de Souza, (1999), Garotas tricolores, deusas fardadas: as normalistas em Feira de Santana 1925 a 1945, Bahia.

Como podemos observar na imagem do registro do jornal *Gazeta de Sergipe* de 1968:

**Figura 14** - Desfile Cívico de 1968



Fonte: Repositório da Universidade Federal de Sergipe. *Gazeta de Sergipe*, 10/09/1968.

Ao ovacionar o espetáculo apresentado, o apoio da população, da “massa”, também era registrado nas descrições dos impressos. Entendemos como uma forma de validar as atividades efetuadas pelo poder público da época.

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. (POLLAK, 1992, p. 201)

Em 1969, aconteceu a transferência dos desfiles para a avenida Barão de Maruim, avenida central da cidade. O movimento do desfile apresentou novos espaços geográficos definidos, deixando de estar restrito às praças dos poderes para cortar a avenida que, ao final dos anos 1960, ligava a região central da cidade ao bairro Cirurgia e aos outros bairros mais distantes da zona norte de Aracaju.

Além disso, o logradouro tinha características de um grande corredor urbano, desta feita, proporcionava aos desfiles uma longa passarela para a realização do

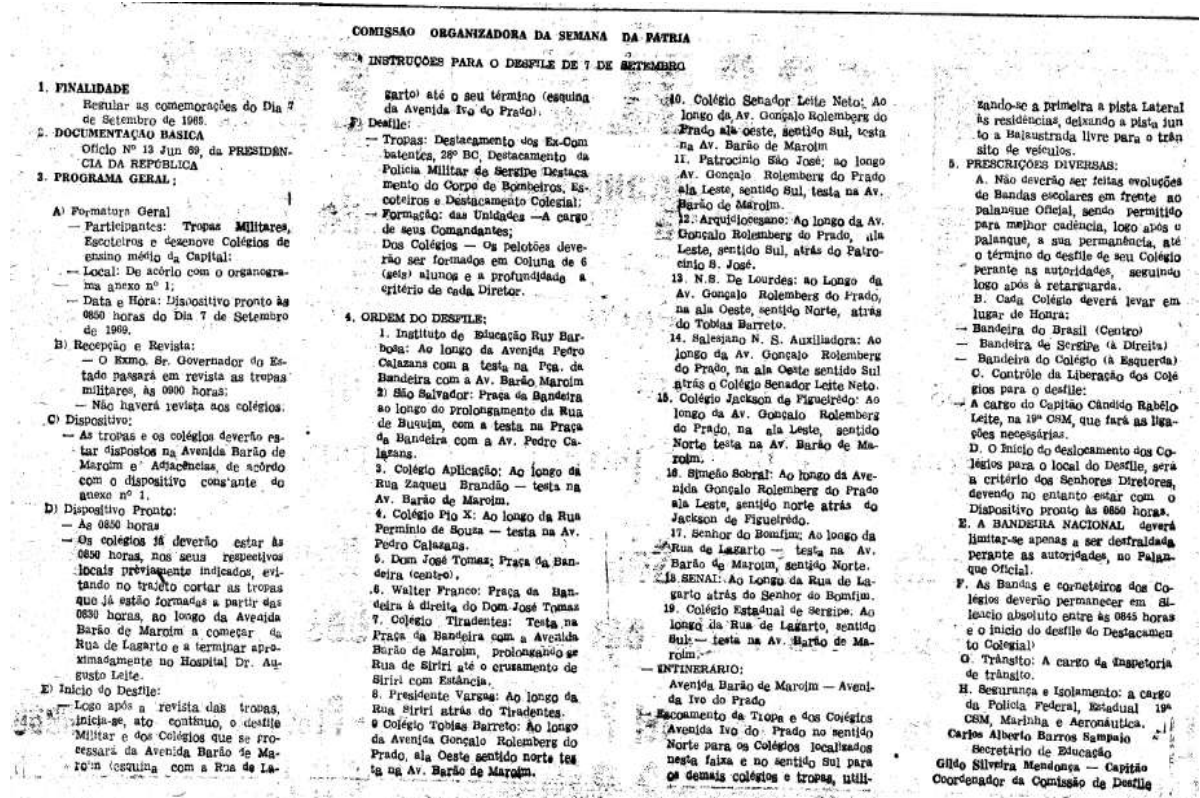


evento. Um palanque era erguido para os políticos e autoridades civis e militares; em torno da avenida, em suas calçadas, milhares de pessoas iam aglomerando-se, vindas de toda a parte do estado e dos bairros da capital. Os espectadores do espetáculo se misturavam com os vendedores ambulantes, distribuidores de panfletos, e para garantir a ordem, policiais estavam por toda a parte.

Assim, concordamos com Faria Filho ao afirmar que “reinventar a escola significa, dentre outras coisas, organizar o ensino, suas metodologias e conteúdo, formar, controlar e fiscalizar a professora; adequar espaços e tempos ao ensino; repensar a relação com crianças, famílias e com a própria cidade” (FARIA FILHO, 2014, p. 38).

Para a nova inauguração, o desfile foi bem arquitetado, planejado. Uma comissão organizadora da semana da pátria foi instituída no mês de junho, conforme imagem documental a seguir:

Figura 15 - Comissão organizadora da semana da pátria - 1964



Fonte: Hemeroteca APES. *Gazeta de Sergipe*. 09/09/1969.

A esse respeito, o jornal *Gazeta de Sergipe* noticiou:

Dez mil, novecentos e sessenta estudantes de 19 estabelecimento de ensino vão desfilar hoje pela manhã na avenida Barão de Maruim a partir da praça da Bandeira em direção à praça Camerino onde estará o palanque oficial das autoridades civis e militares do Estado. É esta a primeira vez que o desfile de 7 de setembro é levado para outro logradouro que não a rua João pessoa. A sugestão de Gazeta de Sergipe foi plenamente vitoriosa e a comissão dos festejos da semana da pátria achou por bem fazer o teste para o desfile na Barão de maruim.

Afora os 11 mil estudantes desfilaram também as guarnições militares do vigésimo oitavo batalhão de caçadores polícia militar do Estado corpo de bombeiros e ex-pracinhas da FEB o número de militares que desfilam hoje não foi, porém, fornecido a reportagem. É a seguinte a ordem do desfile a partir das 9 horas: instituto de educação Rui Barbosa, São Salvador, colégio de aplicação, colégio Pio décimo, ginásio, Dom José Tomás Walter Franco, colégio Tiradentes, ginásio Presidente Vargas, colégio Tobias Barreto, ginásio senador leite Neto, colégio do patrocínio São José, arquidiocesano, nossa senhora de Lourdes, ginásio Salesiano, colégio Jackson de Figueiredo, ginásio Simeão Sobral, ginásio senhor do Bonfim, SENAI e finalmente colégio Estadual de Sergipe. De acordo com a localização inicial dos estabelecimentos de ensino a massa humana deverá se concentrar melhor a partir da rua Lagarto até a avenida Rio Branco a maioria dos colégios saem ou da praça da Bandeira ou da avenida Simão Dias. (GAZETA DE SERGIPE, 09/09/1969)

O jornal *Gazeta de Sergipe* aproveitou a nota para apresentar-se como mentor da sugestão da mudança de endereço das apresentações dos desfiles e do sucesso que foi o teste realizado. Diante da narrativa do evento cívico de 1969, é possível pensar em três esferas apresentadas por Anderson (2008), como elementos fortalecedores do conceito de nação imaginado a uma dada comunidade: censo, museu e mapa.

Antes de tudo, pontuamos ser uma interpretação de tais conceitos, levando em consideração o recorte temporal da tese. Visualizamos a construção de um censo, diante da apresentação dos números da população presente nos eventos. Seriam essas afirmativas estatísticas utilizadas como elementos para fortalecer e enaltecer os acontecimentos? Perante as análises dos impressos, é possível observar que os números apresentados, além de validar a festa, também serviam como convite para os demais leitores que ainda não havia comparecido?

Quanto ao mapa e museu, a própria mudança de logradouro sinalizava a redefinição dos espaços da capital do estado de Sergipe, definindo outros olhares a respeito da malha urbana da cidade e redefinindo as rotas geográficas da

comemoração. Já o desfile era uma exposição a céu aberto, desta feita, o museu tomava uma forma itinerante, levando a história da pátria como tema central.

Para a década de 1970, o palco da avenida Barão de Maruim já estava estabelecido. Pelo registro da imprensa, apenas no ano de 1974 foi estabelecido entre os muros do estádio de futebol Lourival Baptista.

Na celebração de 1970, alguns ritos estiveram sagrados nas comemorações públicas e apareciam de forma disciplinadora para os estudantes. Os organizadores orientavam para os detalhes da celebração, pontuando que o desfile era parte dos eventos ocorridos por toda a semana, tais como palestras e atos cívicos. Definiu-se a ordem que cada colégio deveria levar a Bandeira do Brasil, ao centro; acompanhada da Bandeira de Sergipe e da bandeira dos colégios em cada lado. Posteriormente, os organizadores nortearam as bandas escolares para que não fizessem “evoluções em frente ao Palanque Oficial” e aos corneteiros declararam: “deverão permanecer em silêncio absoluto até o início do desfile” (*GAZETA DE SERGIPE*, 06/09/1970).

**Figura 16** - Desfile Cívico Pelotão das Bandeiras



Fonte: Arquivo Municipal de Aracaju, desfile cívico, 1970, Gaveta CDE, pasta 10.

No registro, o fotógrafo destacou o movimento da marcha, o uniforme bem alinhado, arrematado com a faixa “verde e amarela” - cores da pátria brasileira. São

informações que identificam a identidade estudantil. A presença das bandeiras é um indício do Estado e dos conteúdos escolares no desfile cívico.

Ainda tendo como fonte o jornal *Gazeta de Sergipe*, do ano 1970, este apresentou uma nota onde se evidenciou a questão da ordem dos desfiles das escolas públicas e particulares, começando pelo Instituto de Educação Rui Barbosa<sup>55</sup>, e finalizando com o Colégio Estadual de Sergipe (Atheneu Sergipense). É significativo destacar essas duas instituições, pois ambas têm uma representatividade na educação do estado. O número de colégios presentes no evento (20) foi maior que nos anos anteriores.

Figura 17 - Ordem do desfile cívico de 1970

**ORDEM**  
 A ordem do desfile será a seguinte: Instituto de Educação Rui Barbosa, Colégio Estadual Presidente Costa e Silva, Ginásio Walter Franco, Ginásio Municipal Presidente Vargas, Colégio Senhor do Bonfim Escola Técnica Federal de Sergipe, Colégio Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora, Ginásio Nossa Senhora de Lourdes, Ginásio Simeão Sobral, Ginásio do SENAI, Ginásio do Salvador, Colégio de Aplicação da Faculdade de Educação, Colégio Patrocínio São José, Colégio Estadual Presidente Castelo Branco, Colégio Tiradentes, Colégio Arquidiocesano "Sagrado Coração de Jesus", Colégio Dom José Tomaz, Colégio Pio Décimo, Colégio Jackson de Figueiredo e Colégio Estadual de Sergipe.

Fonte: Hemeroteca APES, *Gazeta de Sergipe*, 06/09/1970.

Além da presença do governador Lourival Baptista<sup>56</sup>, para um discurso ao lado das forças militares, o jornal enalteceu a participação da Marinha pela primeira vez no evento.

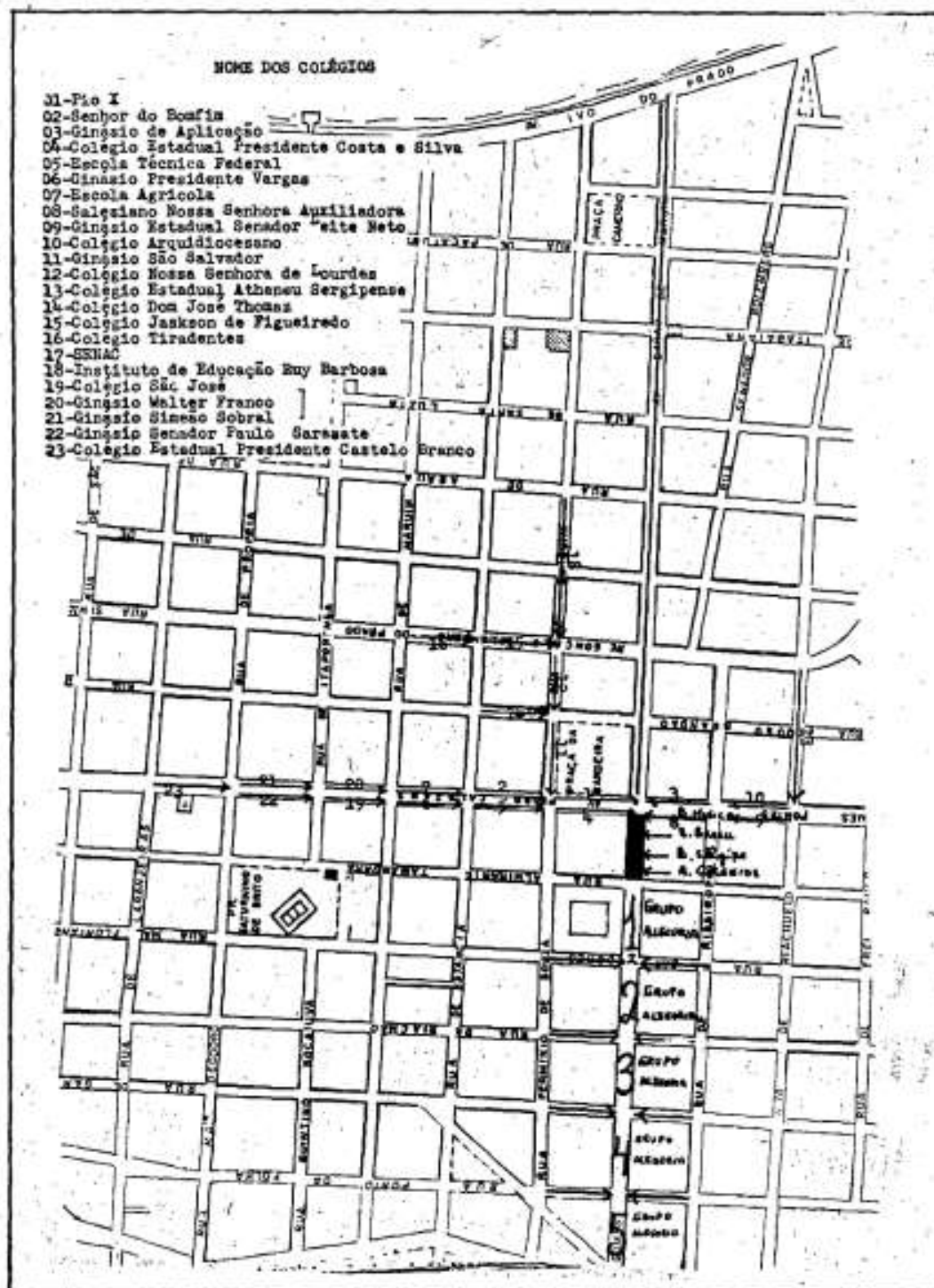
Em 1972, por ocasião da comemoração do Sesquicentenário da República Brasileira, foi preparado uma grande comemoração para a data. Em Aracaju, alguns

<sup>55</sup> Em Sergipe, a Lei nº 30 de 4 de dezembro de 1947 definiu uma nova denominação à Escola Normal que passou a chamar-se de Instituto de Educação "Rui Barbosa". Entre idas e vindas, o curso normal em Sergipe passou por reformas decorrentes das mudanças políticas e econômicas do país gerando novas exigências educacionais. (BARROS, 2013, p. 18)

<sup>56</sup> Governador de Sergipe entre de 31 de janeiro de 1967 a 14 de maio de 1971. Iniciou seus estudos em Alagoinhas. No ano de 1943, já formado em medicina pela Universidade Federal da Bahia, Lourival chegou a Sergipe, constituindo família e adotando Sergipe como seu lar. Estabeleceu-se em São Cristóvão, onde exerceu sua profissão de médico. No seu governo, que foi caracterizado pela ênfase no trabalho e no progresso, sendo a ele atribuído o título de "O Realizador", implantou o primeiro Distrito Industrial de Sergipe e iniciou a reforma agrária, com desapropriações rigorosamente pagas pelo Poder Público, ou utilizando terras do Estado.

eventos foram registrados. O desfile cívico, como todos os outros, com o sentido de demonstrar essa ordem perpassada pela festa da pedagogia, foi programado e planejado em cada detalhe do movimento das escolas conforme apresenta o mapa:

Figura 18 - Mapa do desfile de 1972



Fonte: Repositório da Universidade Federal de Sergipe. *Jornal da Cidade*, 06/09/1972.

O desfile dos colégios deste ano específico foi organizado com o tema História do Brasil, alinhando uma retrospectiva da História que focalizava várias etapas e acontecimentos da história nacional. As escolas foram divididas em grupos e exibiram no chamado “museu a céu aberto”, a exposição da colonização até a então denominada “Revolução de 1964”.

O sentimento nacional nutria-se na veneração aos símbolos nacionais e aos heróis, exemplos de coragem, probidade e abnegação como José Bonifácio – O patriarca da Independência; Duque de Caxias, o patrono do exército brasileiro; Tiradentes, o mártir da inconfidência; Zumbi dos Palmares, o rei do Quilombo, Princesa Isabel, a redentora. (SOUZA, 2009, p. 290-291)

Vejamos na nota do jornal como ficou dividido o agrupamento das escolas, segundo o *Gazeta de Sergipe*, de 06 de setembro de 1972.

**Figura 19** – Agrupamentos do desfile em comemoração ao sesquicentenário da Independência

Os grupos de colégios estão assim divididos: 1º Grupo — A Missa no Brasil e a carta de Pero Vaz de Caminha. Esse grupo é composto dos Colégios de Aplicação da UFS, Pio X, Sr. do Bomfim e Estadual Pres. Costa e Silva. 2º Grupo — A Instalação Colonial, dividido em Ciclo do Pau Brasil, Ciclo da Cana de Açúcar Catequese, Composto pelos Colégios: Salesiano, Leite Neto, Presidente Vargas, Escola Técnica Federal e Escola Agrícola.

3º Grupo — A Emancipação Política e o Império Brasileiro, apresentando quadros sobre a Inconfidência Mineira, Abertura dos Portos, Revolução Pernambucana de 1817, Independência ou Morte, A Família Real do Império Brasileiro, As Heroínas, O Pacificador e A Abolição. Fazem parte desse grupo os Colégios: Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus, Salvador, Senai, Nossa Senhora de Lourdes, Atheneu Sergipense.

4º Grupo — 1ª e 2ª Repúblicas. Quadros: Os símbolos da República, Deodoro e as Principais Figuras da Proclamação, A Primeira República, Os 18 do Forte, Semana de Arte Moderna, a 2ª República, Voto Feminino, Indústria Automobilística, A Europeia da FEB e A Revolução de 1964. 5º Grupo — Integração — Preto de Gratidão à CBD, Agradecimento à Embratel por ter levado a Mini Copa a 90 milhões de Brasileiros, Transamazônica, Sergipe e Suas Produções e Brasil Portugal - Integração. Colégio deste Grupo: Estadual Presidente Castelo Branco, Patrocínio São José, Walter Franco, Simeão Sobral e Paulo Sarasate.

Fonte: Hemeroteca APES, *Gazeta de Sergipe*, 06/09/1972.

Para esse desfile, também foram convidadas as crianças, visto que uma tarde foi reservada para os jardins de infância de Aracaju. Prestigiando o evento, estavam o governador do estado Paulo Barreto de Menezes, juntamente com a primeira-dama Conceição Menezes. O evento ocorreu no centro da cidade, saindo da praça Camerino em direção à praça General Valadão. As instituições de ensino presentes foram: Educandário Joana D'Arc, Educandário Americano Batista, Jardim de Infância Branca de Neve, Jardim de Infância Garcez Vieira, Jardim de Infância Augusto Maynard e Instituto Dom Fernando Gomes.

**Figura 20** - Crianças em desfile



Fonte: Arquivo Municipal de Aracaju, desfile cívico, 1970, Gaveta CDE, pasta 10.

Para compreendermos como os desfiles cívicos estiveram atrelados ao que estamos chamando aqui de pedagogia das festas, assim como os jornais, o contato com imagens fotográficas foi um dentre os possíveis caminhos para essa empreitada. Uma vez que, além do registro do momento, elas eternizaram o evento registrado, proporcionando a construção de uma memória imagética. A fotografia manifesta um conjunto de signos, cujo grau de informação extrapola o simples posto ilustrativo.

As fotografias também apontaram para outros elementos não registrados em textos dos impressos jornalísticos, vejamos:



**Figura 21** - Para além dos estudantes

Fonte: Arquivo Municipal de Aracaju, desfile cívico, 1972, Gaveta CDE, pasta 10.

Qual o lugar social da juventude em dias de comemorações para escolares na capital sergipana? Esse foi um questionamento que a figura 21 fez emergir. O retrato trouxe ao nosso olhar o cotidiano da festa de Sete de Setembro de 1972, com a câmera voltada de cima para baixo e um ângulo distanciado o suficiente para enquadrar a cena. Foi possível enxergar desde as autoridades políticas alocadas no palanque, até a juventude e boa parte do público. Nesse registro, percebemos que a escola ainda não era o único lugar para os jovens nos anos de 1970. E no meio desta festa cívica, podemos perceber o encontro de distintas realidades: de um lado, os estudantes; do outro, os garotos trabalhadores.

Na metade da década de 1970, a indústria passou a ser a força motriz do crescimento sergipano, com forte presença do capital estatal federal que investia diretamente ou financiava projetos privados, a exemplo dos incentivos via Sudene. No entanto, em Sergipe, a prosperidade por qual passava o estado não chegava a toda a população, como podemos perceber na análise do historiador sergipano.

A economia prosperava, mas seus frutos não disseminaram com a abrangência que seria de esperar. A concentração de riqueza cresceu.

A renda dos dez por cento mais ricos acentuou-se numa proporção superior à tendência nacional. Em contrapartida, 60% mais pobres de Sergipe, que em 1970 detinham 24% da renda, tiveram sua situação proporcionalmente reduzida mais ainda do que a nacional. O modelo de desenvolvimento pelo alto, ou seja, através do Estado, revelou-se incapaz de distribuir melhor os seus benefícios. Numa sociedade sob controle político mais acentuado, coincidentemente ou não, o fenômeno se manifestava com maior nitidez.

Outro fator indicador bastante expressivo dos limites sociais do ciclo expansivo foi a permanência do analfabetismo. O índice de analfabetos entre as pessoas de 5 anos ou mais em 1970 era de 58%, em 1980 continuava ainda na ordem de 52,88%, ou seja, excessivamente elevado. (DANTAS, 2004, p. 206-207)

Ao retratar essa realidade, é possível perceber que apesar de todos os discursos, esforços, construções dos prédios e monumentos para as escolas, as condições políticas e econômicas dificultavam a participação de todos nos bancos escolares. Portanto, as celebrações públicas tornavam a sala comum para todos os presentes.

Em 1974, as escolas se apresentaram em espaço fechado, no estádio de futebol Lourival Baptista, sob a tutela dos militares, tendo como justificativa a segurança. Como o movimento estudantil (UEES) permaneceu indócil durante os governos dos militares, toda atenção para despolitizar possíveis ruídos era necessária. O jornal *A Gazeta* mais uma vez enalteceu as atividades celebrativas: “Batistão, lotado, aplaudiu a festa da Independência” (*GAZETA DE SERGIPE*, 06/09/1974).

Com a finalidade de enaltecer a presença dos militares na organização dos desfiles cívicos, em 1978, o *Gazeta de Sergipe*, no dia 7 de setembro, fez elogios ao desfile das tropas e desmereceu o desfile dos estudantes, alegando a falta de ordem. A pressão para a reabertura política ia ganhando forças e pontuar a desordem da cidade sem a guarda dos militares foi uma dentre várias formas de tentar assegurar o poder<sup>57</sup>.

---

<sup>57</sup> Em 15 de março de 1979, o governo de João Figueiredo assinou a revogação do AI-5 e sinalizou a abertura política (DANTAS, 2004).

Figura 22 - Desfile 1978



Fonte: Hemeroteca APES, *Gazeta de Sergipe*, 07/09/1978

Com o passar dos anos, o público foi cada vez menor. Essas eram algumas das manchetes que o *Jornal da Cidade* abria os noticiários a respeito da festa. A justificativa era a crise econômica que assolava o país, nos anos 1980, dando indícios de que os tempos estavam tomando outros rumos. Porém, os ritos estabelecidos permaneceram.

A avenida Barão de Maruim continuou como palco das apresentações dos desfiles cívicos dos escolares. O novo cenário, não aleatoriamente, guiava os estudantes à Praça da Bandeira, ou seja, direcionavam a marcha em busca da pátria brasileira, através de um dos símbolos do país. “Como fonte da cultura da escola, tais rastros guardam segredos que afetam os silêncios da História da Educação e da gramática que codificou a escolarização” (ESCOLANO, 2017, p. 223).

Ainda a respeito dos ritos, Escolano (2017, p. 77) apontou: “[...] os ritos não apenas cumpriam um papel funcional na vida das escolas, mas também uma finalidade antropológica e cultural”. Além disso, esclareceu:

Esses processos se fazem acompanhar de certos jogos simbólicos que, no caso da escolarização, costumam consistir na encenação das situações sociais em que figuram: hinos, bandeiras, saudações, juramentos de adesão, orações, exames e outras mediações de caráter simbólico e formal. Esses rituais introduzem certa marca ou sinal de sacralidade na liturgia institucional estabelecida, embora tal

caráter de transição séria possa se aproximar, muitas vezes, das condutas lúdicas dramatizadas. (ESCOLANO, 2017, p. 79)

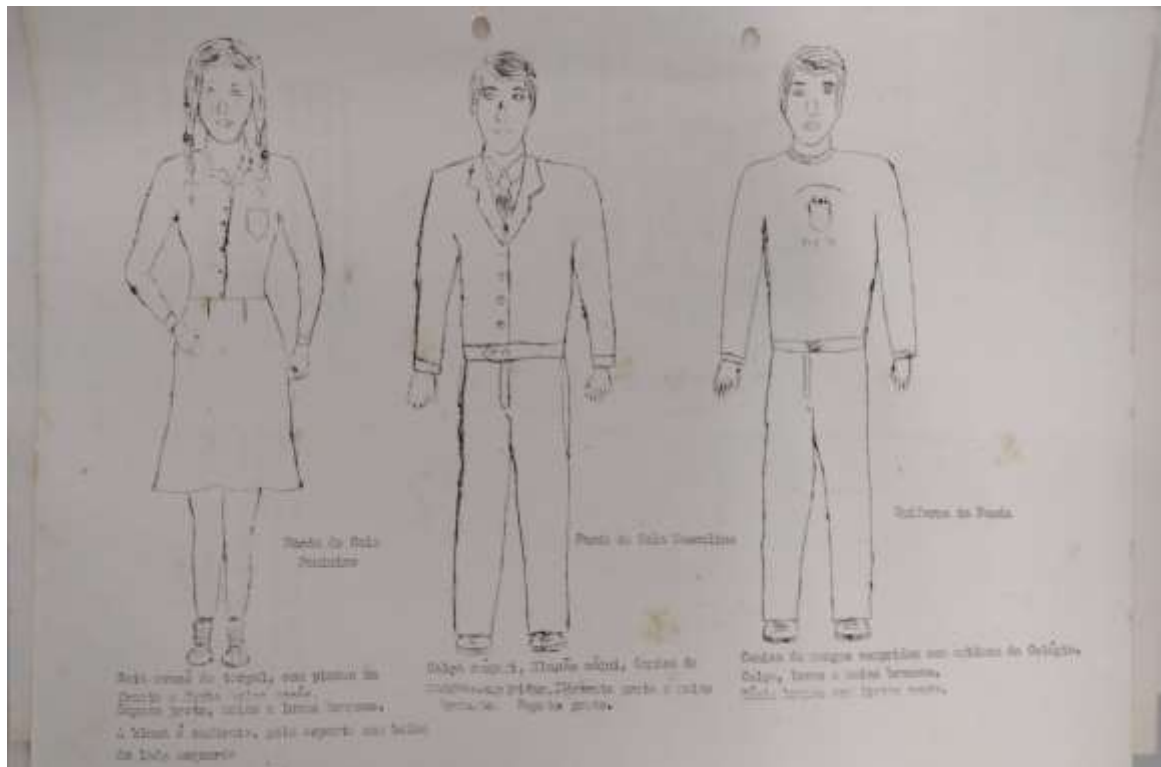
Em meio aos vários símbolos visualizados nas cerimônias cívicas, para os alunos de diferentes instituições de ensino, o uniforme teve destaque. O Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP-UFS), instituição presente nas comemorações cívicas, desde os anos de 1960, ostentou sua farda de gala na avenida Barão de Maruim. Nos registros que se seguem, apresentamos este elemento: a primeira imagem exibe toda ordem do pelotão das bandeiras da instituição. Seus uniformes preparados especialmente para o ilustre evento, aparentam ser vestes ideais para cerimoniar e conduzir as bandeiras pela avenida da capital sergipana. Na sequência, podemos ver os croquis com as orientações para a confecção dos fardamentos. Assim, os tipos de tecidos, corte e aviamentos estavam em conformidade, fazendo jus à padronização dos estudantes.

**Figura 23** - Desfile de 7 de setembro do Colégio de Aplicação da UFS



Fonte: Acervo CENDAP/CODAP. Pelotão das Bandeiras 1983.

**Figura 24** - Croquis Farda de Gala Colégio de Aplicação da UFS



Fonte: Acervo CENDAP/CODAP. Pelotão das bandeiras, 1983.

No entanto, os desfiles cívicos escolares não se concentravam apenas no centro da capital, foram estendendo-se a outros bairros, em datas próximas ao Sete de Setembro. Assim, não dividia as escolas e nem os expectadores, como também oportunizaram a concentração de moradores, que por algum motivo não se faziam presentes no desfile da Barão de Maruim. Dentre os mais populares, destacou-se o da rua de Bahia, no bairro Siqueira Campos:

Estudantes desfilaram ontem,  
 Abertura dos desfiles estudantis da semana da pátria aconteceu ontem à tarde, na rua Bahia, bairro Siqueira Campos com desfile cívico de 22 escolas, sendo 11 da rede municipal de ensino e as demais conveniadas à rede particular. O prefeito de Aracaju, Viana de Assis abriu a solenidade com discurso voltado à juventude sergipana. Na saudação que o prefeito da capital fez a comunidade do bairro Siqueira Campos, ele conclamou a todos os jovens a prestigiarem as comemorações do dia da independência do Brasil, no dia 7 de setembro. Viana de Assis salientou que os jovens de hoje são a esperança de um Brasil melhor. (GAZETA DE SERGIPE, 04 e 05 de setembro de 1988)

**Figura 25** - Desfile cívico Siqueira Campos - 1980



Fonte: Arquivo Municipal de Aracaju, desfile cívico, 1972, Gaveta CDE, pasta 10.

Na imagem fotográfica do desfile cívico no bairro Siqueira campos, as crianças seguiam vestidas com elementos que enalteciam o valor da pátria. Sua representação nos leva a crer que faz alusão ao aniversário da Independência, dia dedicado ao feriado nacional associado aos conteúdos estudados em disciplinas escolares presentes, também, no calendário cívico de Sergipe.

Como um bairro periférico, sendo grande parte da população com nenhuma ou baixa escolaridade, o desfile cívico foi uma oportunidade para que as escolas mostrassem a comunidade o seu papel na instrução, para além do ler, escrever e contar. Também, apontando a escola como o caminho para outras possibilidades de profissões aos seus estudantes.

Desde os anos 1970, com a reforma educacional para o 1º e 2º graus, a lei 5.692, de 1971, apresentou a qualificação para o trabalho enquanto peça importante da formação dos estudantes brasileiros; assim, a escola foi o lugar de apresentação e formação os futuros profissionais. Os personagens apresentados nas atividades cívicas públicas, levaram muitos a tomar conhecimento de diversas possibilidades de laboro.



A fotografia escolhida para recordar o desfile do bairro Siqueira Campos aponta-nos ainda outras questões muitas vezes despercebidas nos registros jornalísticos ou nos textos acadêmicos. Nos bastidores dos desfiles captados pelo olhar de um fotógrafo amador na tentativa de fazer o registro de alguma criança, ficou aparente um movimento menos sincronizado. Uma suposta professora atendeu a uma criança que talvez chorasse de sede, cansaço, fome, entre tantas possibilidades. Não era apenas o espetáculo, os estudantes muitas vezes aguardavam por horas para o desfile da sua escola, no calor das altas temperaturas de Sergipe, apertadas por vestimentas por vezes costuradas em tecidos inapropriados ao clima. Prontamente, aos professores cabia a responsabilidade de cuidar e orientar seus alunos, diante dos olhos dos familiares e demais convidados que assistiam o desfile cívico.

### 3.2 SEGUNDO CLOSE: PARA ALÉM DA CAPITAL - DESFILES CÍVICOS EM OUTROS MUNICÍPIOS SERGIPANOS

Como se vê, a cultura patriótica foi elemento presente na escola durante os anos de governos civil-militares, uma vez que ela possuía uma ligação entre organização política e percepções do Estado, bem como a construção de uma nação a partir da inculcação de valores cívicos e a construção de hábitos condizentes com o homem republicano. Para Escolano:

A função desempenhada pelos metódicos e rigorosos sistemas cronológicos do cotidiano da escola, principalmente os horários da jornada e os calendários do ano letivo, no ajuste dos biorritmos pessoais – socializados, até o ingresso da instituição educativa, no âmbito da família ou nos espaços lúdicos informais de convivência comunitária - passou a fazer parte dos códigos de sociabilidade guardados pelos sujeitos, com fidelidade e persistência, em sua memória. A frequência à escola supôs, de certo modo, o “desmame” dos ritmos domésticos da casa assim como o ingresso em uma nova ordem do tempo social que é da mesma forma que as arquiteturas, uma construção cultural. (ESCOLANO, 2017, p. 194)

Os espetáculos festivos não ficaram restritos a capital Sergipana, os demais municípios também realizaram suas festas, a exemplo da cidade de Capela.

**Figura 26** - Desfile do Dia da Independência no município de Capela/SE



Fonte: acervo particular de Anne Emile Almeida Cabral [s/d].

Na fotografia supra apresentada, é possível perceber a presença dos mesmos elementos imperativos presentes no ritual do Sete de Setembro da capital. A postura e os uniformes (fardamento) impecáveis, apresentavam a escola como o lugar de “Ordem e Progresso” a padronizar a coletividade. Os trajés escolares e sua presença nos desfiles e comemorações são elementos construtivos da imagem da escola, que aqui se apresenta no espaço comum, fazendo-nos compreender que os saberes, uma vez construídos, podiam ser replicados em diferentes espaços e contextos da sociedade. O retrato registrou a sincronia dos movimentos realizados por suas estudantes, a marcha abrilhantava o espetáculo, quase como um balé a céu aberto, despertando os sentidos visuais do público em sua volta.

Durante os anos do período civil-militar, a construção de prédios escolares para o ensino de 1º grau foi crescente em municípios do estado, entendemos esse movimento como um elemento para pensarmos o processo de ampliação do currículo proposto nas últimas reformas educacionais. Para Frago e Escolano (2001), o currículo é muito mais amplo que o pré-estabelecido:

Não apenas o espaço-escola, mas também sua localização, a disposição dele na trama urbana dos povoados e cidades, tem de ser examinada como elemento curricular. A produção do espaço escolar no tecido de um espaço urbano determinado pode gerar uma imagem da



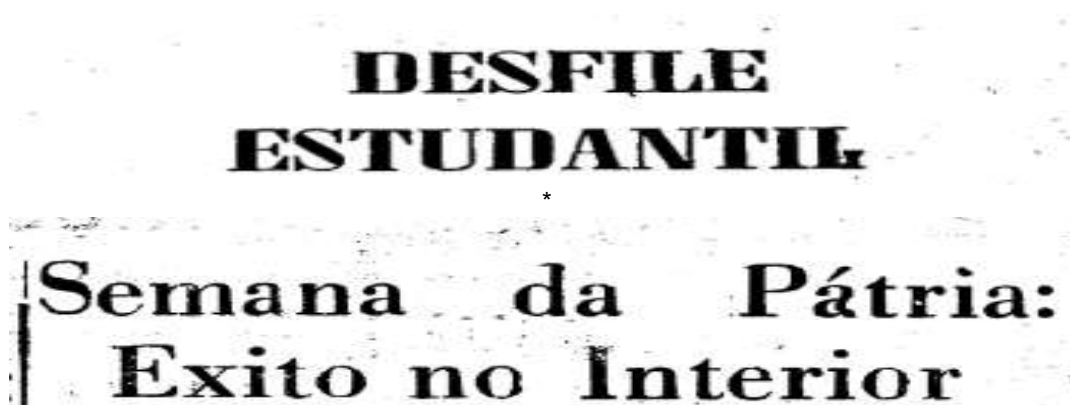
escola como centro de urbanismo racionalmente planejado ou como uma instituição marginal e excrescente. (FRAGO, ESCOLANO, 2001, p. 28)

No caso dos municípios de Sergipe, competia à organização dos eventos cívicos disponibilizar os espaços centrais para a cerimônia, convidar as personalidades ilustres do município e da gestão do estado, como também gerenciar as orientações para a boa participação das escolas. Estas tinham a incumbência de organizar seus alunos, previamente já preparados, para o espetáculo ao público. Durante as comemorações do Sete de Setembro de 1967, os municípios de Barra dos Coqueiros e Lagarto organizaram seus desfiles cívicos, sendo esse último agraciado com a presença do governador do estado, Lourival Batista. Conforme o texto:

#### A Barra

À tarde a Barra dos Coqueiros, promoveu também um desfile escolar, com os estabelecimentos municipais e estaduais puxados pela banda do colégio Tobias Barreto. Em Lagarto, onde o governador Lourival Batista se encontrava. Foi realizado desfile dos Estudantes seguidos do desfile do tiro de guerra. (HEMEROTECA APES, *Gazeta de Sergipe*, 09/09/1967)

**Figura 27** - Título de manchetes dos desfiles no interior de Sergipe



Fonte: Hemeroteca APES, *Gazeta de Sergipe*, 06 e 09 de setembro de 1967.

**Figura 28** - Manchete “festas nos municípios sergipanos”

Todos os municípios sergipanos estão em festa: é a Semana da Pátria que se comemora. E cada um comemora como pode. Telha — informa nosso Correspondente — terá uma corrida de gato: um papel é amarrado na cauda de um bichano e quem trazer o gato e o papel ganha um prêmio. Maroim faz corrida do ovo, pedestrianismo, etc. Mas, em todos haverá desfile dos estabelecimentos de ensino.

Fonte: Hemeroteca APES, *Jornal da Cidade*, 06/09/1973.

Como observamos nas manchetes dos impressos, o jornal *Gazeta de Sergipe*, de 1969, e o *Jornal da Cidade*, de 1973, as informações a respeito das comemorações no interior do estado de Sergipe chegavam em Aracaju prioritariamente através dos impressos e das ondas dos rádios, nos canais de comunicação importantes para a propagação e divulgação das festas cívicas. Pois, ao mesmo tempo que comunicavam e convidavam a população, transmitiam e registravam a cenografia e os acontecimentos do evento cívico. Dessa forma, os meios de comunicação auxiliavam a difundir a cultura cívica e enaltecer o papel do lugar da instrução de ensino. Sobre isto, vejamos a narrativa da festa em comemoração ao Sete de Setembro no ano de 1969, publicada pelo *Gazeta de Sergipe*:

Pelas informações que vamos recebendo, as comemorações de 7 de setembro atingiram o êxito esperado também no interior do estado, notadamente em Estância, Carmópolis e Itabaianinha. Estância esteve em festa a partir do dia 6, quando houve retreta até depois da zero hora, quando houve desfile dos carros pelo centro da cidade buzinando insistentemente.

A tarde do domingo saíam todos os colégios e o tiro de guerra em desfile pela cidade, iniciando-se na praça Jackson de Figueiredo, reunindo-se na praça Barão do Rio Branco.

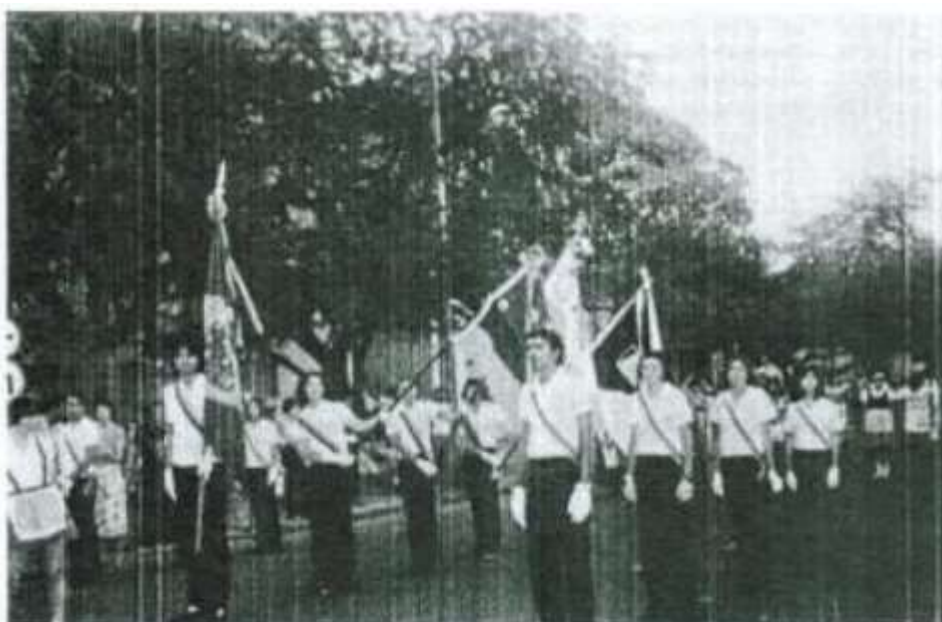
Depois que o prefeito Raimundo Silveira usou da palavra, Mons. Santiago celebrou missa campal. O de encerramento da Bandeira Nacional deu-se logo em seguida ao som da banda da escola técnica de comércio com tiro de guerra 140.

No município de Itabaianinha, o desfile estudantil ocorreu pela manhã. Às 8 hrs em frente à igreja local, foi hasteado o Pavilhão Nacional, na presença de altas autoridades e o povo em geral.

As comemorações da semana da pátria em Carmópolis foram encerradas com brilhantismo havendo concentração na praça 16 de outubro após o desfile estudantil, no qual tomara parte todas as

escolas primárias existentes em todo o município. Na ocasião foi lida a mensagem oficial, na palavra do nosso companheiro de reportagem Antônio Carlos da Conceição, a gente de estatística naquela cidade. O hino nacional, cantado pelas escolas marcou o início das solenidades na praça pública sendo entoado também o hino a independência após a palavra oficial seguindo-se a celebração da missa campal que teve lugar no palanque onde se encontravam as autoridades. A solenidade em questão, que teve a cobertura da rádio Atalaia de Sergipe, foi encerrada exatamente às 18 horas, quando foi arriada a Bandeira Nacional e fechada a prefeitura. (*GAZETA DE SERGIPE*, 09/09/1969)

**Figura 29** - Desfile de 7 de setembro de 1979 - Colégio Estadual Murilo Braga



Fonte: arquivo do Colégio Estadual Murilo Braga Itabaiana Sergipe. Registro realizado pela pesquisadora mestra em educação Alexandra Santos.

Na figura 29, encontra-se o pelotão das bandeiras do colégio Murilo Braga, localizado na cidade de Itabaiana. Na imagem, estão presentes diversos elementos pertencentes à cultura escolar nos desfiles cívicos, tais como: o uniforme, a faixa verde e amarela em volta do peito, representando respeito e amor à pátria, e as luvas brancas, para carregar o símbolo maior: a Bandeira Nacional.

Na cidade de Nossa Senhora da Glória, no registro da participação do Jardim de Infância Pequeno Príncipe, percebemos que os mesmos elementos são identificados. No entanto, podemos perceber os infantis de mãos dadas, certamente para continuarem em passos próximos já que eram crianças. O encantamento no olhar voltado à pequena bandeira de papel, movimentada pela criança à direita da

imagem, levou-nos a compreender que, desde os primeiros anos da vida escolar, os infantes já eram introduzidos na cultura patriótica.

**Figura 30** - Desfile cívico Jardim de Infância Pequeno Príncipe - Nossa Senhora da Glória



Fonte: SÁ, Ana Cristina. **O padre e o Jardim**: configurações da educação infantil em Nossa Senhora da Glória/SE (1978-1992). Aracaju: Editora Brasil Casual, 2021, 126 p.

A presença das crianças menores não foi particularidade apenas de Nossa Senhora da Glória. Em Poço Verde, elas também eram convocadas para a aula pública. Na imagem a seguir registrada por um fotógrafo anônimo (possivelmente o único da cidade ou até mesmo de uma cidade vizinha, visto que nos anos de 1970 a máquina era de posse escassa), podemos perceber que as meninas trajadas de bailarinas talvez nunca tivessem tido contato com um espetáculo de ballet. Na cenografia da imagem, notamos ainda a aparência do clima seco da cidade, bem como as árvores marrons que faziam pouca sombra aos presentes.

**Figura 31** - Desfile cívico no município de Poço Verde/SE - 1981



Fonte: acervo particular de Josivânia Nunes Rabelo.

**Figura 32** - Desfile cívico no município de Poço Verde/SE - 1982



Fonte: acervo particular de Josivânia Nunes Rabelo.

Ainda na cidade de Poço Verde, foram registrados os personagens e fatos históricos presentes nos conteúdos escolares. Na fotografia, temos a representação da princesa Isabel que, segundo o conteúdo escolar estudado nas aulas de Estudos Sociais, “libertou os escravos em 1888”. Importante ressaltar que, certamente, essa era a única forma de lembrar a presença da população africana no Brasil, durante os espetáculos cívicos, como escravizados. Os personagens e heróis negros só se tornaram presentes a partir do final dos anos de 1990, com as imagens de Zumbi dos Palmares e Maria Quitéria.

### 3.3 TERCEIRO CLOSE: DESFILES CÍVICOS ESCOLARES PARA QUEM VAI ENSINAR

Nesta subseção, apresentaremos as comemorações escolares na formação das futuras professoras, as quais aprendiam os ritos festivos enquanto alunas ao longo do seu processo formativo, a partir de atividades das disciplinas estudadas. De tal modo, trataremos da participação das estudantes em desfiles cívicos e em outras atividades referentes à construção de suas práticas comemorativas.

Em Sergipe, a preocupação com a formação de professores era um tema presente em discursos e publicações jornalísticas. Para Araújo:

A instrução pública mereceu, nesta administração, todo o amparo e atenção carinhosa do governo do estado. Estava certo o governador José Rollemberg Leite de que é nas escolas que se preparam as inteligências e as energias cívicas dos povos [...]. (ARAÚJO, 1966, p. 207)

Segundo Freitas, a partir das análises das representações das ex-normalistas, foi possível perceber “que o processo de ingresso na Escola Normal lhes atribuiu status. O conhecimento, o rigor na seleção, as distinguem do conjunto das jovens sergipanas [...]” (FREITAS, 2003, p. 212).

Os diários jornalísticos foram responsáveis por conferir bastante visibilidade à chamada Escola Normal de Aracaju, Instituto Rui Barbosa, nas comemorações referentes ao Sete de Setembro na capital. Durante nossa busca pelas fontes para construir esta pesquisa, encontramos alguns indícios do destaque dado pela imprensa local à presença da instituição formadora das professoras locais. Exemplificando, no

ano de 1965, o *Gazeta de Sergipe* deu destaque por meio de menção honrosa ao instituto. Vejamos a imagem a seguir:

**Figura 33** - Menção Honrosa ao Instituto Rui Barbosa



Fonte: Hemeroteca APES, *Gazeta de Sergipe*, 21/09/1965.

INSTITUTO RUI BARBOSA - o oitavo estabelecimento a desfilarem foi, a Escola Normal, o segundo deslumbramento do desfile que fez novamente estourar a Praça Fausto Cardoso. Seu desfile constou de vários pelotões de tirolesas escocesas, bengalas e lindas balizas vindas de São Paulo. Entrementes desfilaram os diversos pelotões das desportistas que disputarão os "Jogos". Sua nota maior foi, no entanto, a excelente ritmada Banda Marcial, composta exclusivamente de elementos femininos que arrancou vibrantes aplausos do público. (GAZETA DE SERGIPE, 21/09/1965)

Além disso, o folhetim apresentou seu favoritismo em relação ao merecimento de melhor espetáculo do desfile em favor da Escola Normal:

O grande favorito, juntamente com o Jackson. Entre os dois sairá o vencedor. Para nós, pela regularidade de todo seus pelotões, a exemplo do ano passado, merecem o primeiro posto. Bem planejado, sem grandes aberrações, portou-se como autêntico campeão. Discreto e eficiente. (GAZETA DE SERGIPE, 21/09/1965)

Diante da opinião expressa por tal jornal, é possível vislumbrar o que era esperado dos desfiles cívicos escolares: discricção e eficiência. Essa expectativa se

mostrou coerente com o contexto da época, uma vez que, sabendo ser no ano de 1965 o primeiro desfile público escolar em um governo de tutela militar em Sergipe, a discricção e a eficiência eram adjetivos notoriamente desejáveis para um estabelecimento de ensino. Também, é pertinente olhar para o termo “bem planejado” enquanto destaque dado ao planejamento que as escolas deveriam fazer antes das apresentações. Além disso, destacou-se a expressão “sem grandes aberrações”, fazendo uma crítica aos supostos “estandartes” ou escolhas das demais escolas que participaram do ato cívico.

Apesar do *status* que foi sendo construído, as instituições escolares públicas não conseguiam suprir a demanda da população em idade escolar, também apresentavam limitações de estrutura física e pedagógica e carência de investimentos para a custeio de um corpo docente bem remunerado e preparado para atuar nos diferentes níveis de ensino. Sobre isto, o *Diário de Aracaju* publicou:

Realmente, os estudantes não se sentem motivados materialmente, em Sergipe, para escolherem a carreira do magistério, quando analisa a situação econômica de nosso professor. Todos sabemos que o magistério é, antes de tudo, vocação que exige abnegação e renúncia. Mas tudo isto não dispensa uma condição mínima de estabilidade econômica que garanta ao professor a manutenção de si mesmo e de sua família com dignidade, sua integração como elemento da sociedade e seu próprio equilíbrio psíquico, necessário a uma conduta exemplar de educador e ao maior rendimento técnico de sua profissão, em benefício dos alunos. Será que está condição mínima existe em Sergipe? (*DIÁRIO DE ARACAJU*, 17/10/1967)

A hipótese é de que as comemorações cívicas e públicas, em especial os desfiles cívicos do Sete de Setembro, apresentavam à população a importância da instrução para o exercício da docência no estado de Sergipe. É preciso pontuar que foi justamente nesse período que aconteceu a fundação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), desta feita, solidificar a importância da formação de novos professores era salutar para as políticas de ampliação e desenvolvimento, instauradas pelos administradores públicos. Segundo Oliveira:

Nesse sentido, acadêmicos e licenciados em Pedagogia passaram a ser referência no planejamento e implantação dos cursos de formação e qualificação docente em Sergipe. Esses profissionais também contribuíram com o estudo, elaboração e implantação de políticas educacionais que visavam atender a uma demanda daquele momento (melhoria e ampliação do ensino, formação de mão de obra, formação



docente, entre outras). Convém frisar que essa necessidade não atendia somente a interesses de militares, mas também de diferentes grupos, dentre eles estudantes e professores. Isso mostra que o projeto básico do Governo Civil Militar, o qual visava à formação de mão de obra (técnico e dirigentes) para a modernização e desenvolvimento do país, não estava dissociado da qualidade do ensino e da ampliação do acesso, especialmente das camadas pobres, pois, além de investir na criação de escolas, valorizou a formação do magistério. (OLIVEIRA, 2017, p. 196)

**Figura 34** - Desfile cívico - 1972



Fonte: Arquivo Público Municipal de Aracaju, 1972.

Na imagem anterior, vemos as normalistas vestidas com seus uniformes, saias de prega azul marinho, camisa branca, meias brancas e sapatos preto. Parafraseando o título da dissertação de mestrado da pesquisadora Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, “vestidas de azul e branco”, alinhavam-se em filas, com a cabeça erguida. Lá estavam, ano a ano, as aspirantes a professora.

Outro aspecto relevante da participação do Instituto Rui Barbosa nos desfiles cívicos da capital sergipana era o fato de possuir uma banda escolar feminina, “as meninas” da escola normal eram aplaudidas, segundo os informativos dos jornais, conforme ilustrado na imagem que se segue:

**Figura 35** - Banda do Instituto Rui Barbosa



Fonte: Hemeroteca APES, *Gazeta de Sergipe*, 09/09/1967.

A seguinte afirmação de Santos destaca a importância adquirida pela referida banda da instituição:

Apesar da resistência de alguns pais, o Maestro Leozírio, com o apoio da diretora dessa instituição, conseguiu convencer alguns deles e, em 1964, criou a Banda de Música do Instituto de Educação Rui Barbosa que, por sinal, fez bastante sucesso nas festas cívicas e outras cerimônias realizadas na capital e no interior do estado. Segundo o Maestro Valdelírio Santos (2008), essa banda foi elogiada pelo Capitão Bevenuto, Maestro da Banda dos Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro. (SANTOS, 2016, p. 356)

Visto que existia uma tradição constituída com o ensino da música no Instituto Rui Barbosa, na qual o canto orfeônico era considerado modelo e disciplina escolar presente nos currículos até 1961 (Lei 4.024/1961); a escola continuava a oferecer aulas (com a denominação de Canto) até os anos de 1971 (Lei 5.692/1971), mesmo com o esvaziamento e com o fim da obrigatoriedade no currículo secundário<sup>58</sup>.

<sup>58</sup> Retornaremos a essa questão na seção 4 desta tese.

A partir da documentação pesquisada, foi possível perceber que as práticas e os ritos cívicos escolares constituídos apareciam em diferentes eventos para futuras professoras, desde o hasteamento da bandeira - ao som dos hinos aprendidos nas aulas de Canto - até a presença de sua banda escolar nos desfiles públicos.

O ritual cívico era bem planejado por autoridades e educadores. A associação dos saberes adquiridos com o conteúdo das disciplinas para as estudantes do curso normal do Instituto Rui Barbosa (denominadas durante o currículo de Canto Orfeônico: Música e Canto Orfeônico; Música e Canto; e por fim, Canto) ofereceram a essa instituição de ensino a primazia de oferecer um espetáculo de forma estética e sonora agradável aos olhos de quem assistia.

Nesse sentido, Anderson (2008) teceu nexos entre a construção do sentimento pátrio e a força da unificação da língua para esse feito, apontando diferentes elementos da cultura oral, a exemplo das canções:

[...] existe um tipo específico de comunidade contemporânea que apenas a língua é capaz de surgir – sobretudo na forma de poemas e canções. Tomemos o exemplo dos hinos nacionais, cantados nos feriados nacionais. Por mais banal que seja a letra e medíocre a melodia, há nesse canto uma experiência de simultaneidade. Precisamente nesses momentos, pessoas totalmente conhecidas entre si pronunciam os mesmos versos seguindo a mesma música. A imagem: o uníssono. (ANDERSON, 2008 p. 203)

Por certo, conseguimos compreender a presença da musicalidade para a formação de futuras professoras para além do efeito estético. A simultaneidade vivenciada nos momentos das solenidades comemorativas associada ao elemento sonoro, de certo, deixavam registrados na memória o aprendizado desejado e um sentimento de dever pátrio cumprido.

Ainda mais, considerando este sentimento pátrio, é importante ressaltar que as reformas de ensino das décadas de 1960 e 1970, tratava-o de forma direta e a partir da educação moral. Vejamos o que apresentou o Decreto-Lei nº 869/1969 no seu artigo 2º, em suas bases filosóficas:

A prática educativa da moral e do civismo nos estabelecimentos de ensino, através de todas as atividades escolares, inclusive quanto ao ensino, através de todas as atividades escolares, inclusive quanto ao desenvolvimento de hábitos democráticos, movimentos de juventude, estudos de problemas brasileiros, atos cívicos, promoção extra-classe e orientações dos pais. (BRASIL, 1969)

O mesmo artigo deste Decreto-Lei ainda determinava “o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, com fundamentos na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum” (BRASIL, 1969).

Para garantir a execução da legislação, a formação do magistério foi peça importante. Assim, estabeleceu o Decreto-Lei nº 869/1969: “a ação nas respectivas disciplinas, de todos os titulares do magistério nacional, público ou privado, tendo em vista a formação da consciência cívica do aluno” (BRASIL, 1969).

Além deste, a Lei nº 5.692/1971 teve como princípio teórico a autorrealização do aluno, ou seja, a educação interagindo com a cultura. Nesse viés, a lei valorizava o chamado ensino profissionalizante no ensino de 2º grau e obrigava o Estado a fornecer o ensino da 1ª a 8ª série do primeiro grau, como se observa em seu artigo primeiro:

Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício da cidadania. (BRASIL, 1971)

Em Aracaju, o Instituto de Educação Rui Barbosa, entre outras escolas, ofertou o curso Normal Pedagógico de nível técnico, garantindo aos seus estudantes o diploma do 2º grau que habilitava ao magistério das series iniciais. Para a aplicação da reforma do ensino de 1º e 2º graus, os jornais denunciavam a preocupação do estado.

Figura 36 - Reforma do Ensino



Fonte: Hemeroteca APES, *Gazeta de Sergipe*, 05/01/1973.

Diante do cenário caracterizado pelo estabelecimento de novos decretos-leis e leis, a participação pública das futuras professoras nas comemorações escolares foi importante para além da constituição estética de um evento público. Isso porque atravessava a formação do conteúdo cívico dos estudantes participantes das comemorações. Por outro lado, servia de publicidade para influenciar estudantes e familiares a se matricularem naquele estabelecimento de ensino, formador das futuras professoras de Sergipe.

#### 4 “PARA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES”<sup>59</sup>: A FESTA PARA ALÉM DO DIVERTIMENTO

Esta seção tem por finalidade analisar a construção dos ritos comemorativos escolares voltados ao divertimento e identificar quais os elementos da educação voltada ao civismo permearam as esferas do cotidiano da escola. Compreendemos que os ritos perpassam toda a vida escolar nas suas diferentes e múltiplas dimensões, em consonância com o tempo, espaço, fazeres pedagógicos e materialidade escolar.

Aqui, percebemos os ritos atrelados ao currículo prescrito na legislação educacional, a partir dos conteúdos ensinados, do ensino da música, da Educação Moral e Cívica e da Educação Física como disciplinas escolares. Todavia, o divertimento avançou aos espaços escolares além de currículo pré-estabelecido, ancorando-se em saberes ensinados e percorrendo o conteúdo a partir do tato pedagógico.

Assim, pensar nas atividades festivas enquanto presença educativa no cotidiano da escola é visualizar os ritos sedimentados nas práticas escolares. Identificamos como exemplos de ritos o “bom dia, professora”, o ato de levantar-se com a chegada da diretora ou visitantes na sala de aula, a sirene que sinalizava o horário da chegada e saída e até mesmo o horário da refeição e de brincar. Como afirmou Faria Filho:

Se a representação da cultura escolar que se queria afirmar tinha no ordenamento espacial trazido pelos grupos escolares um de seus elementos fundamentais, apenas isso não bastava. Num meio onde a escola até então era uma instituição que se adaptava a vida das pessoas, [...] Era preciso mais que produzir e legitimar um novo espaço para a educação. Era preciso também que novas referências de tempos e novos ritmos fossem construídos e legitimados. (FARIA FILHO, 2000, p. 69)

Para transformar-se em aprendizagem, as atividades comemorativas deveriam ser planejadas no sentido de assegurar a vivência experimentada pelo educando. A familiaridade entre os alunos e o ambiente escolar possibilitava uma melhor acomodação dos saberes inculcados. Deste modo, as festas escolares ao proporcionarem, por algum motivo, o relaxamento, os risos soltos, o prazer

---

<sup>59</sup> Título da música do autor Geraldo Vandré, umas das canções que convidaram a reflexão e resistência política durante os anos de ditadura civil militar no Brasil.

momentâneo aos estudantes, deu-lhes a oportunidade de realizar suas experiências e retirar delas o maior proveito.

#### 4.1 AO SOM DAS MELODIAS: O ENSINO DA MÚSICA COMO ELEMENTO FESTIVO

A música é um elemento cativante, sedutor e historicamente estruturado. Sua presença enquanto elemento educativo faz parte de uma trajetória longínqua, em alguns momentos utilizada como prática pedagógica e, em outros, fazendo parte do currículo escolar como disciplina específica: ensino de música ou canto orfeônico. As práticas desenvolvidas com a mediação da música possibilitaram movimento, cores e sons que auxiliavam o aprendizado da lição necessária.

Compreendendo o papel da música solidificado nos anos anteriores ao recorte temporal desta tese, recuaremos a lupa da investigação. Segundo Julia:

É no momento em que uma nova diretriz redefine as finalidades atribuídas ao esforço coletivo, os antigos valores não são, no entanto, eliminados como por milagre, as antigas divisões não são apagadas, novas restrições somam-se simplesmente às antigas. (JULIA, 2001, p. 23)

Em se tratando das comemorações escolares, a música teve um papel salutar para a sedimentação das práticas pedagógicas comemorativas, construindo sonoridades próprias para a cultura escolar. Na figura 37, pode ser observada a presença de músicos adultos e crianças, a forma do vestuário para a apresentação, a elegância das crianças ao segurar seus instrumentos musicais.



**Figura 37** - Espetáculo musical para estudantes



Fonte: APES – FO 2000, caixa 16.

Através do ensino e aprendizagem da música e com música, eram possibilitados o desenvolvimento das habilidades requisitadas dos estudantes desde o início do processo de escolarização, na República. Entre esses componentes, ficaram em evidência a valorização da estética da natureza, do trabalho, da moral, do patriotismo e da disciplina. As festas, com o acompanhamento da música, conclamavam toda a população, como podemos perceber na nota do periódico *Gazeta de Socialista*, publicada na edição de janeiro a junho de 1958.

#### Festa de arte no colégio de Sergipe

Associação coral evangélica de Sergipe fará realizar no próximo sábado, 3 às 20 horas, no auditório do colégio estadual de Sergipe, a sua primeira audição, quando serão apresentados números selecionados de seu repertório de músicas sacras.

Ai ferida associação que tem como presidente o engenheiro Adielson Erasmo de Azevedo, tesoureiro bacharelado Eliezer Oliveira e secretária a senhora Maria de Lourdes Oliveira, tem o prazer de convidar, por nosso, intermédio às autoridades estudiosos da boa música e o povo em geral, para abrilhantar com suas presenças essa festa de arte e de inteligência. (*GAZETA DE SOCIALISTA*, janeiro a junho de 1958, p. 02)

Nos anos de 1930, por meio do decreto 1.941, de 30 de abril de 1931, a “música” passou a ser uma disciplina obrigatória nos currículos das escolas brasileiras. A partir dos anos de 1940, tiveram nos manuais pedagógicos, nas audições, concertos e apresentações ao público, importantes testemunhas das memórias comemorativas para os discentes.



**Figura 38** – Apresentação de canto orfeônico



Fonte: APES coleção fotografias – FO 2000, caixa 16.

Já em 1945, por meio do Decreto-Lei nº 840, de 29 de novembro de 1945, fora fundado o Instituto de Música e Canto Orfeônico de Sergipe, tendo como primeiro diretor Genário Plech, que assumiu, também, a função de professor da cadeira de ritmo e prática. Conforme Santos:

Dois anos depois da fundação do CNCO, foi criado, em Aracaju (SE), por meio do decreto-lei nº 840, de 29 de novembro de 1945, o Instituto de Música e Canto Orfeônico de Sergipe (IMCOSE). Essa instituição passou algumas décadas sem ter um prédio próprio. No início, o seu funcionamento ocorreu na Escola Normal de Aracaju. O curso foi ofertado no período da noite e teve duração de quatro anos. O primeiro diretor do IMCOSE foi o maestro Genaro Plech, que assumiu, também, a função de professor da cadeira de ritmo e prática orfeônica. Um fato interessante, no IMCOSE, chama nossa atenção. Trata-se do seu primeiro corpo docente, que era, majoritariamente, formado por docentes do sexo feminino. Apenas um professor do sexo masculino, Genaro Plech, figurava entre as professoras dessa escola. (SANTOS, 2016, p. 26)

É importante assinalar que os currículos dessas instituições também preparavam professores, tanto do ponto de vista pedagógico, quanto técnico, para

lidar com o ensino da música no contexto da instituição de ensino. Professores com um perfil nacionalista teriam condições de formar os estudantes, de forma que pudessem valorizar a cultura de seu país em toda sua expressão: personalidades, heróis, manifestações artísticas e outros aspectos inerentes à cultura do país.

Conforme afirmou Julia:

Disciplinas escolares deve, para ser realmente operatórias, partir mais dos fenômenos e dos mecanismos internos à escola do que da aplicação de explicações externas, e pouco convincentes, sobre essas escolas. Mas, ela deve levar em conta todos os componentes dos quais se constitui uma disciplina escolar e não se limitar a um só, sob o risco de interpretações históricas equivocadas. (JULIA, 2002, p. 40)

Neste sentido, o canto orfeônico, enquanto disciplina escolar, fora utilizado como uma ferramenta em potencial para a transmissão de diferentes saberes, como também construiu uma cultura escolar.

Dentre os materiais utilizados nos grupos escolares, o “Hinário Escolar Sergipano” é o elemento central para o entendimento do ensino da música em Sergipe, pois coloca e demonstra o repertório utilizado nas solenidades escolares no estado. Vejamos os Hinos Pátrios executados nas escolas sergipanas:

**Quadro 7 - Hinos Pátrios**

<b>Título</b>	<b>Letra</b>	<b>Música</b>
Hino de Sergipe	Manoel Joaquim O. Campos	Frei José de S. Cecília
Hino da Independência	Evaristo F. da Veiga	D. Pedro I
Hino Nacional Brasileiro	Osório Duque Estrada	Francisco Manuel da Silva
Hino da República	Medeiros e Albuquerque	Leopoldo Miguez
Hino à Bandeira	Olavo Bilac	Francisco Braga

Fonte: Santos (2016, p. 84).

**Quadro 8 - Hinos Escolares de Sergipe**

Do Sol das Letras	Severiano Cardoso (1840)	Joaquim Honório (1856)
No Levante da Pátria	Etelvina de Siqueira (1862)	Manoel Bahiense (1821)
Surgem Auroras	Etelvina de Siqueira (1862)	Francisco Avelino (1848)
Estudemos	Joaquim P.S. Leite (1865)	Manoel Bahiense (1821)
Eis a Escola	José Barreto Santos (1881)	José Barreto Santos (1881)
As Aves Cantam	Anna Monte	Hilário de M. Resende
Brinquemos	Arthur Fortes (1881)	Tobias P. Pinto
Empunhemos o livro	Epiphânio Doria (1884)	Tobias P. Pinto

Soa Além o Clarim	Etelvina de Siqueira (1862)	Francisco S. de Araújo
Oh! Filhos do Progresso	Severiano Cardoso (1840)	Joaquim Honório (1856)
Vamos de um Lar a outro Lar	José Barreto Santos (1881)	José Barreto Santos (1881)
Recebamos	Epiphânio Doria (1884)	Manoel Vieira Melo

Fonte: Santos (2016, p. 84).

O estudo e as aulas de canto faziam parte dos componentes curriculares, Elias Santos, ao investigar a biografia da professora Helena Abud, afirmou:

Helena era professora de piano da pré-escola do Jardim de Infância. Nessa modalidade de ensino, as atividades voltadas à educação musical escolar estavam direcionadas ao canto, especificamente, que ocupava um lugar, nas atividades escolares, prescrito no Estatuto dessa instituição. [...] Helena Abud desenvolvia sua prática de educação musical com a professor Violeta Andrade, docente da disciplina “Jogos, Declamações e Representações”. As duas disciplinas contribuíam para o desenvolvimento da sensibilidade, do gosto pela arte, além de proporcionar aos infantes, um momento de socialização. (SANTOS, 2020. p. 66)

O recital configurou o coroamento da aprendizagem, além de atuar como eixo de diálogo entre escola e sociedade. A celebração se perpetuava como acontecimento social ao passo que ressoava a atividade escolar com a presença de senhores e senhoras da sociedade e por ser noticiada em veículo de imprensa.

O mundo da prática, ou da experiência, assumiu um papel essencial na construção do conhecimento sobre a escola e na fundamentação da cultura efetiva em que se materializam as ações e os discursos executados e interpretados pelas instituições educativas.

Entendemos os impressos como um canal de comunicação para convites e divulgação das atividades realizadas nas escolas, a saber: espetáculos, homenagens a ilustres e vários outros acontecimentos festivos que aproximam públicos, extrapolando as barreiras impostas pelos muros da escola e edificando a identidade nacional.

Nos anos de 1960, a partir da publicação da Lei nº 4024, de 1961, o canto orfeônico se tornou optativo nas escolas brasileiras, no entanto, já estava enraizada a presença da cultura da música nos espaços dos saberes escolares. Seu ensino foi delegado aos conservatórios de músicas especializados, abrilhantando práticas

comemorativas com os estudantes das diversas instituições de ensino, nas diferentes tipologias celebrativas.

As paradas cívicas e os desfiles em homenagem à pátria eram dois dos elos entre a música e as festas. As bandas musicais se tornaram parte da escola tanto quanto as matérias de ensino, quadro, cadernos e lápis. A realização dos espetáculos dos escolares para a população eram aulas de música em sagração aos símbolos nacionais, tais como: Hino Nacional, Hino de Sergipe, Bandeira Nacional, dentre outros. Os festivais das bandas escolares também foram populares nas escolas de Sergipe.

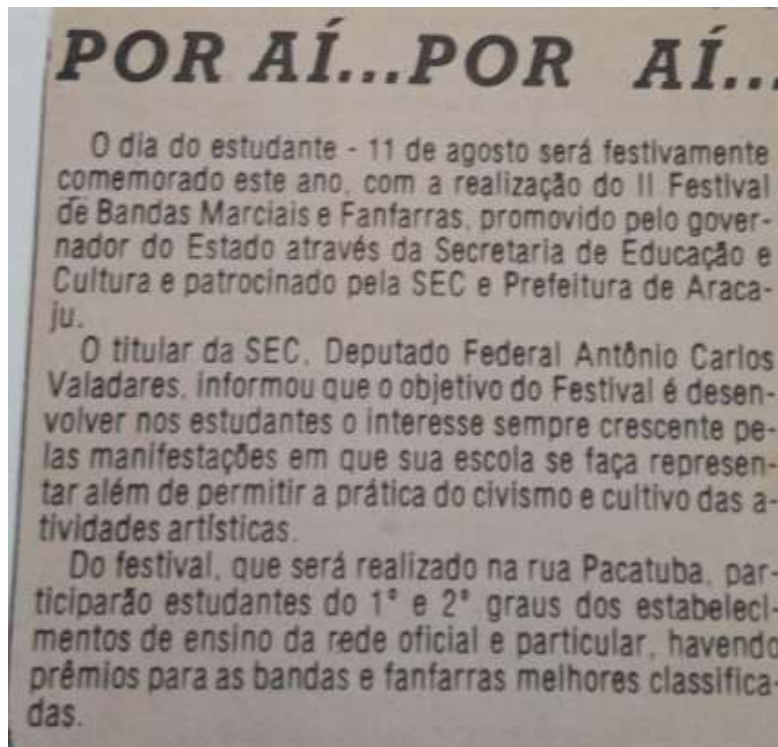
**Figura 39** - Banda marcial dos jogos da Primavera - 1966



Fonte: APES coleção fotografias – FO 515, caixa 06.

As celebrações ao Dia do Estudante se tornaram data comemorativa bastante popular nas escolas. Aproveitava-se da data para apresentar aos alunos o valor da imagem do estudante para a sociedade, como também sua responsabilidade para com a pátria. Ou seja, desenvolvendo o patriotismo enquanto sentimento de amor ao Estado. Desta feita, fortalecia-se o apoio ao governo enquanto autoridade, visto que se colocava como o guardião da nação. Estabelecer a importância dos alunos com a guarda do Estado significava fixar sua coparticipação no cumprimento dos seus deveres, assim, o civismo estaria estabelecido.

**Figura 40** - Festa Dia do Estudante



Fonte: Hemeroteca APES, *Jornal de Sergipe*, 11/06/1979.

**Figura 41** – Festival de Bandas de Sergipe



Fonte: Hemeroteca APES, *Jornal de Sergipe*, 11/10/1979.

Entre os anos de 1964 e 1985, as bandas ainda eram sucesso nas festividades escolares, diante do público elas brilharam e se consolidaram como parte das atividades pedagógicas da escola. Na sequência, o informe jornalístico noticiou mais uma participação dos alunos, das autoridades e dos demais populares:

Depois do discurso do prefeito Viana de Assis a banda municipal abriu o desfile.

Em seguida a SecBanda fez uma apresentação a público e arrancou os aplausos de milhares de espectadores, o ponto alto da SecBanda foi quando ela parou em frente ao palanque oficial e saudou o prefeito e as personalidades. (*GAZETA DE SERGIPE*, 04 e 05 de setembro de 1988)

Outra atividade relacionada ao ensino de música foi o projeto “Clave do Sol<sup>60</sup>”, realizado nas escolas públicas de Aracaju. O projeto sinalizava uma possibilidade de despertar nos estudantes o gosto pela música, como também um caminho para aproximar os alunos das artes e distanciá-los das possíveis mazelas sociais. Nas fotografias a seguir, os alunos aparecem em um espaço diferente da sala de aula, visto que estão apoiando as folhas de papel no colo, uma vez que seus acentos não possuem base para a escrita; e, ao fundo, uma caixa amplificadora revela tratar-se de uma sala de música.

**Figura 42** - Projeto Clave do Sol



Fonte: APES coleção fotografias – FO 515, caixa 14.

---

<sup>60</sup> O projeto Clave do Sol levava o ensino de música a partir da compreensão dos instrumentos musicais para as escolas públicas de Sergipe.



**Figura 43** - Projeto Clave do Sol - ensino



Fonte: APES coleção fotografias – FO 1656, caixa 14.

Na imagem, o professor ensinava aos seus alunos alguns conceitos necessários a respeito das características da música brasileira, a exemplo da distinção entre o clássico erudito e a música folclórica brasileira, como princípios básicos para a compreensão dos primeiros elementos teóricos para a formação de um músico. Depois, todos saboreavam as notas com o contato com os instrumentos.

Os registros demonstram as etapas do processo formativo, estabelecendo-se desde a exposição dos conceitos até a tão chegada a hora das apresentações. Assim, o conhecimento aprendido era construído, apropriado e representado pelos estudantes.

A inserção de projetos envolvendo jovens estudantes durante o período de ditadura civil-militar pode ser compreendida enquanto forma de controle. Colocar os estudantes sob a guarda dos militares não necessariamente significava uso da força. Estar próximo e direcionar as atividades para além do divertimento também era uma forma de exercer controle. Nesse sentido, as atividades com a música vinculadas à escola foram de grande valia para a contextura sociopolítica da época, pois unia o prazer proporcionado pelo ensino/estudo da música e a vigilância dos discentes.

## 4.2 PRIMAVERA CHEGA EM CORES DE ALEGRIA: MARATONAS E JOGOS ESCOLARES

No domínio dos projetos educacionais, o esporte esteve ajustado na institucionalização de temas da cultura corporal, sendo apropriado como saber a ser escolarizado. Nos anos após 1964, o processo passou por interferências políticas e oportunizou sessões culturais para a sociedade sergipana. Além disso, empreenderam-se distintas práticas pedagógicas para o alunado e para além dos muros escolares. Foi neste período que os eventos dos jogos da primavera (jogos estudantis) tiveram seu grande momento. Segundo Dantas Junior:

Desenvolvido ao longo do período de 1964 a 1995 com paralisações, enfraquecimentos e consolidações, os jogos da primavera materializaram as tensões entre as concepções de escola e Esporte a definição da prática pedagógica e os distintos projetos de formação humana no seio escolar. (DANTAS JUNIOR, 2008, p. 35)

Ademais, os jogos escolares tiveram como objetivo promover a participação dos estudantes em atividades esportivas, além de fomentar o espírito de integração e desenvolver o espírito de *fair play*. Mais do que o simples respeito às regras, buscava-se a partir das noções de amizade, de respeito pelo outro e de espírito esportivo, um modo outro de pensar. O esporte se encheu de uma alocação legitimadora educativa, deixando de ser apenas conteúdo para ser sinônimo de práticas de educação física. Ele assumia como função a visibilização das manifestações de patriotismo, as quais mobilizavam a população para a adequação dos moldes da moral e do civismo próprios do regime político da época.

O esporte mediante os jogos escolares deram suporte ao fortalecimento do civismo ao estabelecer os estudantes em círculos concêntricos, pois permitiram transbordar o aprendizado cívico desde os grupos imediatos, como a família e escola, até relações mais amplas de pertencimento, a exemplo dos eventos de nível estadual e nacional.

Por outro lado, consideramos como uma das poucas oportunidades para os jovens expressarem sua criatividade e competitividade. Os esportes foram realizados em diferentes modalidades, como atletismo, natação, vôlei e futebol, e envolviam escolas públicas e particulares. Embora fossem uma forma de entretenimento e socialização para os estudantes, os jogos escolares de Sergipe também foram palco



de apresentação das tradições patrióticas e das disputas políticas durante o período dos governos civil-militares.

As fontes impressas, jornalísticas e fotográficas, juntamente com as leis e decretos, elucidaram a evidência da escolarização do esporte como elemento ímpar para a construção das tradições comemorativas para escolares nos anos de tutela militar em Sergipe. Logo no ano de 1964, num período que sucedeu ao golpe, aconteceu os primeiros jogos da primavera e a ele já foram delegados o compromisso com as coreografias, ou seja, “o movimento do corpo”.

Assim, o jornal *Gazeta de Sergipe* apresentou as orientações para a parada cívica da capital sergipana do dia 7 de setembro de 1964, momento em que antecedeu os jogos da primavera: “os colégios desfilarão simplesmente e não apresentarão coreografia, em face da proximidade dos I Jogos da Primavera” (*GAZETA DE SERGIPE*, 06/09/1964). Para McLaren:

O conhecimento ritual vai muito além da noção de costume, normas ou ideias; é incorporado a morfologia dos ritos institucionais e, no sentido amplo, realiza-se através de configurações simbólicas dos vários sistemas rituais. O conhecimento ritual ajuda a produzir-inventariando os valores tidos como certos no quadro de referências de pressuposições interligadas e proposições acerca do modo como as coisas são os quais com transcorrer do tempo tornam-se sedimentados no rígido do sistema ideológico- componentes do senso comum nas atividades do dia a dia e trocas da sala de aula. Até mesmo no nível mais amplo, o conhecimento virtual consiste tanto de memória corporal e instinto quanto dos alinhamentos cognitivos especiais dos estudantes. Tanto é intramuscular como cerebral. (MCLAREN, 1991, p. 275)

Desta forma, foi sendo delimitado os espaços e formas dos ritos, cabendo ao desfile cívico em comemoração à Independência do Brasil, mais simplicidade nos movimentos, de maneira mais contida, em reverência aos símbolos nacionais e aos vultos dos heróis da pátria. Diferentemente dos desfiles cívicos, os eventos esportivos possuíam mais movimento e alegorias em seus espetáculos.

Compreendemos a presença dos jogos escolares em Sergipe divididos em dois momentos. O primeiro, identifica-se de 1964 a 1967, quando foram realizados os primeiros jogos pretendendo estabelecer a tradição dos campeonatos estudantis que apoiavam seus alicerces no poder público, com o apoio da divulgação dos meios de comunicação. O segundo, refere-se ao aperfeiçoamento (de 1970 aos anos de 1980),

fase da consolidação das técnicas ligadas aos esportes e do fortalecimento da participação das escolas privadas.

O surgimento da primeira fase de 1964 a 1967, que compreende o período dos primeiros jogos, foi de suma importância para o governo do estado de Sergipe da época e para outros segmentos da sociedade. Precisamos salientar que durante esses anos, a ditadura civil-militar estava sendo estabelecida. “Em Sergipe, pode-se dizer que o movimento repressivo, desencadeado a partir de abril de 1964, subjugou quase que inteiramente tanto a sociedade política quanto a tenra sociedade civil” (DANTAS, 2014, p. 120).

Os jogos escolares oportunizaram a disciplina dos estudantes por meio do esporte e proporcionaram eventos públicos que dialogavam com a sociedade, oferecendo um espetáculo, além das competições esportivas, ao governo do momento. O governo do estado disponibilizava os espaços, organizavam os desfiles de abertura e inscreviam as escolas da rede estadual, deixando o cenário pronto para a contemplação. Observemos as imagens dos primeiros jogos da primavera em Aracaju:

**Figura 44** - Primeiros jogos da primavera em Sergipe - 1964



a) A estudante Marcella Cardoso Chagas com a tocha acesa. b) O quadro do Colégio Estadual vencedor na noite de ontem do Colégio Tiradentes. c) Desfila o Colégio Tobias Barreto que arrancou os mais vivos e entusiasmados aplausos.

Fonte: *Gazeta de Sergipe*, 06/10/1964.

A partir das imagens apresentadas, é possível observar uma síntese do desfile de abertura do referido evento. A estudante carregando a tocha; o time vencedor da primeira disputa esportiva das competições; e o colégio Tobias Barreto, que, digno dos aplausos, entusiasmou o público. O evento foi além dos desfiles cívicos da comemoração da data da Independência do Brasil. Somou-se a apresentação pública dos estudantes com a satisfação da prática dos esportes, ampliando as possibilidades de registros com a satisfação do pertencer a uma comunidade, “à nação”.

Com efeito, percebemos a comemoração ligada aos jogos escolares esportivos voltada para a construção de uma tradição vinculada ao presentíssimo vivenciado nos anos 1960, que apresentavam o Brasil como um forte competidor mundial no futebol. A inspiração com o esporte decorria também pelas últimas vitórias da seleção brasileira de futebol nas copas do mundo de 1958, sediada na Suécia, e de 1962, que aconteceu no Chile.

Aqui, os ritos vivenciados pelos estudantes desprenderam-se, por hora, dos “mortos”, isso porque, segundo Anderson (2008), afastavam-se, nesses momentos, de tragédias que sempre e incessantemente eram “lembradas”. Assim, as celebrações dos heróis da pátria ficaram a cargo das festas cívicas em comemoração da Independência e de outras datas referentes aos acontecimentos políticos do Brasil.

A imprensa oferecia vasta cobertura nos impressos jornalísticos e nas rádios. “Cada estabelecimento teve 10 minutos para exibição na Praça Fausto Cardoso a imprensa e os fotógrafos tinham um lugar reservado” (*GAZETA DE SERGIPE*, 06/10/1964).

O evento era manchete de destaque de muitos periódicos, o jornal *A Gazeta*, de 1964, evidenciou o acontecimento com o título *Brilhantismo nos jogos escolares*. Segue a imagem da matéria com a descrição do evento:

Figura 45 - GAZETA DE SERGIPE - 06 de outubro de 1964

**COM um desfile que primou pelo garbo, pela exuberância e pelo conjunto de côres, teve início domingo último os “I Jogos da Primavera”. Cerca de dezessete estabelecimentos de ensino — desde ginásios municipais á escolas de ensino superior — desfilaram da Praça General Valadão até o Estádio de Aracaju.**

**Por volta das quinze horas a estudante Márcia Cordoso Chagas, do Ginásio Walter Franco acendeu a pira olímpica, instalada na Praça Fausto Cardoso, seguindo, se logo após o desfilar dos colégios em direção ao Estádio de Aracaju.**

**Ali, depois da oração do Governador dando por abertos oficialmente os I Jogos, foi feito o juramento do atleta, hasteadas as bandeiras do Brasil, de Sergipe e dos Jogos e; por último, entoado o Hino Nacional.**

**Já na tarde de ontem tiveram início os jogos com diversos encontros futebolísticos (de campo e de futebol de salão), de basquete e de voleyball. Hoje e por durante tôda esta semana, até sábado, novos encontros, válidos pelos I Jogos.**

Fonte: Repositório da Universidade Federal de Sergipe. *Gazeta de Sergipe*, 06/10/1964.

A edição do jornal não economizou nos adjetivos desde o garbo dos estudantes à exuberância do conjunto dos acontecimentos. Ao pontuar a presença da participação desde o ensino superior aos ginásios, validaram a grandiosidade do público de discentes competidores e presentes no desfile. Dando início ao evento, a oração do governador e a presença dos símbolos cívicos (Bandeira do Brasil e de Sergipe, como também a entoação do Hino Nacional) apontaram para a representação do valor da educação cívica presente nas atividades para os alunos.

A presença feminina nos torneios escolares também foi notória, seja pela participação nas modalidades esportivas, seja pelo título de rainha dos jogos escolares, como representadas na figura 46:

Figura 46 - Jogos da Primavera - 1964



Fonte: Repositório da Universidade Federal de Sergipe. *Gazeta de Sergipe*, 06/10/1964.

A banda de música das estudantes da escola Instituto Rui Barbosa marcava a presença feminina nas atividades dos jogos escolares e o jornal *A Cruzada* noticiava: “primavera chega em cores de alegria”.

**Figura 47** – Jogos da Primavera - Banda do Instituto Rui Barbosa



Fonte: Repositório da Universidade Federal de Sergipe. *A Cruzada*, 17/09/1966.

**Figura 48** - III Jogos da primavera - 1966



Fonte: APES Fundo fotografias – FO 0514 - cx 06, jogos da primavera 1966.

Ao questionar as fontes imagéticas que retratam as festividades esportivas para os escolares, percebemos a presença dos uniformes próprios na prática esportiva. Os estudantes levaram às ruas a leveza dos tênis e vestimentas confeccionadas

especialmente para o evento dos jogos da primavera. Mais uma vez, os fardamentos distinguiam os grupos de alunos que exibiam os escudos de suas escolas como verdadeiras bandeiras de pertencimento. Dentre os elementos da cultura material escolar, o uniforme era peça importante para a representação dos significados de pertencimento às instituições de ensino. A forma de vestir o corpo, a textura, as cores, os elementos simbólicos registrados nos bordados dos escudos e até mesmo o cheiro das roupas, foram registros pertencentes da memória da vivência estudantil. Segundo Escolano:

O valor das lembranças e dos conteúdos que essa memória arquiva. Faz alusão entre outras coisas, à influência exercida pelos espaços e pelos tempos que ordenam a vida da escola na estruturação do esquema corporal e dos biorritmos temporais das pessoas submetidas aos dispositivos de disciplinarização das instituições educativas. Analisa igualmente o papel da memória na fixação das práticas de sociabilidade entre os pares de idade que coabitaram a escola, bem como na criação de estereótipos acerca da imagem dos docentes e de seus papéis. (ESCOLANO, 2017, p. 178)

Esforços foram feitos pelo poder público para que os jogos da primavera fossem monumentais em seu encerramento; as escolas desfilavam pelas principais ruas da cidade, partindo da praça Camerino, rumo à Praça General Valadão onde os colégios e escolas podiam finalmente se dispersarem. Ao contrário de outros eventos cívicos cujos temas eram pré-estabelecidos, os eventos esportivos se caracterizaram pela liberdade lograda pelos estabelecimentos de ensino na escolha dos carros alegóricos e vestimentas.

No entanto, já ao longo das primeiras edições das competições juvenis, algumas preocupações para com o excesso de dias destinados às competições foram divulgadas pela imprensa. Segundo o jornal *A Gazeta*:

Absolutamente, não somos contra as práticas de esporte, principalmente por parte da Juventude. Em dias passados, aplaudimos a criação dos “jogos da primavera”, por vermos na maratona, um incentivo aos esportes no seio da Juventude. Os jogos duravam, então, no máximo, de 15 dias. Cogita-se agora, para os “jogos da primavera”, um período bem maior indo de 21 de setembro a 19 de novembro, mas com pelejas nos fins de semana. Além de esporte, a juventude sergipana precisa realmente de estudo. O período proposto nos parece largo demais, além de o campeonato se encerrar às vésperas das provas. É sabido que, nos dias dos “jogos”, oitenta por cento dos alunos abandonam as aulas e vão aos estádios torcer pelos

seus quadros. Do modo proposto, não haverá mais aulas nos fins de semana. E os estudantes sergipanos andam tão carentes de aulas. A comissão organizadora deveria estudar mais detalhadamente deste assunto. Que se der o estudante o número ilimitado de competições esportivas. Mas, que essas competições esportivas atrapalham o bom andamento dos estudos, isso é o que está correto. (*GAZETA DE SERGIPE*, 04/07/1967)

O texto, ao mesmo tempo que apresentou uma preocupação com os grandes números de dias disponibilizados para os jogos da primavera, apesar de afirmar ser um evento salutar para a educação da juventude sergipana, fez uma denúncia acerca da “carência de aulas no estado de Sergipe”. A partir dessa afirmativa presente no noticiário, indagamos ser as festas públicas para os estudantes muitas vezes uma vitrine que desfocava as necessidades educacionais vivenciadas no ano de 1964, no estado de Sergipe. A cada espetáculo escolar realizado, o diálogo com a população era estabelecido, bem como a mensagem de ordem e segurança.

A partir dos anos de 1970, os “jogos escolares” foram caracterizados pelas competições das escolas secundárias, com a ausência de participação das escolas superiores. Com a criação da Universidade Federal de Sergipe, em 1967, e a insubmissão de alas de estudantes<sup>61</sup>, assumiu-se uma postura mais cuidadosa a respeito da vigília dos movimentos estudantis. Para Dantas Junior:

Na área educacional, como o movimento estudantil permaneceu insubmisso, o MEC passou a implementar uma série de normas, visando coibir as atividades promovidas pelos estudantes. Basta lembrar a intervenção na União Estadual dos Estudantes de Sergipe (UEES), a extinção da UNE e a famosa “Lei Suplicy”, nascida com a pretensão de despolitizar o movimento estudantil. (DANTAS JUNIOR, 2000, p. 211)

Ainda nos anos da década de 1970, o autor afirmou: “os jogos estudantis sergipanos entram em uma fase de aperfeiçoamento não apenas pelas iniciativas legais, mas pelo ambiente favorável à consecução de uma memória social em torno da nação através do esporte” (DANTAS JUNIOR, 2008, p. 48).

As novas edições dos jogos estudantis em Sergipe despontaram uma ampliação da participação das escolas, com o alcance de alunos de instituições de

---

<sup>61</sup> No Brasil as tensões relacionadas ao movimento estudantil estavam acirradas período de renovação dos acordos MEC-USAID, proibição da realização de congressos estudantis e na sequência a reforma universitária.



ensino de todo o estado, não somente da capital. Este foi um período em que o elo entre as tradições do esporte escolar e a unidade social esteve fortalecido. Desta forma, atenderam ao desejo de desenvolvimento do país, utilizando o espetáculo esportivo dos estudantes como vitrine.

Além dos jogos da primavera, outros torneios e maratonas para os escolares aconteceram em Sergipe. Em 1970, em homenagem ao Dia da Pátria, foi organizado um torneio para os “Dentes de Leite”. Como mostra o *Gazeta de Sergipe*, vejamos:

Enquanto isso, amanhã, dia 7, às 8 horas dar-se-á o hasteamento da Bandeira Nacional em todas as repartições públicas e colégios de Sergipe. As 9 horas ocorrerá a Parada Militar, enquanto para às 14 horas está marcada uma concentração estudantil no Estádio Lourival Batista, com o final do torneio “dentes de leite”. As bandas do 28º BC, Polícia Militar e corpo de Bombeiro, abrilhantarão êste acontecimento. (GAZETA DE SERGIPE, 08/09/1970)

Figura 49 - Dentes de leite



Fonte: Repositório da Universidade Federal de Sergipe. *Gazeta de Sergipe*, 08/09/1970.

Como resultado das investidas dos anos anteriores, na década de 1980, as escolas colecionavam os troféus conquistados nas competições esportivas dos escolares. A busca por vitórias em cada competição levou o esporte a um lugar de

destaque nos colégios, assim, profissionais do esporte eram cada vez mais requisitados pelas instituições de ensino. Vale destacar que algumas escolas da rede privada de ensino ofereciam bolsas de estudos aos alunos/atletas em destaque nas competições estudantis.

#### 4.3 ENTRE OS FAZERES E OS RISOS NAS COMEMORAÇÕES PARA ESCOLARES

No ambiente escolar, as comemorações assumiram um papel de autonomizar a criança, edificando os espaços e momentos em que a criança deixava de ser apenas um espectador e se tornava a protagonista do seu processo; responsável pelo sucesso das atividades apresentadas na festa; explanando os conteúdos e valores aprendidos no contexto escolar. A centralidade dos estudantes nas festas foi reconhecida em solenidades dedicadas unicamente a elas.

**Figura 50** - Apresentação do Jardim de Infância - 1969



Fonte: Arquivo Municipal de Aracaju, desfile cívico 1969, Gaveta CDE, pasta 10.

As fontes em imagens fotográficas foram um suporte importante para a arqueologia da presença das festas no cotidiano escolar. Nesse sentido, as relações

estabelecidas em determinada situação numa fotografia apresentam uma realidade que ocorreu em um espaço e tempo passado específicos, mediante condições contextuais. O investigador precisa estabelecer um diálogo com a fotografia, pois muitas vezes elas não falam por si sós, sendo necessário que as perguntas sejam feitas.

Para isso, é importante seguir as orientações de Le Goff em relação à importância de contextualizar a documentação.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 2003, p. 535-536)

Assim, ao visualizar o retratado, é possível recordar os objetos da infância escolar, ícones e textos que fizeram parte do cotidiano dos escolares. Desta maneira, enfrentaremos o desafio de compreender a fotografia como “uma interpretação de mundo”.

Entre os elementos para a práxis pedagógica da festa, podemos citar as comemorações para o divertimento, as datas em comemoração ao Dia da Criança, carnaval, festa junina e o Natal estão entre as mais registradas nas fontes localizadas. Nos registros, o divertimento não se refere apenas a alguma atividade lúdica, mas, engloba todas as outras atividades do homem que tem por função também a sua formação. Neste caso, o lazer, o trabalho, a política, a escola, o esporte podem constituir uma ocasião a elaboração de outros saberes para o ser humano. Para McLaren:

Um ritual é uma relação subsistente cuja natureza é determinada pelo caráter e relações de seus símbolos; que a maneira pela qual nós construímos a realidade está ligada a nossas percepções, que por sua vez, são mediadas através de símbolos e sistemas rituais compartilhados na ordem social como agentes e atores através do engajamento em determinadas representações ritualísticas. (MCLAREN, 1991, p. 129)

**Figura 51** - Crianças no município de Simão Dias/SE



Fonte: APES - FO 0192, caixa 03, 1977.

*"O circo pegou fogo  
O palhaço deu sinal  
Acorda, minha gente  
Que a bandeira é nacional  
Alô, Brasil, dois mil  
Quem se mexeu, saiu!"*

**Figura 52** - Festa do Dia das Crianças no município de Simão Dias/SE



Fonte: APES – FO 0195, caixa 03, 1977.

*“Marcha soldado  
Cabeça de papel  
Quem não marchar direito  
Vai preso pro quartel!”*

No cotidiano da escola, a práxis pedagógica é constante, pois é dentro dos muros da sala de aula que a associação do conhecimento acadêmico com o saber empírico toma forma e constrói suas apropriações e sua cultura. Nas figuras de números 51 e 52, são retratadas as comemorações em alusão ao Dia da Criança. Tal festa é celebrada com o público infantil, tornando-se prazerosa para os pequenos de tenra idade. Na maior parte das vezes, essa data está associada ao ato de brincar e a escola se apropria dessa prática para buscar orientar modelos de diversões dirigidas, muitas vezes negando brincadeiras já conhecidas por seus estudantes para, assim, inculcar novas maneiras do brincar.

Ainda, a respeito das imagens fotografadas na cidade de Simão Dias, foi possível perceber a precariedade dos espaços da sala de aula, local onde as crianças e suas professoras desenvolviam as atividades recreativas. Apesar das aparentes janelas e cobogós, denotando um cuidado com a iluminação e forma de arejar o ambiente, as imagens dos espaços não demonstraram recursos para o incremento de atividades lúdicas, deixando todo o movimento por conta da criatividade dos docentes.

O círculo demarcado no chão da sala de aula, as crianças em fila por ordem crescente, as escolhas do repertório das músicas de rodas e a constante vigília dos professores, levantam questões a serem percebidas em relação ao festejar brincando. Isso porque, nele, também estavam as representações de uma cultura letrada, conectada a do senso comum, como forma de direcionar os ritos do brincar, tomando o “tato pedagógico” enquanto um forte aliado para a concretude da atividade comemorativa. Segundo Escolano, “[...] à sensibilidade pedagógica, o tato seria próximo à intuição moral prática e a certas atitudes capazes de resolver, de forma inteligente, as situações cotidianas não previstas” (ESCOLANO, 2017, p. 153).

A associação entre as atividades de lazer para escolares e ações beneficentes, também se fazia presente no período estudado nesta tese, como as quermesses (forma de festividades presentes em muitas cidades de Sergipe, em geral em dedicação aos santos padroeiros das paróquias locais que aparecem nas comunidades escolares).

Nas comemorações natalinas também aconteciam algumas ações “filantrópicas”. Ocasão na qual alguns personagens ligados à política estavam sempre presentes, e, na maior parte das festas, as crianças eram preparadas para realizar apresentações para os convidados ilustres. Aos convidados, cabiam, além de prestigiar as atividades dos alunos e elogiar os professores, distribuir presentes para as crianças.

**Figura 53** - Distribuição de presentes em festa de Dia da Criança



Fonte: APES – FO 0196, caixa 03, 1977.

Nos brinquedos distribuídos, havia uma mensagem implícita: para os meninos, a bola, todo o enredo encantador do universo do futebol, como uma possibilidade de um futuro de sucesso; e para as meninas, bonecas, como forma de contribuir para a solidificação das normas hegemônicas do gênero em relação à feminilidade: o cuidar da família. Assim, continuaria a consolidar papéis sociais de gênero a serem encenados por homens e mulheres.

A questão do futebol para os meninos foi bastante difundida durante os anos da ditadura civil-militar no Brasil. Naquele período, o esporte esteve vinculado ao currículo escolar, como já dissertamos anteriormente, através da disciplina escolar Educação Física, estabelecida na lei 5692/1971. Ademais, esteve vinculado à ideia de pertencimento a pátria, reiterada com a vitória da seleção brasileira nos



campeonatos mundiais. A construção de um ídolo de sucesso no futebol, Pelé, foi importante para a construção de uma imagem do país em pleno desenvolvimento. A questão foi apropriada como conteúdo pelos manuais de ensino. Vejamos:

**Figura 54** - O Maior Valor de Pelé



Fonte: Moral e Civismo (1979).

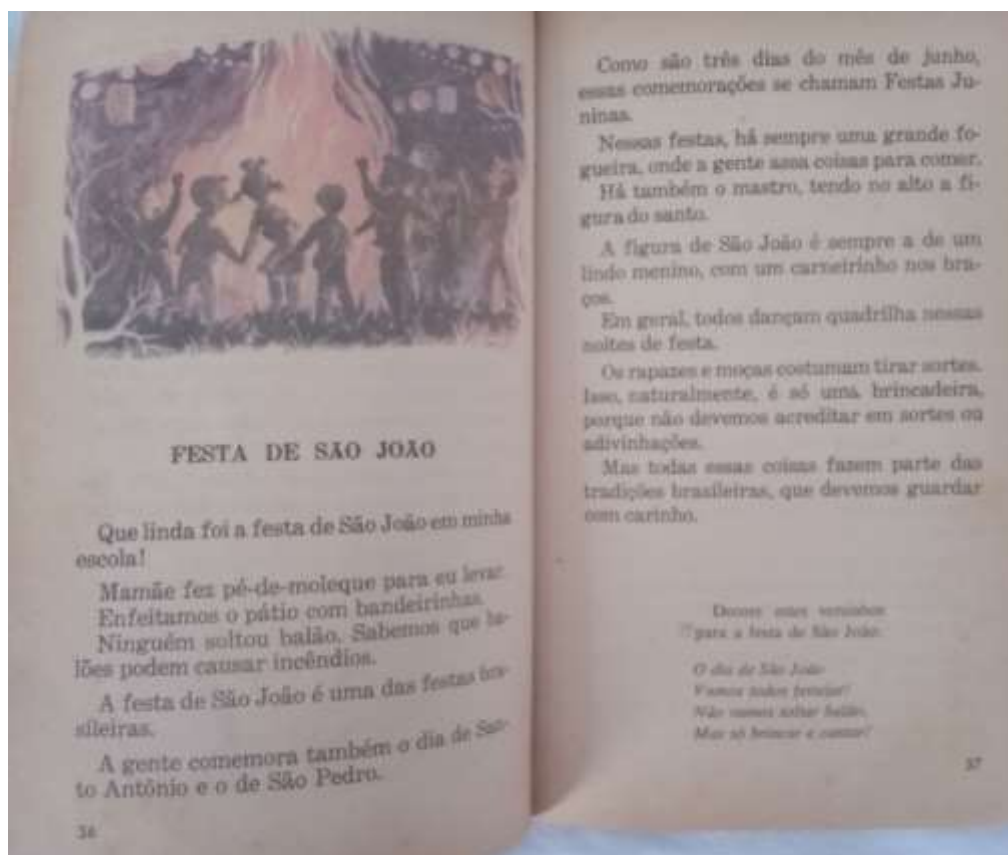
No conteúdo didático, a associação do futebol, a partir da figura do valor de Pelé, apareceu interligada com o sentimento de amor à pátria. A copa do mundo não passaria como um evento apenas para os amantes do futebol, mas, como um esporte de todos os brasileiros, unidos a seus símbolos: hino e bandeiras, todos em verde e amarelo.

Além disso, as festas regionais, mais especificamente a festa do São João, estiveram presentes nos enredos comemorativos para os escolares. Já no conteúdo

dos livros didáticos, alguns elementos referentes aos festejos juninos foram listados nas lições dos alunos. Apresentavam-se os festejos em tela como representação de comemoração brasileira, mediante o típico estreitamento dos elementos cristãos católicos com a cultura popular.

As comemorações dos três santos juninos (Santo Antônio, São João e São Pedro) com as danças e os sabores da culinária; a forma de decorar os ambientes e a presença da fogueira são outras ilustrações presentes no livro. Chama a atenção, também, as orientações sobre o perigo de soltar balão e orientações para as crendices que os estudantes, agora letrados e conhecedores dos saberes transmitidos nos bancos das escolas, não repetiriam, a saber: “os rapazes e as moças tirarem a sorte”.

**Figura 55** - Festa de São João



Fonte: Moral e Civismo (1979, p. 36-37).



**Figura 56** - Crianças em festa de São João



Fonte: APES – FO 266, caixa 04.

**Figura 57** - Festa junina - noivos



Fonte: Acervo particular de Heliane Freire Cabral, 1985.

*“Pula a fogueira laiá,  
Pula a fogueira loiô.  
Cuidado para não se queimar.  
Olha que a fogueira já queimou o meu amor!”*

Os elementos lúdicos, a exemplo da quadrilha, nas festas juninas e em outros espetáculos para os escolares, denotam uma leveza na realização das atividades. O sorriso mais solto e movimentos sincronizados entre o som da sanfona e da zabumba, revelaram a fluidez do aprendizado nas festas.

Entre as temáticas ligadas ao conteúdo da História do Brasil, localizamos a comemoração ao Dia do Índio e a Proclamação da Independência do Brasil. Conforme ilustrado na seguinte figura:

**Figura 58** - Jardim de infância Garcez Vieira - Dia do Índio



Fonte: Arquivo Municipal de Aracaju, desfile cívico 1972, Gaveta CDE, pasta 10.

Ao observarmos os elementos aparentes na figura 58, é possível descrever os saberes inculcados, no que diz respeito à população indígena no Brasil. Os indígenas foram retratados com seus corpos quase nus, ao lado das árvores, indicando uma visão mais tradicional da historiografia. Isto é, reproduzindo a noção de que índios são seres distantes do mundo urbano, quase uma lenda da floresta com suas armas para caça. Em verdade, os elementos da imagem apontam para uma representação

indígena da época da colonização portuguesa no Brasil, a conhecida data de 22 de abril de 1500. Nesse sentido, são reflexos das tendências historiográficas da época ditatorial no país. Para McLaren:

O repertório grampeado de rituais encenados na sala de aula fornece aos estudantes, condições singulares para estruturar e codificar informações culturais muitas vezes paradoxais. O momento ritualizante era um modo encarnado de conhecimento através do qual era caldeado o indicativo e o subjuntivo o literal e o parabólico. (MCLAREN ,1991, p. 274)

Os estereótipos dos cidadãos brasileiros apareciam fortalecidos e neles, as populações indígenas apareciam quase como personagens do folclore, distantes dos considerados cidadãos. Desta forma, as festas escolares também contribuíram para o fortalecimento da construção de representações hoje obsoletas, ao registrar, em seus rituais, a imagem das populações originárias como distantes da realidade da época, aprisionadas em um passado longínquo do “descobrimento”.

**Figura 59** - Jardim de infância Garcez Vieira - Dia da Independência



Fonte: Arquivo Municipal de Aracaju, desfile cívico 1972, Gaveta CDE, pasta 10.

Quanto à análise dos registros acerca de comemorações da Independência do Brasil, faz-se necessário compreender que ela não acontecia apenas nos grandes eventos cívicos, através da realização dos desfiles públicos. As escolas também preparavam seus alunos para conhecerem os símbolos de culto à pátria. Nesse sentido, as festas eram regadas com a celebração da bandeira, oração à pátria e não podia faltar o chapéu em alusão aos defensores da terra: os soldados. Admirando as apresentações, estavam os pais, familiares e demais funcionários da escola.

Percebemos nestes temas que a apresentação em dia de festas era uma culminância das informações apreendidas pelas crianças, uma demonstração de sua “inteligência” e da capacidade de suas professoras, tendo como principal público a comunidade escolar, composta pela família e funcionários da escola.

Portanto, é possível vislumbrar que:

Os rituais de instrução tornaram-se complementos úteis no posicionamento ideológico dos sujeitos enquanto sujeitos dentro de vários alinhamentos discursivos e regimes institucionalizados de poder e não encucar tanto corporal como cognitivo de certas disposições e dimensões aceitáveis que estavam relacionados ao capital da cultura dominante. (MCLAREN ,1991, p. 252)

**Figura 60** - Chapeuzinho vermelho



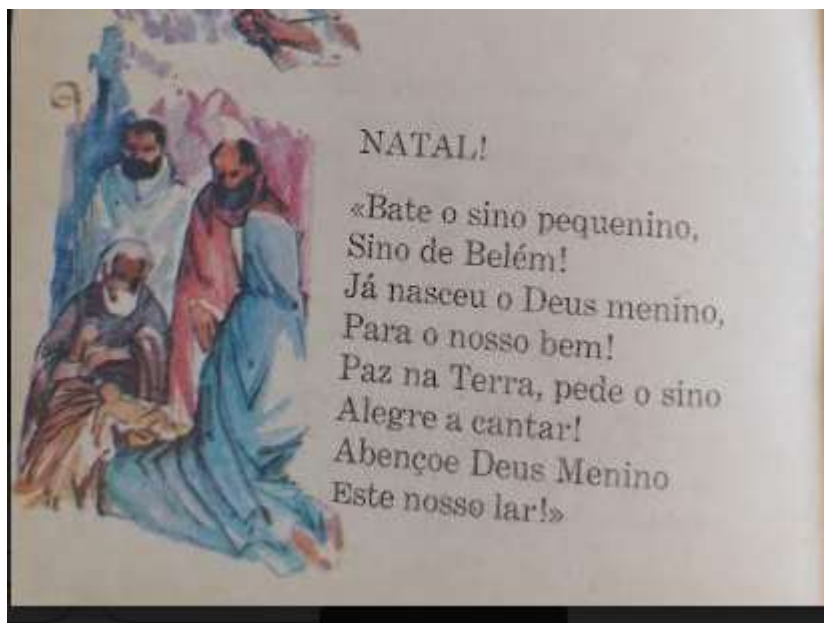
Fonte: Arquivo Municipal de Aracaju, desfile cívico 1971, Gaveta CDE, pasta 10.



A literatura também foi um dos elementos basilares para as comemorações das escolas durante os anos pesquisados, a base das histórias orientava o comportamento e alimentava a criatividade das crianças. Exemplo disto é o que podemos ver na figura 60, cuja representação corresponde a uma das histórias infantis mais conhecidas: Chapeuzinho Vermelho. Apesar da fotografia não apresentar as cores, é possível perceber entre os personagens a presença do lobo, caçadores e duas meninas - que pela caracterização apresentada, representavam a vovozinha e a Chapeuzinho Vermelho (uma com lenço, fazendo referência à vovozinha; outra com um laço de fita, representando a Chapeuzinho Vermelho).

Por fim, a festa das férias ou a celebração do Natal, como sendo uma das datas mais conhecidas por um país de base católica, por ter sua data no último mês do ano, era uma das comemorações mais assistidas e aguardadas pelas crianças. Primeiro, por anteceder os dias de folga escolar; segundo, por vezes aparecer associadas à distribuição de presentes.

**Figura 61** - imagem "Natal"



Fonte: Moral e Civismo (1979, p. 86).

Os elementos vinculados à cultura religiosa cristã católica que permeavam as práticas escolares, eram apresentados como conteúdos e apareciam nas festas de encerramento do ano letivo. Portanto:

A valorização da memória como fonte de conhecimento da cultura escolar nos convida a uma imersão arqueológica nas coisas, nos ícones e nas linguagens em que se manifestam as materialidades da educação e suas representações. [...] Fazer falar essas materialidades leva a abrir a memória que está inserida ou explicitar os discursos que constituíram. (ESCOLANO, 2017, p. 225)

A seguir, observemos duas fotografias em sequência, que nos narram uma apresentação escolar no final do ano de 1972. Ao pano de fundo da fotografia, a informação do período ficou aparente: as imagens que se fazem presentes, entregam os elementos natalinos. Na primeira fotografia, aparece uma possível professora organizando a ordem das crianças, com os personagens em seus devidos lugares. Na segunda imagem, a lente do fotógrafo registrou os possíveis movimentos feitos pela coreografia da apresentação, as bocas abertas denotam o entoar de uma canção, a personagem borboleta e as cardineiras, levam-nos a uma música natalina.

**Figura 62** - Apresentação em festa de Natal



Fonte: Arquivo Municipal de Aracaju, desfile cívico 1972, Gaveta CDE, pasta 01.

**Figura 63** - Festa de Natal



Fonte: Arquivo Municipal de Aracaju, desfile cívico 1972, Gaveta CDE, pasta 10.

*“Borboleta pequenina  
Venha para o meu cordão  
Venha ver cantar o hino  
Que hoje é noite de Natal*

*Borboleta pequenina  
Saia fora do rosal  
Venha ver quanta alegria  
Que hoje é noite de Natal.”*

Ademais, um personagem presente e apresentado pela escola aos estudantes no período do Natal, era o Papai Noel. Este distribuía os brinquedos e despertava o imaginário da criança, orientando para o bom comportamento para que, desta forma, fosse contemplada com uma prenda, ao final do ano.

**Figura 64** - Papai Noel

Fonte: APES - FO 0206, caixa 03.

Na figura 64, é perceptível a pouca familiaridade das crianças com os convidados presentes: à direita, está a primeira-dama da cidade, Ana Luísa Valadares. A ela cabia a tarefa de visitar as escolas com a distribuição dos brinquedos. A criança em seu colo chora, um sinal de estranhamento, já a criança ao lado olha encantada para a boneca que vai ganhar do homem com barba de algodão.

Assim, compreendemos a festa não só como divertimento, mas também como uma forma de instruir e inculcar os valores cívicos do período de tutela militar em Sergipe, a partir das celebrações. Naquele período, foram alimentados os conteúdos que estiveram presentes no currículo vigente, como também os elementos plausíveis ao comportamento dos estudantes, enquanto futuros cidadãos. Desta forma, as festas escolares proporcionaram a aprendizagem cívica a partir dos conteúdos e atitudes.



## 5 CELEBRAR E OBEDECER: UM CAMINHO PARA AS ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES DE UMA TESE

Esta tese, intitulada “*No Garbo de estudantes, na disciplina dos militares: ritos e práticas educativas nas comemorações cívicas escolares no estado de Sergipe (1964 a 1985)*”, teve por objetivo analisar as comemorações cívicas escolares em Sergipe. Nela, abordamos as festas cívicas escolares, ocorridas entre os anos de 1964 e 1985, em sua função pedagógica, tendo o intento de inculcar valores cívicos nos estudantes e atingir toda a sociedade por meio das escolas. Foi escolhido como caminho para essa investigação o entendimento da infância enquanto sujeito em processo de escolarização. Este percurso de análise possibilitou que a lupa da pesquisa fosse direcionada para focar no movimento dos saberes e fazeres ensinados aos estudantes, a partir das comemorações escolares na instituição de ensino.

Inicialmente, minhas indagações acerca do objeto giravam em torno de perceber se as festas escolares em Sergipe, entre os anos de 1964 e 1985, construíram teias entre os discursos dos ritos cívicos celebrativos e os saberes das práticas pedagógicas das instituições de ensino. Ao investigar o objeto, foi possível compreender o movimento das comemorações cívicas escolares, enquanto uma a pedagogia das festas, ou seja, uma pedagogia que acontece por meio dos saberes e fazeres direcionados à formação de valores, inculcação de regras e crenças por meio das festas escolares.

Então, a fim de compreender as práticas e as representações das comemorações cívicas escolares realizadas em Sergipe durante os anos da Ditadura Civil-militar, fez-se necessário compreender a historicidade de tais práticas, analisando os registros dos impressos jornalísticos do período investigado. Tais impressos estiveram localizados, até o momento da tessitura desta tese, nos arquivos presenciais APES e do Arquivo Municipal de Aracaju e nos repositórios online da Biblioteca Nacional e da Universidade Federal de Sergipe. Ademais, a coleta de registros fotográficos em espaços públicos e privados foi essencial para identificar aspectos do cotidiano e dos ritos das festas cívicas escolares em Sergipe.

Valendo-se de tal procedimento metodológico, foi possível inferir aspectos das práticas comemorativas para os escolares, as quais faziam parte do calendário nacional a ser comemorado e foram estabelecidas a partir da legislação vigente e dos

currículos e programas de ensino, como também das práticas festivas com os escolares. Práticas estas que foram articuladas pelos ritos constituídos pela escola e para a escola.

Já nos primeiros documentos localizados e inquiridos que trouxeram à tona dados ainda não conhecidos, uma motivação inexplicável tomou conta da presente pesquisadora. A cada jornal analisado, a cada informação cruzada com as imagens fotográficas e com os documentos legislativos para a educação, era visível que o solo da empiria estava fértil para a investigação.

As fotografias foram fontes importantes para visualizar e analisar alguns dos elementos da tese, tais como a disciplina dos corpos, os elementos simbólicos da cultura material escolar, os personagens presentes nas celebrações e a dinâmica do movimento dos espaços da cidade de Aracaju.

Diante desses fatos, ratificamos que esse estudo possibilitou a compreensão de que os jornais e as fotografias podem ser adotados como fontes para o estudo em História da Educação, por evidenciarem os registros das práticas escolares no domínio institucional e além dos muros das escolas.

As celebrações cívicas eram ocasiões favoráveis para serem tecidas atitudes e mentalidades que estavam em concordância com o contexto sociopolítico da época. Durante a Ditadura civil-militar, avivamos como um período de imposição da autoridade do Estado sob as premissas de civismo, patriotismo e obediência ao Estado. Assim, as festas escolares se configuraram, em alguns momentos, como aulas públicas, instruindo para as práticas cívicas; já em outros, apresentavam-se como instrumentos de inculcação de saberes nos espaços internos das escolas. Espaços estes em que as celebrações do calendário instituído em Sergipe, no ano de 1969, tornavam-se momentos de ludicidade, com músicas, teatro e dança.

No momento investigado, denominava-se o civismo como uma atuação consciente e esclarecida no seio da comunidade, através do cumprimento dos seus deveres de cidadania e do esforço em contribuir para o progresso e engrandecimento da pátria. Para tanto, era necessária uma vigilância permanente para que se conseguisse: obediência às leis, preservação da ordem, defesa da moral e dos bons costumes, estímulo aos valores positivos e repressão aos fatores sociais negativos. Portanto, para que o civismo deixasse de ser apenas prescrito e se tornasse ensinável, algumas estratégias foram estabelecidas.

Entre as estratégias percebidas, pontuamos a construção do currículo escolar enquanto elemento presente no cotidiano das escolas, reestruturados pelas reformas educacionais. Tais reformas institucionalizaram a Educação Moral e Cívica enquanto disciplina escolar que possibilitava, à época, o alicerce para a aprendizagem e o cultivo de uma cultura cívica, atrelando o conhecimento teórico aos saberes práticos. Os conteúdos também apareciam nas lições, em seus livros didáticos. Apreciava-se os valores morais e cívicos celebrando os personagens heroicos da pátria, para que servissem de exemplo aos demais brasileiros.

Além dos conteúdos didáticos trabalhados nas escolas, os desfiles públicos apontaram o olhar para a forma pela qual as escolas deveriam apresentar-se à sociedade. Entre as características percebidas, estavam: a ordem; a elegância nas vestes e na marcha dos estudantes; a presença do culto aos símbolos nacionais, a exemplo da Bandeira Nacional considerada um dos mais importantes símbolos da pátria; as fitas verde-amarelas fixadas nos uniformes; e os hinos. Encontravam-se nestas comemorações oportunidades para afirmarem os objetos simbólicos e tinham nos ritos determinados pelas instituições, uma sacralização que cobrava dos estudantes uma postura patriótica.

Por isso, os desfiles cívicos em homenagem à Independência do Brasil, celebrada no dia 7 de setembro, sedimentaram-se como uma comemoração chave para disseminação do conceito de civismo. Também se constituíram como elemento base para impor a disciplina e vigília dos militares. As comemorações cívicas aconteciam para além da capital, em outros municípios sergipanos, afirmando-se, assim, que havia uma preocupação em disciplinar a infância a partir da escola em todos os municípios do território sergipano.

O espaço geográfico dos desfiles cívicos também foi redirecionado, devidamente previstos e escolhidos. Assim, os itinerários das celebrações cívicas deveriam passar nas principais localidades das cidades que possibilitasse a presença de multidões para assistir ao espetáculo e ouvir os discursos realizados pelos representantes do Estado. Desta feita, demarcavam-se novos lugares para a memória. Em Aracaju, deu-se início a tradição dos desfiles na avenida Barão de Maruim, logradouro bem centralizado na capital de Sergipe. Outro espaço construído no período civil-militar e utilizado para as festas cívicas, foi o estádio de futebol

Lourival Baptista. Este deu ênfase aos jogos escolares que também movimentou as atividades cívicas para os jovens escolares.

Por intermédio das práticas cívicas articuladas com as disciplinas de Educação Física, Música e Educação Moral e Cívica no campo escolar, constatamos que o espetáculo do desfile cívico do Sete de Setembro, não foi o único evento em comemoração à Independência ou referência ao culto à pátria. Outras festas se faziam presentes para celebrar datas impostas pelo calendário estadual, tais como: Dia do Índio, Dia do Trabalho, Proclamação da República, Dia da Criança, festas juninas e o Natal. Essas datas oportunizaram a celebração do civismo com os alunos e atividades escolares que protagonizavam discentes e docentes, na articulação entre os currículos prescritos e os saberes ensinados. Aqui, os conteúdos das disciplinas escolares se articulavam, saindo das leituras e conteúdos livrescos dos vultos históricos para as melodias e o movimento dos corpos.

Por representar espaço de inculcação de valores, as festas escolares facultaram a apropriação de hábitos, a exemplo do culto aos vultos e símbolos nacionais. Por conseguinte, as leituras e as atividades desenvolvidas na escola oportunizaram a constituição de uma base sólida de conceitos representados nas atividades públicas. Percebemos, assim, como a educação foi convocada e arquitetada no intuito de cumprir o papel de arregimentar cidadãos obedientes à pátria, através do incentivo das práticas cívicas já consolidadas e outras novas.

Deveras, compreendemos as práticas públicas de lazer, como os jogos escolares e as apresentações musicais, enquanto movimento de aprendizagem de elementos simbólicos da pátria brasileira. A música esteve presente em grande parte dos eventos e o esporte fora pensado para a formação dos futuros atletas do país. O olhar também se voltava para além do divertimento diante de outras celebrações presentes nos temas cotidianos do calendário escolar, porém, não de modo menos importante para a formação dos estudantes.

Nesse momento, os elementos da cultura escolar se emaranhavam como teia entrelaçada para expressar seus ritos em tempos ditatoriais. Entretanto, seria um equívoco dizer que a alegria, o divertimento e a liberdade estiveram distantes das festas escolares durante os anos de Ditadura civil-militar no Brasil. Isso porque, como toda celebração, estes elementos foram constitutivos do evento na escola, com o diferencial de que na instituição de ensino, estes aspectos deveriam ser controlados.

Por fim, é possível afirmar que as comemorações cívicas escolares em Sergipe, ocorridas durante os anos de ditadura civil-militar (1964-1985), para além de momentos de divertimento, configuraram-se em oportunidades de formação da disciplina dos estudantes e de sua comunidade. A festa, comumente realizada, tornou-se muito mais do que uma simples estratégia do arcaísmo contra o tédio. Desta forma, esperamos que o objeto “festa escolar” seja fenômeno interessante para o historiador da educação.

Portanto, consideramos a pesquisa como uma contribuição à História da Educação em Sergipe durante os anos da tutela militar (1964 a 1985). Munidos pelas teorizações, averiguamos como os símbolos estabelecidos diante das festas cívicas escolares se tornaram eficientes diante de uma lógica social que, de forma afetiva e efetiva, sedimentou o sentimento patriótico do ser cidadão brasileiro nos anos do regime militar.

A partir desta tese, esperamos que novas propostas de pesquisa sejam estimuladas com o objetivo de compreender as comemorações escolares em diferentes tempos e espaços. Além disso, a análise das festas a partir da memória de alunos e professores por meio da História Oral e a investigação das festas que aponte a lupa da pesquisa para uma determinada instituição de ensino, são possibilidades de pesquisa acerca do objeto em tela.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARAÚJO, Acrísio Tôrres. **História de Sergipe**. Aracaju: Livraria Regina, 1966.
- AZEVEDO, Crislane Barbosa de. Celebrações do civismo e promoção da educação: o cotidiano dos grupos escolares de Sergipe no início do Século XX. **Revista Brasileira de História**, v. 31, n. 62, p. 93-115, 2011.
- AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **Grupos escolares em Sergipe (1911-1930)**: cultura escolar, civilização e escolarização da infância. Natal: editora da UFRN, 2009.
- BARROS, Angela Maria Melo Sá. **Educação, higiene e saúde**: história natural e higiene geral e escolar (1879-1930). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2016, 132 p.
- BARROS, Lúcia Violeta Prata de Oliveira. **O Instituto de Educação “Rui Barbosa” nas décadas de 1970 e 1980**: representações das práticas escolares. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2013, 112 p.
- BARROS, Manoel de. **O fazedor de amanhecer**. Rio de Janeiro: Salamandra, 2001.
- BENCOSTA, Marcos L. Albino. Desfiles Patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971). In: VIDAL, Diana G. (Org). **Grupos Escolares**: Cultura escolar primária e Curitiba (1893-1971). Campinas: Mercado das Letras, 2006.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. As tradições e o ritual das festas cívicas. In: PINSKY, Jaime; NADAI, Elza et al. (Org). **O ensino História e a criação do fato**. 14ª ed. São Paulo, SP: Contexto, 2017, p. 53–92.
- BRÁS, Maria; NASCIMENTO, José C.; COSTA, João Ribas da. **Moral e Civismo**: Livro II. 6ª ed. São Paulo: FTD. 1979.
- BOTO, Carlota. A liturgia da escola moderna: saberes, valores, atitudes e exemplos. **Revista História da Educação**, v.18, n. 44, p. 99-127, 2014.
- BURKE, Peter. **A Revolução da Historiografia**: A Escola dos Annales (1929-1989). Tradução de Nilo Odália. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- BURKE, Peter. **Testemunho Ocular**: história e imagem como evidência histórica. Bauru - SP: EDUSC, 2004.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. **A Máquina de festejar**: seus usos e configurações nas escolas primárias brasileiras e portuguesas (1890-1930). Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de educação USP, São Paulo, 2012.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. **Culturas da escola**: as festas nas escolas públicas paulistas (1890 -1930). Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. 289 p.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Rio de Janeiro: vozes, 2000.

CHARTIER, Roger. **A História ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Diefel, 1990.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teorias e Educação**, n. 2, p. 177-229, 1990.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação. **Cadernos CEDES**, n. 52, p. 11-24, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/yTJRZTvmDVZ5dfGfF6b3VQB/?lang=pt>. Acesso em 21 mar. 2023.

COSTA, Rosemeire Marcedo. **Fé, civilidade e ilustração**: as memórias de ex-alunas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1903-1973). Dissertação (Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2003, 170 p.

DANTAS JUNIOR, Hamilcar Silveira. **Da “escolarização do esporte” à “esportivização da escola”**: tradição e espetáculo nos jogos da primavera de Sergipe (1964-1995). Tese (Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003, 333 p.

DANTAS, José Iberê. **A Tutela Militar em Sergipe**: 1964-1984. 2 ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

DANTAS, José Iberê. **História de Sergipe**: República (1980-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DANTAS, José Iberê. **O Tenentismo em Sergipe**: da Revolta de 1924 à Revolução de 1930. Aracaju: J. Andrade, 1999.

DE LUCA, Tania. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, J.; Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 111–154.

ESCOLANO BENITO, Augustin. **A escola como cultura**: experiência, memória e arqueologia. Tradução de Heloísa Helena Pimenta Rocha. Campinas: editora Alínea, 2007.

ESCOLANO, Augustin; FRAGO, Antonio Viñao. **Currículo, Espaços e Subjetividade**: a arquitetura como programa. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FARIA FILHO, Luciano M. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UFP, 2000.

FARIA FILHO, Luciano M.; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 19-34, 2000.

FLEURY, Renato Sêneca. Série Pátria Brasileira, 10ª ed. São Paulo: Melhoramento, 1945.

FRAGO, Antonio Viñao. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: ESCOLANO, Augustin; FRAGO, Antonio Viñao (Org.). **Currículo, Espaços e Subjetividade**: a arquitetura como programa. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Vestidas de azul e branco**: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950). São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGE, 2003.

FRÖEBEL, Friedrich. **A Educação do Homem**. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2001.

GALEFFL, Dante. O Rigor nas Pesquisas Qualitativas: Uma abordagem Fenomenológica em Chave Transdisciplinar. In: MACEDO, Roberto Sidnei (Org.). **Um rigor outro sobre a qualidade na pesquisa qualitativa**: educação e ciências humanas. EDUFBA, 2009, p. 13-66.

GERKEN, Maria Aparecida de Souza. **Entre Bandeiras, árvores e bonecas**: festas em escolas públicas primárias em Minas Gerais (1906 – 1930). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008, 120 p.

GOODSON, I. F. Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução. **Teoria e Educação**, n. 2, Porto Alegre, p. 230-254, 1990.

GOODSON, I. F. **Currículo**: Teoria e História. Tradução de Maria dos Anjos Caseiro. Petrópolis: Vozes, 2001.



GOODSON, I. F. **Historia del curriculum**: la construcción social de las disciplinas escolares. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, 1998.

GRAÇA, Rogério Freire. **Civilidade e formação de professoras**: um mosaico do ensino normal regional do Instituto Sagrado Coração de Jesus (Estância-Se), 1949-1955. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2012, 130 p.

GRAÇA, Tereza Cristina C.; NASCIMENTO, Ana Cristina do. **A Trajetória do Conselho Estadual de Educação de Sergipe**: textos da sua história. Recife: Linceu, 2013.

GUIMARÃES, Joaquim Francisco Soares. **Memórias de Educadoras sergipanas**: práticas escolares e cultura escolar no Município de Umbaúba-SE no período de 1955-1989. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBBSAWM, Eric J. "Introdução: a invenção das tradições". In: HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence (Org). **A Invenção das Tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

INÁCIO FILHO, Geraldo; SILVA, Maria Aparecida. Reformas Educacionais durante a primeira República no Brasil (1889-190). In: SAVIANI, Dermeval (Org.). **Estado e Políticas Educacionais na História da Educação Brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010, p. 219-252.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, p. 9-44, 2001.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KUHLMANN, Moysés; FERNANDES, Rogério. Sobre a história da Infância. In FARIA FILHO, Luciano (Org.). **A infância e sua educação**: materialidades, práticas e representações. Belo Horizonte: Autêntica. 2004.

LACOMBE, Laura Jacobina e BEVILACQUA, Octavio. **Vamos Cantar** :Teoria e canto Orfeônico segundo o programa oficial. São Paulo: ed. Brasil, 1951.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zarhar, 2009.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. Tradução de E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. Tradução de E. Brandão. 5 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LIMA, Solyane Silveira. “**Uma maneira de proteger e educar**”: a casa maternal Amélia Leite (1947-1970). Dissertação (Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2009, 162 p.

LOPES, Eliane Maria Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista/SP. Editora Universitária São Francisco, 2004.

MARTINS, M. C. (Org.). **A História Prescrita e Disciplinada nos currículos escolares**: quem legitima esses saberes? Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

MARTINS, M. C. As humanidades em debate: a reformulação curricular e a criação de novas disciplinas escolares. In: OLIVEIRA, M. A. T.; RANZI, S. M<sup>a</sup>. F. (Org.). **Histórias das disciplinas escolares no Brasil**: Contribuições para o debate. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2003.

MARTINS, M. C. Currículo, cultura e ideologia na Ditadura Militar Brasileira: Demarcação do espaço e atuação do professor. In: CERRI, L. F. (Org). **Ensino de História e a Ditadura Militar**. Curitiba: Aos quatro ventos, 2003.

MARTINS, Vicente. **O que é legislação educacional?** 2002. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/579/0-que-e-legislacaoeducacional>>. Acesso em: 15 out. 2011.

MCLAREN, Peter. **Rituais na escola**: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação. Tradução de Juracy Marques. Petrópolis: Vozes, 1991.

MELO, Salânia Maria Barbosa. **A construção da memória cívica**: espetáculo de civilidade no Piauí (1930- 1945). Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009, 210 p.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. A Escola no espelho: São Paulo e a Implantação dos Grupos Escolares no Estado de Sergipe. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos Escolares**: Cultura Escolar Primária e Escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado de letras, 2006.

OLIVEIRA, Nayara Alves de. **A inserção de acadêmicos e licenciatura do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe no campo educacional sergipano (1968-1978)**. Tese (Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2017, 234 p.

OZOUF, Mona. A Festa: Sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). **História**: Novos objetos. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da Era das Cadeiras Isoladas a Era dos Grupos Escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

PINHEIRO, Antônio Ferreira. **Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos grupos escolares na Paraíba**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RIBEIRO, Genes Duarte. **A professora da nação**: as festas cívicas e as escolas na Paraíba. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação do centro de Educação da UFPB, João Pessoa, 2017, 234 p.

SÁ, Ana Cristina. **O padre e o Jardim**: configurações da educação infantil em Nossa Senhora da Glória/SE (1978-1992). Aracaju: Editora Brasil Casual, 2021.

SANFELICE, José Luís. O Estado e a Política Educacional do Regime Militar. In: SAVIANI, Demerval (Org.). **Estados e Políticas Educacionais na História da Educação Brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010.

SANTANA, Josineide Siqueira de. **Entre bordados, cadernos e orações**: a educação de meninas e as práticas educativas no orfanato de São Cristóvão e na escola da Imaculada Conceição (1922-1969). Dissertação (Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2011, 185 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Gral, 1989.

SANTOS, Elias Souza dos. **No compasso, ligeiro, da pianista Helena Lorenzo Fernandes**: entre práticas pedagógicas, concertos e diplomacia musical brasileira (1931-1985). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2020, 250 p.

SANTOS, Elias Souza dos. **Ó Tupã, Deus do Brasil**: Canto orfeônico na Escola Normal de Aracaju (1934-1971). Jundiá: Paco editorial, 2016.

SANTOS, Elias Souza dos; FERRONATO, Cristiano de J; MECENAS, A. Histórias dos conservatórios de canto orfeônico: dissonâncias nos cursos de formação do professorado de música. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, 2019.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos da Modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos**. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2009, 210 p.

SANTOS, Nadja Bonifácio. **Acolher, evangelizar e educar**: contribuição do Oratório Festivo São João Bosco para educação feminina em Aracaju (1914-1952).

Dissertação (Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2011, 287 p.

SANTOS, Patrícia Batista dos. **O ensino da disciplina escolar Educação Moral e Cívica no Atheneu Sergipense (década de 70 do século XX)**. Curitiba: Appris, 2014.

SANTOS, Patrícia Francisca de M.; SOUZA, Anderson Teixeira. **Contribuição do Reitor Aloísio Campos para a formação do Campo Superior Público em Sergipe (1976-1980)**. São Cristóvão: UFS, 2011. p. 1-15. Disponível em: <http://www.educonufs.com.br/vcoloquio/>. Acesso em: 14 jan. 2023)

SILVA, Degenal de Jesus da. **Dionísio Republicano: as festas dos grupos escolares sergipanos e outros olhares (1911- 1930)**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015, 210 p.

SILVA, France Robertson Pereira da. **Educação e preceitos da fé: o Colégio do Salvador (Aracaju/SE, 1935-1959)**. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2016, 162 p.

SILVA, Vânia Cristina da. **Ó pátria amada, idolatrada, salve! Salve!** festas escolares e comemorações cívicas na Paraíba (1937 – 1945). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011, 120 p.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da Pátria: História da Escola Primária no Estado de São Paulo. (1890-1976)**. Campinas: Mercado da Letras, 2009.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1998.**

VALDEMARIN, Vera Teresa. A construção do Objeto de pesquisa. In: SILVA, Marilda da; VALDEMARIN, Vera Teresa (Org.). **Pesquisa em educação métodos e modos de fazer**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 47-65.

VAZ, Aline Choucair. **A escola em tempos de festa: poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo (1937-1945)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2006.

VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007

## FONTES

**ATA DA 3ª REUNIÃO PEDAGÓGICA DO GRUPO ESCOLAR DR. MANOEL LUIZ**, desta capital, realizada no dia 29 do mês de agosto do ano de 1957.

ATA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE SERGIPE, Anno VI, 1925.

ALBUQUERQUE, Samuel B. M. Memórias de Dalila. **Jornal da Cidade**, Aracaju, mai. 2009. Disponível em: <http://2008.jornaldacidade.net>. Acesso em: 13 jan. 2020.

BARRETO, Luis A. José Rollemberg Leite e o ensino sergipano. **Infonet**, Aracaju, nov, 2004. Seção Blogs. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler>. Acesso em: 13 jan. 2012.

BARRETO, Luis A. Manoel Cabral Machado. **Infonet**, Aracaju, jan, 2001. Seção Blogs. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler>. Acesso em: 13 jan. 2021.

BARRETO, Luís A. Ofenísia Soares Freire: a mestra de todos nós. **Infonet**, Aracaju, set. 2004. Disponível em: <https://infonet.com.br/blogs/ofenisia-soares-freire-a-mestra-de-todos-nos/>. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei de nº 896, de 12 de setembro de 1969**. Dispõe sobre a inclusão da educação moral e cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades de ensino no Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1969. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0896.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0896.htm). Acesso em: 28 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.550, de 28 de novembro 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior. Brasília, DF: Presidência da República, 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 28 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixou Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e deu outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 28 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Elaborou as diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus. Brasília, DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 28 mar. 2023.

BRILHANTISMO nos jogos escolares. **Repositório da Universidade Federal de Sergipe, Gazeta de Sergipe**, 06 de outubro de 1964.

COMEMORAR. In: **Dicionário da língua portuguesa Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

DELGADO, Normando Pignataro. **Dom Nivaldo Monte, Administrador Apostólico de Natal**. Arquidiocese de Natal, Natal, abr. 2008. Seção História. Disponível em: <http://www.arquidiocesedenatal.org.br/arquidiocese/domnivaldomonte.html>. Acesso em: 10 jan. 2022.

NASCIMENTO, J. C. Palestra A História da Educação de Sergipe no Bicentenário da independência [05 de outubro de 2020]. In: **I Encontro Sergipano de História da Educação**. Aracaju, SE, 2020.

PERFIL do Ministério Público do Estado de Sergipe. **Jusbrasil**, [s/d]. Disponível em: <http://mp-se.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 18 jan. 2022.

SANTOS, Arinaldo Moreira. **Colégio Estadual Tobias Barreto**. Web Artigos, Aracaju, out. 2011. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/historico-do-colegio-estadual-tobias-barreto-de-aracaju-se/77420/>. Acesso em: 14 jan. 2022.

SANTOS, Osmário. Neide Mesquita: uma vida cheia de atividade. **Jornal da Cidade**, Aracaju, 8 fev. 1998. Seção Variedades, p. 17.

SERGIPE (SE). **Lei Orgânica nº 1.183**, de 1973. Dispõe sobre o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe e dá providências correlatas.

### **Jornais**

A Cruzada (1964-1970);

A Gazeta (1965-1985);

Diário de Aracaju (1964-1970);

Gazeta de Sergipe (1964-1985);

Jornal da Cidade (1972-1985);

Jornal de Sergipe (1965-1985);

Revista Fon-Fon (1907 a 1958);

Sergipe Jornal (1964-1965).


**ANEXOS****Declaração de Autorização Para Uso de Arquivos, Registros e Similares**

Universidade Tiradentes - UNIT

Declaro, conforme Resolução CNS nº466/12, a fim de viabilizar a execução da TESE intitulada "NO GARBO DE ESTUDANTES, NA DISCIPLINAS DOS MILITARES": RITOS E PRÁTICAS EDUCATIVAS NAS COMEMORAÇÕES CÍVICAS ESCOLARES NO ESTADO DE SERGIPE (1964-1985), sob a responsabilidade do(s) pesquisador(es) Patrícia Batista dos Santos, que o uso dos registros Fotográficos pelo(s) pesquisador(es) está autorizado para a realização desta pesquisa e seus possíveis produtos científicos.

De acordo e ciente,

Aracaju, 27 de Fevereiro de 2023

 Documento assinado digitalmente  
JOSEVANIA NUNES RABELO  
Data: 21/03/2023 19:59:44-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

(Assinatura)

Nome completo: Josevania Nunes Rabelo


## Declaração de Autorização Para Uso de Arquivos, Registros e Similares

Universidade Tiradentes - UNIT

Declaro, conforme Resolução CNS n°466/12, a fim de viabilizar a execução da TESE intitulada "NO GARBO DE ESTUDANTES, NA DISCIPLINAS DOS MILITARES": RITOS E PRÁTICAS EDUCATIVAS NAS COMEMORAÇÕES CÍVICAS ESCOLARES NO ESTADO DE SERGIPE (1964-1985), sob a responsabilidade do(s) pesquisador(es) Patrícia Batista dos Santos, que o uso dos registros Fotográficos pelo(s) pesquisador(es) está autorizado para a realização desta pesquisa e seus possíveis produtos científicos.

De acordo e ciente,

Aracaju, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_

 Documento assinado digitalmente  
ANNE EMILIE SOLUZA DE ALMEIDA CABRAL  
Data: 11/03/2023 18:56:32 -0300  
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

---

(Assinatura)

Nome completo: \_\_\_\_\_



**Declaração de Autorização Para Uso de Arquivos, Registros e Similares**

Universidade Tiradentes - UNIT

Declaro, conforme Resolução CNS nº466/12, a fim de viabilizar a execução da TESE intitulada "NO GARBO DE ESTUDANTES, NA DISCIPLINAS DOS MILITARES": RITOS E PRÁTICAS EDUCATIVAS NAS COMEMORAÇÕES CÍVICAS ESCOLARES NO ESTADO DE SERGIPE (1964-1985), sob a responsabilidade do(s) pesquisador(es) Patrícia Batista dos Santos, que o uso dos registros Fotográficos pelo(s) pesquisador(es) está autorizado para a realização desta pesquisa e seus possíveis produtos científicos.

De acordo e ciente,

Aracaju, 27 de Fevereiro de 2023

*Heliane Freire Cabral*

(Assinatura)

Nome completo: Heliane Freire Cabral